



A DEFESA NACIONAL

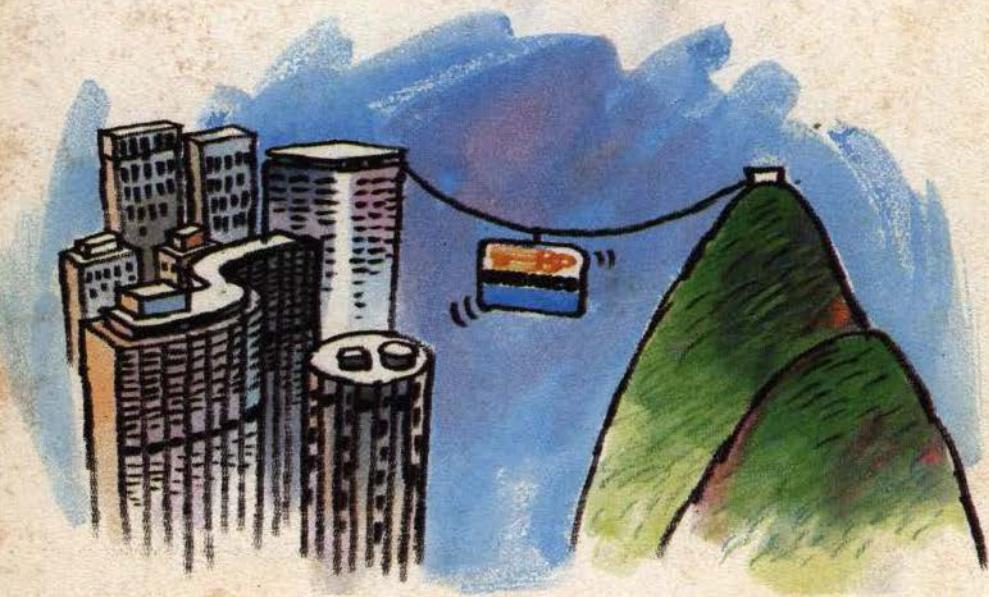
REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



Atuação do
1º Gpt E Cns
nas
estiagens
do Nordeste

Antônio
de Oliveira

Nº 730
mar/abr 1988



Para os clientes do Unibanco, estar em São Paulo ou no Rio não faz a menor diferença.

ra você usa o Terminal de Caixa e o Terminal do Cliente
odas as agências interligadas do Rio e de São Paulo, como se
esse em sua própria agência. É a Rede Unibanco
eleprocessamento interligando as agências para simplificar e
zar as operações de saque, depósito e pagamento de contas.
ra dar a você o saldo e o extrato da sua conta corrente e de

poupança com mais rapidez, conforto e segurança.
Com o cartão Unibanco você também pode usar o Banco 24 Horas
e o Terminal de Compras instalado em postos de gasolina, lojas e
supermercados do Rio e em São Paulo. Você enche o tanque e pag
suas compras eletronicamente, sem cheque e sem dinheiro.
É o Unibanco interligando o bom atendimento para você.

tema Unibanco de Interligação de Agências. Para você se sentir em casa. Em São Paulo ou no Rio

UNIBANCO



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA DO BRASIL SOBRE A ÁFRICA ATLÂNTICA – CONSEQUÊNCIAS. Luis Antonio Menegatto	31
ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA BACIA CARIBENSE Marvin F. Gordon	69
A DEFESA NACIONAL DA CORÉIA DO SUL Choi Sang Bum	93
A ESTRATÉGIA NACIONAL E A SOCIEDADE BRASILEIRA: RECURSOS HUMANOS PARA O PROGRESSO – O PAPEL DA GERÊNCIA Arnaldo Niskier	107

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 Virgílio da Veiga	7
ISRAEL E O PROBLEMA DA COEXISTÊNCIA Therezinha de Castro	13
POBRES COSSACOS Luiz de Alencar Araripe	53
O CONHECIMENTO DO PASSADO E A DETURPAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL Francisco Ruas Santos	81
ARGOLO, O GENERAL-MODELO Filadelfo Reis Damasceno	115
ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO	131

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

PENSAMENTO ORIGINAL: ELEMENTO DE SOBREVIVÊNCIA PARA O PODER AEREOESPACIAL BRASILEIRO Lauro Ney Menezes	63
GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA – UMA INSTITUIÇÃO POLIVALENTE Edmirson Maranhão Ferreira	89
ATUAÇÃO DO 1º Gpt E Cnst NAS ESTIAGENS DO NORDESTE Antônio de Oliveira	145

ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA

A PROBLEMÁTICA DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA DO NORTE FLUMINENSE Pesquisa editorial (ano-base de 1986)	138
EDITORIAL	5
INFORMAÇÕES	174

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redatores — Primeiros Titulares: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redatores); Francisco de Paula Cidade, Mario Ciemecatini, Línia e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéu Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tahorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.	2ª capa
Constran S.A. Construções e Comércio	3ª capa
JI Case do Brasil	4ª capa
Prológica Computadores	4
Philips do Brasil	6
CNI – Confederação Nacional da Indústria	68
GBOEx Grêmio Beneficente	88
Eletrometal Aços Finos	106
Siteltra – Sistemas de Telecomunicações e Tráfego	114
Tenenge – Técnica Nacional de Engenharia S.A.	169

NOSSA CAPA



Quartel-General do 1º Grupamento de Engenharia de Construção (João Pessoa, PB). Subordinado à Diretoria de Obras de Cooperação, do Departamento de Engenharia e Comunicações, o grupamento coordena as ações do 1º Batalhão de Engenharia de Construção (Caiacó, RN), 2º Batalhão de Engenharia de Construção (Terezina, PI), 3º Batalhão de Engenharia de Construção (Picos, PI) e 4º Batalhão de Engenharia de Construção (Barreiras, BA). Através deles, em área que abrange todo o Nordeste, do Maranhão à Bahia, além da missão militar de formação de reservistas, coopera em obras de infra-estrutura regional e nas ações de emergência, durante os períodos das grandes estiagens que vitimam o Nordeste.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Diretor-Secretário:	Cel José Fernando de Maya Pedrosa
Diretor-Administrativo:	Cel Sady Nunes
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Luiz Tavares Pereira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires
Conselho Fiscal:	Cel R/I Asdrubal Esteves
	Cel José Claudio de Castro Chagastelles
	Ten Cel José Carlos Guimarães Osório
Suplentes:	Ten Cel César Augusto Barroso Ramos
	Ten Cel José Eugênio de Carvalho
	Ten Cel Jaire Brito Prieto
	Ten Cel Marcio Paiva Barroso

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Redator-Executivo:	Cel R/I Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis
	Cel Claudio Moreira Bento
	CMG José Correia de Sá e Benevides
Publicidade:	Professor Jorge Boaventura
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo
	Nathercia Martinelle

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cr\$ 120,00

Exterior – US\$ 50

Número avulso – Cr\$ 30,00

As importâncias deverão ser enviadas por cheques ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua México, 148, gr. 501

CEP 20031 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 240-1530

MAIS DE 3.000 SOLUÇÕES PARA O SEU NEGÓCIO.



Solution 16

O Solution 16 foi concebido totalmente compatível com o IBM PC®/XT: a máquina de maior sucesso mundial.

Consequentemente, é a máquina com mais títulos de software disponíveis no mercado: são mais de 3.000 soluções para profissionais, pequenas e médias empresas, e departamentos de grandes empresas, qualquer que seja o seu negócio ou atividade.

Aliás, na compra de um Solution 16, você ganha grátis um catálogo que relaciona os principais softwares existentes para micros de 16 bits.

O Solution 16 é também uma máquina de grandes recursos: tem memória RAM de 512 Kb, saída para

vídeo colorido, interface incorporada para impressora paralela, e slots livres para a conexão de todos os acessórios compatíveis com o IBM PC®/XT, permitindo, entre outras operações, acesso ao Cirandão e Videotexto, comunicação micro a micro, emulação de terminal, e ligação de um mouse.

E se você ainda necessitar maior capacidade de armazenamento de memória, o Solution 16 permite incluir um disco rígido de 10 Mb no próprio gabinete da máquina.

Tudo isto num conjunto integrado: o teclado fecha sobre a



caixa tornando-o mais compacto, fácil de transportar e de instalar. O Solution 16, na sua configuração básica, tem capacidade, por exemplo, para processar 600 páginas de texto, mala díu etá com 6.000 nomes, controle de estoque com 4.000 itens e faturamento de 3.200 duplicitas, no mínimo.

Conheça de perto o Solution 16, assistindo uma demonstração gratuita nos principais magazinês e lojas do ramo, e ganhe de brinde um catálogo de software e uma introdução ao micro computador.

E comprove as inúmeras vantagens que ele vai trazer para o futuro dos seus negócios, fazendo com que o seu antigo micro seja apenas parte do passado.

Compre já um Solution 16: o momento exige decisões mais eficientes.

Vídeo
De 12" monocromáticos verde, com controle d'intensidade.

Teclado
Compõe por 89 teclas com caracteres em português, 10 teclas de funções e teclado num reduzido.

Unidade de Disco
2 discos flexíveis: dupla face com capacidade de 360 kb cada.

Documentação
Manual de instrução objetivo e didático, bem como catálogo com os softwares disponíveis no Brasil para IBM PC®.

CF
COMPUTADORES PESSO

TECNOLOGIA PROLOGICA



EDITORIAL

Levará ainda algum tempo para que o julgamento da Revolução de 31 de Março de 1964 possa ser feito com imparcialidade e justiça. A emocionalidade com que se pretende julgá-la no presente tem contribuído para o condicionamento dos jovens à sua percepção sob a ótica deformada do autoritarismo.

Subproduto de um dos traços marcantes do caráter nacional, qual seja, o individualismo, o autoritarismo só é percebido e condenado quando não é praticado por nós próprios. Ele se manifesta tanto na promulgação de atos institucionais ou decretos-leis e na repressão do desafio à legislação vigente, como na imposição da vontade de grupos minoritários nas assembleias de classe e na ação dos piquetes nos movimentos grevistas.

Em artigo assinado por seu Redator-Executivo, **A Defesa Nacional** ressalta o fato histórico cuja efeméride se insere no biênio do presente número e apresenta uma interpretação endereçada aos jovens, destacando aspectos quase sempre omitidos pelos que se ocupam, hoje, em comentá-lo.

MAIS DE 30



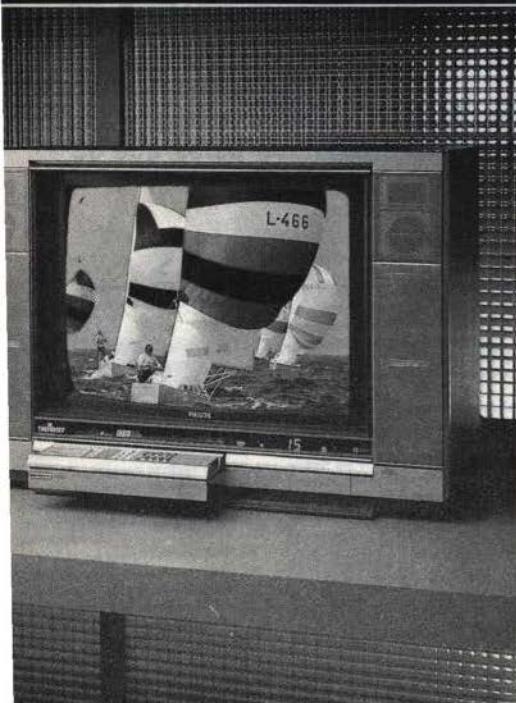
Quando a Philips inventou o Sistema Compact Disc Digital de áudio, o som digital a laser, os críticos e entusiastas de música ficaram emocionados com o som puro e perfeito. Sem distorções, ruidos ou ruídos. Além disso, o processo de leitura óptica que não desgasta o disco e a película protetora que recobre a gravação digital tornaram os discos quase eternos.

Mas o Compact Disc é hoje mais do que uma maneira de obter um som puro e perfeito. A Philips levou o CD mais longe envolvendo o CD-ROM (Read Only Memory), que com seus 600 megabytes pode armazenar até uma enciclopédia completa.

E o CD-Interactive, que dá acesso de forma interativa e simultânea a um sistema multimídia, com áudio, vídeo, textos e dados.



Philips. Dá o tom em matéria de som.



Mas se a Philips aperfeiçoa o som e a imagem da era digital, também aperfeiçoa seus aparelhos de TV. E aí está o Trendset 20 Stereo Espacial. Imagem perfeita, som perfeito e estéreo. Painéis de conexão que permitem ligar diversos equipamentos de áudio e vídeo ao mesmo tempo.

O sistema de controle remoto destacável, o mais completo disponível no mercado, com 31 funções. Tanto o Compact Disc como o Trendset 20 Stereo Espacial são provas de como a pesquisa da Philips é usada para inovar sempre, dando mais colorido à sua vida.

Philips. Produtos de última geração.



PHILIPS



A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964 — UMA APROXIMAÇÃO SINTÉTICA ENDEREÇADA AOS JOVENS

Virgílio da Veiga

O aniversário da Revolução de 31 de março de 1964 insere-se no bimestre abrangido por esta edição.

A Defesa Nacional assinala essa efeméride, em artigo assinado por seu Redator Executivo, sem qualquer conotação de saudosismo ou insinuação de retorno. Mas como registro de uma fase muito profícua da vida republicana, de uma tentativa de organização econômica, social e política para o País, que só não deu certo em função das condições internacionais adversas.

Faz parte de qualquer mudança de regime tentar-se dengrir o passado recente, como forma de autopreservação.

A Defesa Nacional entende ser de justiça apresentar uma interpretação desse período que marcou o Brasil, não com o estigma do arbitrio na acepção que se empresta ao termo, mas como um salto vigoroso para a posição que lhe cabe ocupar entre as nações terrestres, cuja dimensão e benefícios decorrentes haverão de sobrepor-se às avaliações distorcidas que dele se faz.

O arbitrio, quando existiu, jamais deixou de considerar os interesses legítimos do País e a vontade soberana do seu povo.

Haja vista a forma como se extinguiu.

Para os jovens leitores que viveram os tempos das "diretas já" e se impregnaram da abominação do "entulho autoritário", da "ditadu-

ra militar", e do "Brasil nunca mais", a oportunidade deste artigo é, quando nada, discutível, senão imprópria.

É normal que se julguem fa-

tos do passado com dados do presente.

Em 31 de março de 1964, eram eles ainda crianças, bebês apenas ou sequer tinham nascido.

Para entender e julgar o que se passou vinte e três anos atrás, é preciso que se tenha vivido aquela época, com condições de bem interpretá-la.

Vamos, assim, tentar viver o cenário desse tempo.

Imaginem os cariocas um Rio de Janeiro sem túnel Rebouças, sem túnel Dois Irmãos, sem ponte Rio-Niterói, sem metrô, sem elevados, sem viadutos, sem passarelas, sem supermercados, sem *shopping centers*, Aterro do Flamengo ainda em construção...

De igual forma, os naturais de outras cidades, outros estados, encontrarão parâmetros próprios em que se apoiar nessa regressão.

Imagine-se um Brasil com apenas 124 mil estudantes universitários; com pouco mais de 11 mil quilômetros de rodovias pavimentadas; com pouco mais de 1 bilhão de dólares de exportação, calcada no café e em produtos primários; produzindo por ano apenas 147 mil veículos e 37,5 milhões de barris de petróleo; com uma política habitacional que, em 26 anos, construirá apenas 120 mil casas financiadas; um Brasil sem Embratel e sem Telebrás, impedido de comunicar-se com os pontos mais distantes do seu território; um Brasil sem informática e

sem TV a cores; com energia elétrica incerta, com uma inflação beirando os 100%, mas sem mecanismos reguladores de proteção de salários e sem poupanças...

Considere-se a escassez contumaz de alimentos promovendo filas intermináveis para a aquisição de produtos básicos de subsistência; considere-se a incerteza de chegar ao trabalho ou retornar ao lar, pela paralisação sistemática do sistema de transportes...

Imagine-se, nesse contexto, um Presidente da República sem a serenidade e a seriedade do atual Presidente, mas um Presidente influenciado pelas ambições do próprio cunhado e por grupos sindicais de pressão, em campanha populista aberta, visando a desmoralização do Congresso e das instituições nacionais, na luta por uma intitulada "República Sindicalista", mal delineada nos seus objetivos e intenções, mas profundamente comprometida com a subversão...

Imagine-se o Movimento Comunista Internacional, não em processo revisionista de sua postura econômica e política de agora, às voltas com a penosa aventura do Afeganistão, assustado com a chamada "guerra nas estrelas" e forçado a reconhecer o fracasso do estado-empresário como produtor dos bens de consumo reclamados pela sociedade. Mas o Movimento Comunista Internacional vitorioso na quebra do monopólio

nuclear do seu grande rival, lançando-se pioneiro na conquista do espaço e empenhado ostensivamente em manipular o descontentamento das massas populares que ele mesmo atiçava, para seu exclusivo benefício...

Imagine-se, por fim, a vitória recente da Revolução Cubana, instalando o primeiro governo comunista na América e exportando, para as populações insatisfeitas do resto do continente, seu ilusório fascínio.

Pois bem, foi esse, nos seus aspectos mais significativos, o caldo de cultura que propiciou as condições para a eclosão do Movimento de Março de 64.

Não foi ele, porém, sua causa.

As causas são bem mais antigas e bem mais profundas.

Em relação à colonização espanhola, a colonização portuguesa tem, pelo menos, um ponto em comum. Precavidos contra a autodeterminação das colônias, não as orientaram para administrarem seus próprios destinos. Os governantes que lhes ofereceram foram pródigos em exemplos de abusos, desonestidade, ambições pessoais e apego aos benefícios proporcionados pelo poder.

Essa foi a origem da nossa formação política, beneficiada pelo descuido para com a educação do povo, sempre relegada a plano secundário, pelas nossas próprias condições de pobreza ou pela determinação criminosa nesse sentido.

Em decorrência de uma

classe política malformada, das condições precárias de educação do povo e da crônica submissão ao capital externo, preço que teve que pagar ao assumir a condição de nação independente, o Brasil se manteve à margem das transformações que ocorreram no mundo, mormente a partir da Revolução Industrial, do surgimento da máquina como força de trabalho.

A partir da Primeira Grande Guerra, as mudanças do mundo passaram a fazer-se com velocidade espantosa, e o descompasso do progresso foi-se tornando cada vez mais intenso, hierarquizando as nações de acordo com seu grau de desenvolvimento. E as aspirações pelo uso dos benefícios criados por esse progresso foram sendo sentidas com intensidade crescente graças à evolução assombrosa dos meios de comunicação de massa e ao poder das mensagens por eles produzidas.

Faltava-nos base econômica para atender aos reclamos sociais, enquanto a estrutura política, permanentemente envolvida por problemas de menor dimensão, negava os instrumentos necessários para construí-la.

Alheias ao jogo de interesses dominante, as Forças Armadas, mercê do patriotismo estôico que cultuam, em função de sua destinação constitucional, foram periodicamente chamadas pela sociedade, ao longo da vida republicana, a intervir no processo político.

Desprovidas de ambições,

nuclear do seu grande rival, lançando-se pioneiro na conquista do espaço e empenhado ostensivamente em manipular o descontentamento das massas populares que ele mesmo atiçava, para seu exclusivo benefício...

Imagine-se, por fim, a vitória recente da Revolução Cubana, instalando o primeiro governo comunista na América e exportando, para as populações insatisfeitas do resto do continente, seu ilusório fascínio.

Pois bem, foi esse, nos seus aspectos mais significativos, o caldo de cultura que propiciou as condições para a eclosão do Movimento de Março de 64.

Não foi ele, porém, sua causa.

As causas são bem mais antigas e bem mais profundas.

Em relação à colonização espanhola, a colonização portuguesa tem, pelo menos, um ponto em comum. Precavidos contra a autodeterminação das colônias, não as orientaram para administrarem seus próprios destinos. Os governantes que lhes ofereceram foram pródigos em exemplos de abusos, desonestidade, ambições pessoais e apego aos benefícios proporcionados pelo poder.

Essa foi a origem da nossa formação política, beneficiada pelo descuido para com a educação do povo, sempre relegada a plano secundário, pelas nossas próprias condições de pobreza ou pela determinação criminosa nesse sentido.

Em decorrência de uma

classe política malformada, das condições precárias de educação do povo e da crônica submissão ao capital externo, preço que teve que pagar ao assumir a condição de nação independente, o Brasil se manteve à margem das transformações que ocorreram no mundo, mormente a partir da Revolução Industrial, do surgimento da máquina como força de trabalho.

A partir da Primeira Grande Guerra, as mudanças do mundo passaram a fazer-se com velocidade espantosa, e o descompasso do progresso foi-se tornando cada vez mais intenso, hierarquizando as nações de acordo com seu grau de desenvolvimento. E as aspirações pelo uso dos benefícios criados por esse progresso foram sendo sentidas com intensidade crescente graças à evolução assombrosa dos meios de comunicação de massa e ao poder das mensagens por eles produzidas.

Faltava-nos base econômica para atender aos reclamos sociais, enquanto a estrutura política, permanentemente envolvida por problemas de menor dimensão, negava os instrumentos necessários para construí-la.

Alheias ao jogo de interesses dominante, as Forças Armadas, mercê do patriotismo estôico que cultuam, em função de sua destinação constitucional, foram periodicamente chamadas pela sociedade, ao longo da vida republicana, a intervir no processo político.

Desprovidas de ambições,

contornavam as crises determinantes do seu chamamento e recolhiam-se aos quartéis, restituindo o governo ao poder civil. Logo o processo voltava a repetir os mesmos erros e se restabelecia o círculo vicioso.

A partir de 1945, para pôr fim à ditadura Vargas, essas intervenções foram-se tornando cada vez mais freqüentes: em 1954, em oposição, uma vez mais, a Vargas, em seu novo mandato constitucional; em 1955, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, Presidente eleito; em 1961, para opor-se à posse de João Goulart, vice-presidente do renunciado Jânio Quadros.

Desta sorte, em 1964, em face do contexto de inicio esboçado, quando chamadas a intervir no processo político, as Forças Armadas, considerando os insucessos de suas posturas anteriores e as peculiaridades da conjuntura internacional, estimulantes à implantação de governos militares como meio de deter a expansão desenfreada do comunismo, decidiram assumir o poder.

Dispunham-se elas a promover uma revolução nos campos econômico, social e político e alcançar uma democracia legítima e durável, que pudesse caminhar, em passos firmes, sem a sua tutela.

Fortalecendo o Poder Executivo, os governos militares, sob o lema "desenvolvimento e segurança", conseguiram neutralizar oposições e, pela continui-

dade administrativa, jamais conseguida até então, colher expressivos êxitos no campo da economia, a partir do qual entendiam tornar viáveis as transformações exigidas nos campos social e político.

A inflação que, em 1964, beirava os 100% declinou, três anos após, até abaixo de 20% e se estabilizou nesse índice, entre 1967 e 1973. Produziram-se no período taxas de crescimento que assombraram o mundo, dando origem ao chamado "milagre brasileiro", que tanto orgulho despertou àquele tempo e que tantas contestações recebe em nossos dias. O emprego se fez pleno, e o País encheu-se de esperanças.

A Revolução afigurava-se consolidada e irreversível, com o apoio e sob os aplausos da grande maioria dos brasileiros.

Aí aconteceram os conhecidos "choques do petróleo". Desestabilizou-se, com eles, a economia mundial, deixando, em pouco tempo, fora de controle os preços cobrados nas operações de crédito a que se obrigaram os governos militares, para garantir a consecução das metas por eles formuladas e fornecer-lhes meios para enfrentar os novos desafios gerados na economia do País.

De tudo isso, resultou o crescimento da dívida externa, alçada a níveis jamais imaginados, a inflação atingiu a casa dos três dígitos e as consequências sociais se fizeram sentir, municiando a reação política.

Reconhecendo seu divórcio com a opinião pública, o Movimento traçou então o caminho da abdicação voluntária do poder, devolvendo-a à vontade popular, antes de ter atingido os objetivos a que se propusera.

Dentre eles, o de maior apelo político passou a chamar-se "dívida social" que, desfraldada como bandeira, procurou invalidar todas as conquistas revolucionárias. Sob a ótica radical das transformações abruptas, em vez de progressivas, todos os passos dados pela Revolução em benefício do trabalhador foram esquecidos. O FGTS, o FUNRURAL, o FINSOCIAL, a aposentadoria por velhice do homem do campo, a demarragem da reforma agrária e tantas outras criações desmentem o descaso imputado à Revolução com os problemas sociais.

A verdade, encarada sem paixões, é que, no processo de desenvolvimento da nação brasileira, o Movimento de 31 de Março de 1964 representou um passo de gigante, cuja verdadeira dimensão o futuro haverá de comprovar.

Seu julgamento não se fará pelas eventuais ações de arbítrio que cometeu, pela empatia dos homens que a conduziram, nem pelos desvios de comportamento no uso do bem público em que, marginalmente, possa ter-se envolvido. Mas pelas transformações que produziu, sólidas e inofensáveis no campo econômico, e cujos benefi-

cios, diretos no campo social e indiretos no campo político, haverão de receber o reconhecimento da posteridade.

Quem comparar, com isenção de espírito, o Brasil de agora com o Brasil de 1964, catalogando as conquistas consumadas, há de constatar que os 23 anos de "arbítrio", ou "ditadura militar", se fizeram sempre pensando num destino melhor para nossa Pátria.

Ao fim do regime revolucionário, malgrado todas as dificuldades enfrentadas, tinha-se conseguido entre seus feitos de maior relevância: diminuir a dependência do País em relação à importação de energia de 80% para menos de 40%; aumentar as exportações anuais, de 1,2, para 22 bilhões de dólares; a produção industrial em 85%; a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares; criar 13 milhões de novos empregos; registrar a presença de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares; ampliar a população economicamente ativa de 29,5 milhões para 45 milhões e 797 mil. Já em 1983, a expectativa de vida aumentara de 55 para 63 anos; o número de unidades habitacionais financiadas, de 120 mil para 4 milhões e 200 mil, e em 266% o percentual de água tratada nos municípios brasileiros. Em 1964, éramos a 49ª economia mundial, com uma população de 80 milhões de pessoas e uma renda per capita de 900 dólares; no início de 1985, tí-

nhamos sido alçados à posição de 8^a economia do mundo, com 130 milhões de habitantes e uma renda *per capita* de 2.500 dólares. Ao término do período revolucionário, nossa dependência do exterior para crescer diminuía significativamente, graças à política de substituição de importações.

Mesmo os maiores opositores do "regime militar" hão de reconhecer que, sem esses resultados, o chamado Plano Cruzado teria sido inviável, ou demoraria muito menos para apresentar seus desequilíbrios em

relação à verdade da economia.

De resto, se nenhum saldo positivo se pudesse destacar, o Movimento de 31 de Março de 1964 livrou o Brasil dos grupos de guerrilha que se enquistaram, resistentes, nos países em torno de nós, e do terrorismo ideológico, praga maldita que grassa pelo resto do mundo. E, mais que tudo, extinguiu-se sem traumas, sem heranças de ódio, mercê de sua sensibilidade à vontade da Nação e de sua identificação com os anseios legítimos de parcela ponderável do nosso povo.



Cel Eng R/1 VIRGÍLIO DA VEIGA – Promovido ao posto atual por merecimento em 30.04.75, tem os seguintes cursos militares: Engenharia, da Academia Militar das Aguas Negras; Instrutor de Educação Física, da Escola de Educação Física do Exército; Técnica de Ensino, do Centro de Estudos de Pessoal; Operacionalização dos Objetos Educacionais, do CEP; Ensino Programado, do CEP; Engenharia, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército; Comando e Estado-Maior, da Escola de Comando e Estado-Maior dos EUA (Fort Leavenworth); Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra. Entre suas comissões mais recentes destacam-se: Instrutor da ECUME, Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia de Construção; Comandante do 3º Batalhão de Engenharia de Combate; e Participante da 8ª Conferência dos Exércitos Americanos.



ISRAEL E O PROBLEMA DA COEXISTÊNCIA

Therezinha de Castro

"Porém não nos é permitido descansar em nenhum lugar."
(Canção do destino, de Hölderlin)

Após a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio tornou-se, sem dúvida, a região mais explosiva da Terra. Therezinha de Castro interpreta suas causas, a partir da formação do moderno Estado de Israel e dos problemas de coexistência com os demais países da área que ela criou. É uma aproximação com boa dose de realismo, bem fundamentada historicamente, ainda que passível de debate, que traz à baila toda a complexidade de uma conjuntura cujo desfecho se afigura de difícil previsão.

INTRODUÇÃO

Ainstabilidade política de Israel -nada mais é do que um dos aspectos das crises sucessivas por que atravessa o Oriente Médio. Impondo-se a agravante do problema apartheid - com os árabes, de um lado, alegando sua maioria étnica e predomínio absoluto na região desde o início da Idade Média; de outro lado, os judeus

considerando a Palestina a Terra Prometida, herdada de seus antepassados lá instalados sob o comando de Abraão.

Na realidade, os árabes se recusam a aceitar a existência política de Israel, encarando este Estado como *um enclave do Ocidente em país do Oriente*. Assim, considerar Israel num contexto exclusivamente árabe será ignorar o impacto mais amplo que esse país vem tendo

também no cenário afro-asiático. Desse contexto geopolítico se deu conta Ben Gurion, primeiro chefe de governo de Israel a afirmar que o novo país que surgia "só geograficamente está no Oriente Médio, mas não é dele". Do ponto de vista geoestratégico, este posicionamento só se implantaria se fosse levado em conta que "sua sobrevivência e segurança exigiam colocar sua amizade para com os países europeus muito acima dos meros sentimentos que prevalecem entre o povo árabe".²

Essa autêntica infiltração do Ocidente no Oriente era justificada por Chaim Weizmann³ como um simples embate do "deserto versus civilização" e textualmente endossada pelo estadista sul-africano Jan Christian Smuts:⁴ "O Oriente Médio esteve adormecido durante séculos; vejo assim Israel emergir como força vital, liderando países

seus vizinhos pelas sendas do progresso." Ainda no século XIX, Theodor Herzl vislumbrava que se um Estado judeu viesse a ser formado, estaria destinado a "fazer parte de uma muralha de defesa da Europa na Ásia, bem mais apropriadamente, um posto avançado da Civilização contra o Barbarismo".⁵

O "quisto geopolítico" que Israel viria a formar no Oriente Médio é ilustrado por Abba Eban:⁶ "A idéia não deve ser a da integração. Inteiramente ao contrário – a integração é algo a ser evitado." Sendo um achquenazim,⁷ receava que "a predominância de judeus de origem oriental venha obrigar Israel a igualar seu nível cultural com o do mundo de seu vizinho... Muito longe de considerar nossos imigrantes de países orientais como uma ponte para a nossa integração com o mundo de língua árabe, nosso objetivo deve ser o de infundir nele o

¹ *Rebirth and Destiny of Israel*, pág.489.

² Citado por J. Artusky, *The Tragedy of Israeli Chauvinism* Berkeley, Califórnia, 1967, pág.191.

³ "The Position in Palestine" *Palestine Papers*, nº 2, Jewish Agency for Palestine, Londres, 1929-30, pág.24.

⁴ *South Africa Jewish Chronicle* (SAJC), 15 de setembro de 1950.

⁵ Citado por Arthur Hertzberg, *The Zionist Idea: A Historical Analysis and Reader* Westport, Connecticut: Greenwood, 1959, pág.222.

⁶ *Voice of Israel*, Horizon Press, N. York, 1957, pág.76.

⁷ Os judeus achquenazins, ou europeus propriamente ditos, formam um grupo distinto dos sefardins, oriundos da Espanha, Portugal e imediações do Mediterrâneo, considerados orientais pela grande influência que tiveram dos árabes quando da expansão do Islã.

espírito ocidental, antes de permitir-lhe arrastar-nos para um orientalismo não-natural". Concluindo, Abba Eban tecia comparações, declarando que, impondo-se como Estado, Israel deveria procurar no Oriente Médio um relacionamento similar ao que, na época, os Estados Unidos mantinham com o mundo latino-americano.

FORMAÇÃO DO ESTADO

A faixa de terra que representa a Palestina histórica, depois da dominação egípcia e assíria, foi ocupada pelos hebreus, que, após a morte de Salomão, dividiram-na em dois reinos politicamente independentes, embora permanecesse a unidade religiosa. Eram o Reino de Israel, destruído por Sargão II, rei dos assírios (721 a.C.), e o Reino de Judá, invadido por Nabucodonosor II, que levou os judeus cativos para Babilônia (586 a.C.).

Com a conquista de Babilônia pelos persas de Ciro II, os judeus puderam retornar à Palestina, aí permanecendo até a conquista da região pelos romanos, quando se deu a diáspora, ou seja, a dispersão do povo judaico. A seguir, estabeleceram-se sucessivamente na Palestina bizantinos, árabes e turcos.

O movimento pró-retorno dos judeus à Palestina, ou direito de construir o *Lar Nacional em Eretz Israel*, começou em 1876, com os franceses adeptos da religião judaica. Dois anos depois era criada na "Terra Prometida" uma escola de agricultura e instalada a primeira aldeia de colonização agrária para judeus. Por sua vez, Israel Zangwill, um dos primeiros filósofos sionistas, cunhava o *slogan* de que a Palestina era "uma terra sem povo", devendo por isso ser doada a "um povo sem terra".

Em 1882, a Palestina recebia colonos provenientes do Império russo, enquanto o Barão Edmond de Rothschild entregava grande parte de sua respeitável fortuna à PJCA (Palestine Jewish Colonization Association) para a compra de terras na região destinadas a judeus que desejasse retornar à pátria de seus ancestrais. Observe-se que nesses primórdios a penetração pacífica¹ foi se firmando oficialmente.

No início do século XX, o I Congresso Sionista procurou despertar a consciência nacional israelita para o lançamento das bases de uma posição comum no mundo, à semelhança dos diversos governos, enquanto a Inglaterra agia sem sucesso

¹ Justificando-se essa ação, pois embora sustentada por países ocidentais, onde a colônia judaica era atuante, as primeiras instalações na Palestina, se realizadas por conquista, teriam acarretado uma guerra com outro poder regional – o Império Otomano.

junto à Turquia, célula nuclear do Império Otomano, para que franqueasse a Palestina à imigração judaica. Ante a intransigência turca, os ingleses ofereceram Ungada,¹ na África, aos judeus, que a recusaram, pois não desejavam simplesmente um lugar na Terra – o objetivo real era o retorno à pátria de origem.

É criado então o *Fundo Nacional Judeu* (1901), cuja finalidade era implantar, através da compra, o Estado israelita na Palestina. Por outro lado, malgrado a proibição turca, até 1914 haviam entrado na Palestina cerca de 60.000 judeus.

Vem a Primeira Guerra Mundial, e o Império Otomano coloca-se ao lado da Alemanha contra os aliados. Os judeus são expulsos da Palestina, mas retornam pouco depois como integrantes de uma divisão militar comandada pelo Marechal Allenby. A Inglaterra toma então posição definida com a famosa *Declaração Balfour*. Esta declaração consiste numa carta enviada pelo Ministro Arthur James Balfour, do Foreign Office, ao banqueiro judeu Lord Nathan Rothschild, que por ser muito citada e pouco divulgada vem transcrita abaixo, na íntegra:²

Foreign Office, 2 de novembro de 1917

Caro Lord Rothschild

Tenho muito prazer em transmitir-lhe, em nome do Governo de Sua Majestade, a seguinte declaração de simpatia pelas aspirações judias sionistas, que foi submetida ao Gabinete e por ele aprovada:

"O Governo de Sua Majestade encara com favor o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu e empregará seus maiores esforços para facilitar a consecução desse objetivo, ficando claramente entendido que nada será feito que prejudique os direitos religiosos e civis das comunidades não judias³ existentes na Palestina ou os direitos e estatuto político de que gozam os judeus em qualquer outro país."

Ficar-lhe-ia muito grato se levasse essa declaração ao conhecimento da Federação Sionista.

Seu
Arthur James Balfour

Finda a guerra, o Conselho Supremo Aliado (abril de 1920)

¹Diante dessa recusa, é atribuída a Henry Kissinger, judeu de nacionalidade alemã e posteriormente cidadão estadunidense, a seguinte frase: "Ah, se a Bíblia tivesse sido escrita em Uganda! Tudo seria mais fácil para todos."

²In Leonard Stein, *The Balfour Declaration*, Londres, 1961.

³As comunidades "não-judas" formadas por muçulmanos e cristãos constituíam então 90% da população local.

encarregava a Inglaterra da administração da Palestina, que a Liga das Nações transformava pouco depois em mandato. Permitiram então os ingleses que seja criada uma Agência Judia, para velar pelos interesses dos imigrantes judeus na Palestina. Com o "regime de porta aberta" realizou-se a imigração em massa – russos que escaparam da Revolução Soviética; alemães e poloneses fugindo do advento do nazismo; romenos, tchecos, húngaros, austríacos etc. Forneceram menores contingentes os franceses, belgas, canadenses, estadunidenses e ingleses, pois, bem instalados nos países em que viviam, procuraram neles permanecer. Era a "terra sem povo" que começava a ser dada a "um povo sem terra", isto é, aos judeus europeus achquenazins, em especial. O quadro abaixo ilustra a corrida judaica para a Palestina:

Ano	Nº de imigrantes
1919-32	84.093
1933-39	218.099
1940-47	92.563

Do exposto observamos que, na região palestina, tanto por ocasião da dominação otomana, antes da Primeira Guerra Mundial, como no período de entre-guerras, das sucessivas vagas de colonização surgiu a primeira geração nativa de judeus – os sabras.

Por sua vez, é fato que a população árabe da Palestina recebia esse influxo judaico como uma ameaça, tendo procurado resistir de diversas maneiras, inclusive com uma rebelião contra ingleses e sionistas em 1936-39. Por certo, em face dessa resistência, em 1947, quando os ingleses levaram à ONU a questão palestina, as possessões judias não excediam 7% de todo o território.

Em 1947, a despeito das restrições impostas pelos ingleses e do estabelecimento de controles oficiais, os judeus continuaram a penetrar clandestinamente no território palestino. O exército secreto "Hagana", constituído pelos israelitas, se prepara para se lançar no plano de partilha das terras por eles ocupadas. Em 1948, a população judia alcançava um número aproximado de 700.000 pessoas, correspondendo a um terço da população total da região. Já eram então inevitáveis os choques entre árabes e judeus, levando a ONU a elaborar um projeto de partilha cuja Resolução seria adotada a 29 de novembro de 1947. No entanto, não terminariam aí os conflitos, pois a aquisição global judaica de terras palestinas só se completaria depois da guerra de 1947-48.

Do exposto conclui-se que os excessos cometidos de ambos os lados na guerra que se seguiu à partilha, que terminou com o cessar-fogo decretado em 1948 pela ONU, e complemen-

tado pela Guerra dos Seis Dias (1967), foram causas do êxodo dos palestinos. Donde ser válida a afirmação de que, por mais justos e morais que sejam os fundamentos históricos em que se estriba o Estado de Israel para existir, uma realidade se mantém bem clara – seu aparecimento só foi possível às expensas do povo palestino, marginalizado e transformado em joguete.

A 15 de agosto de 1949, a Inglaterra renunciava a seus direitos como potência mandatária na Palestina; era proclamado o Estado Livre de Israel num território não de 56% da Palestina, como lhe dera a Resolução da ONU, e sim de 77%.

ESTADO DE ISRAEL

Depois do armistício de 1949 firmado com países vizinhos, o espaço territorial do novo Estado de Israel passava a se estender por 20.700km²,¹ pouco menor que o nosso Estado de Sergipe (22.027km²). A situação geográfica de Israel seria então definida por Emil Lengyel,² em face de complexo arcebouço geopolítico, do seguinte modo: "O Oriente Médio é a en-

cruzilhada do Velho Mundo, o elo entre Europa, Ásia e África, entroncamento global dos caminhos aéreos e marítimos, o Dardanelos e Suez. Dentro do Oriente Médio, o Estado de Israel é claramente o *heartland* da encruzilhada."

Dentro do contexto geopolítico, Israel surgia como um *pequeno país encerrado e isolado em meio a uma multidão de inimigos*. Inimigos instalados nos países árabes, não aceitando o Estado judeu como realidade política, objetando que sua existência vem de encontro aos desejos da maioria dos habitantes da Palestina e que, por isso, é ilegal. Este é, pois, motivo para os repetidos ataques de fronteira que vêm caracterizando o relacionamento árabe-israelense dentro do contexto da "política da má vizinhança".

Os árabes passariam a considerar o novo organismo estatal como *um Estado dentro de outro Estado*, tal como Adolf Hitler:³ "O Estado judaico nunca teve fronteiras, nunca teve limites no espaço, mas era unido pela raça." Em contrapartida, o mesmo autor, justificando a implantação de uma Alemanha unida e forte, com fronteiras reais e não fictícias, projetava,

¹ Oficialmente, a área atual do Estado de Israel é de 21.946km², incluindo o território anexado de Jerusalém.

² Israel: Problems of Nation-Building. Headline Series, Foreign Policy Association, nº 89, pág.3.

³ Minha Luta. Editora Moraes Ltda., S. Paulo, 1983, págs. 102-103.

sem que este fosse o seu objetivo, a própria formação do Estado de Israel: "O Estado não é uma assembléia de negociantes que durante uma geração se reúna dentro de seus limites para executar projetos econômicos, mas a organização da comunidade homogênea por natureza e sentimento, unida para a promoção e conservação de sua raça e para a realização do destino que lhe traçou a Providência." Consequentemente, para a manutenção do Lar Nacional no Eretz Israel que consolidaria a conservação da raça, impôs-se a *Lei do Retorno*, dando a "qualquer judeu (legalmente assim definido, de acordo com os estatutos religiosos) o direito de instalar-se em Israel e adquirir cidadania".¹

Em função, pois, dos acontecimentos históricos que marcaram a implantação do Estado, o problema da coexistência de Israel passou a se ater ao princípio de repelir ofensivas, como vêm determinando as circunstâncias estratégicas e políticas, mediante contra-ofensivas reativas, marcadas pelos fatos ocorridos em 1948 e 1973, ou por contra-ofensivas antecipatórias, como as de 1956 e 1967. E, nesse contexto, devemos ressaltar que as derrotas militares

custaram aos países árabes perdas de vidas, reveses políticos, abalos ao prestígio nacional, e até ameaças a regimes vigentes. No entanto, nunca foram e forçosamente jamais serão ameaça a esses países árabes, num contraste marcante com Israel, para o qual uma derrota militar significaria muito mais que a extinção física de sua população, mas, principalmente, a sobrevivência do próprio Estado. Sobrevivência como questão crucial, embasada na verdade histórica de que, em todas as guerras – 1948, 1956, 1967 e 1973 –, Israel se limitou a vencer batalhas, mas não conseguiu a segurança e a paz de espírito que quase sempre premiam os vitoriosos; em contraste com os árabes, que, embora vencidos, jamais perderam a sua causa.

Concluindo-se então que o problema da coexistência para Israel se complementa em explorar ao máximo o seu potencial militar para melhor se enquadrar dentro de dois objetivos vitais: impedir seus vizinhos de lhe moverem a guerra e se manter suficientemente forte para rechaçar os atacantes e derrotá-los. Dentro de tal premissa, a diretriz geopolítica de Israel se resume na manutenção do poder-

¹Samith Farsoun. "South Africa and Israel: A Special Relationship", apresentado à Conferência sobre Tendências e Políticas Sócio-Econômicas na África Meridional, sob a égide do Instituto Africano da ONU para Desenvolvimento e Planejamento, realizado entre 29 de novembro e 12 de dezembro de 1975, em Dar-es-Salaam-Tanzânia, pág. 23.

rio defensivo, sem o qual, logo que nasceu, teria deixado de existir como Estado.

PERIFERIA DE TENSÃO

Israel é o único ponto-chave que, na prática, une os Estados árabes; profundamente divididos por cisões e conflitos. É que nesse âmbito regional do Oriente Médio as fronteiras, verdadeiras periferias de tensão, não se apresentam como resultado de uma unificação interior já consumada. Muito pelo contrário; desde 1919, os tratados de paz vêm determinando a mais profunda *subversão de fronteiras*, estimulando, sobre o assunto, vasta literatura polêmica. Por isso, é válida a afirmação de que, sob o ponto de vista geopolítico, não existem fronteiras no âmbito desse *punctum dolens*; existem, isso sim, zonas de mútuas interpretações das irradiações de núcleos geo-históricos. A tal ponto se impõe esse *status geopolítico* que implica o renascer da obsessão de Haushofer, pregando o "die echte Grenze", defendendo o princípio da fronteira justa e natural, correspondendo plenamente às exigências do Estado, daí se transformando no único meio capaz de determinar sua real segurança.

Ao nascer como Estado, as fronteiras de Israel, baseadas na *linha de armistício de 1949*, estavam fadadas a se transformar

numa periferia de tensão, não sendo, por isso, dentro do contexto geoestratégico, consideradas definitivas. Tidas simplesmente como "defensáveis" provisoriamente, induziram o Conselho de Segurança da ONU à Resolução 242, que destacava a necessidade de proporcionar a Israel fronteiras reconhecidas e seguras. Entretanto, na verdade, geopoliticamente nunca se instalaram na área fronteiras seguras ou reconhecidas (Fig. 1).

É fato que em 1949 Israel expandia seu território na Palestina dos 56% que lhe dera a Resolução da ONU para 77%, sendo também reconhecido que as "linhas de cessar-fogo" que determinavam as novas fronteiras de 1967 deixaram de proporcionar a Israel o mínimo essencial de profundidade geoestratégica, a despeito de haver anexado a Jerusalém árabe e a área circunvizinha. Mantinha-se, no entanto, a periferia de tensão, pois cerca de 5.000 palestinos se transferiam para a margem oriental do Jordão. A vulnerabilidade continuava a se prender ao fato de que toda a largura da planície litorânea ainda variava entre 16 e 24km, mantendo a descoberto os principais núcleos populacionais de Israel, inclusive Tel Aviv e seus subúrbios. Também num posicionamento eminentemente perigoso se encontra Jerusalém, levando Israel a não concordar com a formação de um Estado palestino independente na Cisjordânia (Fig. 1).

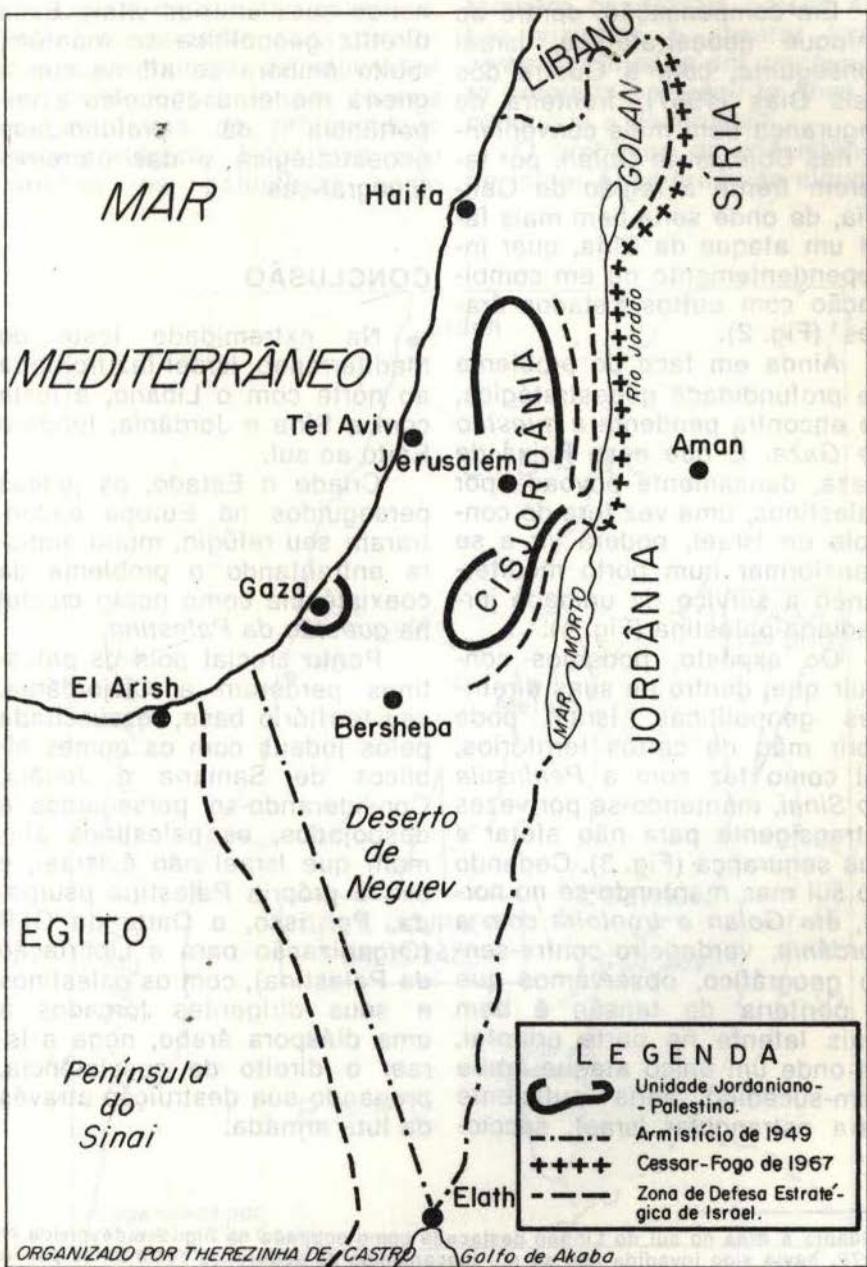


Figura 1. Israel – fronteiras defensáveis. (Organizado por Therezinha de Castro.)

Em compensação, dentro do enfoque geoestratégico, Israel conseguiria, com a Guerra dos Seis Dias (1967), fronteira de segurança bem mais conveniente nas *Colinas de Golan*, por fazerem frente à região da Galileia, de onde seria bem mais fácil um ataque da Síria, quer independentemente ou em combinação com outros Estados árabes¹ (Fig. 2).

Ainda em face do problema de profundidade geoestratégica, se encontra pendente a questão de Gaza. É que essa Faixa de Gaza, densamente povoada por palestinos, uma vez fora do controle de Israel, poderá vir a se transformar num porto mediterrâneo a serviço da unidade jordaniana-palestina (Fig. 1).

Do exposto, podemos concluir que, dentro de suas diretrizes geopolíticas, Israel pode abrir mão de certos territórios, tal como fez com a *Península do Sinai*, mantendo-se por vezes intransigente para não afetar a sua segurança (Fig. 3). Cedendo no sul mas mantendo-se no norte, em *Golan* e fronteira com a Jordânia, verdadeiro contra-senso geográfico, observamos que a periferia de tensão é bem mais latente na parte oriental, de onde um único ataque árabe bem-sucedido seria suficiente para estrangular Israel, seccio-

nando suas artérias vitais. Essa diretriz geopolítica se mantém, muito embora se afirme que a guerra moderna cancelou a importância da profundidade geoestratégica e das barreiras topográficas.

CONCLUSÃO

Na extremidade leste do Mediterrâneo, Israel faz fronteira ao norte com o Líbano, a leste com a Síria e Jordânia, tendo o Egito ao sul.

Criado o Estado, os judeus perseguidos na Europa encontraram seu refúgio, muito embora enfrentando o problema da coexistência como ponto crucial na questão da Palestina.

Ponto crucial pois os palestinos perderam a Cisjordânia, seu território base, ressuscitada pelos judeus com os nomes bíblicos de Samaria e Judéia. Considerando-se perseguidos e despojados, os palestinos afirmam que Israel não é Israel, e sim a própria Palestina usurpada. Por isso, a Carta da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), com os palestinos e seus dirigentes forçados a uma diáspora árabe, nega a Israel o direito da coexistência, pregando sua destruição através da luta armada.

¹Quanto à área no sul do Líbano destacada como ocupada na Fig. 2 e devolvida em 1979, havia sido invadida não só por mecanismos de segurança como ainda por raízes históricas; isto porque no Congresso de Basileia de 1897, os judeus reivindicavam a área até o rio Litani como fronteira natural para o futuro Estado.

Dante da questão palestina, Israel fundamenta suas diretrizes num conceito de segurança nacional concebido em termos de fronteiras de profundidade geoestratégica. Isso leva não apenas os palestinos como

também os demais países árabes vizinhos a encarar Israel como um império em crescimento animado por espírito ativo de conquista e dominação.

O problema da coexistência de Israel é, sem dúvida alguma,

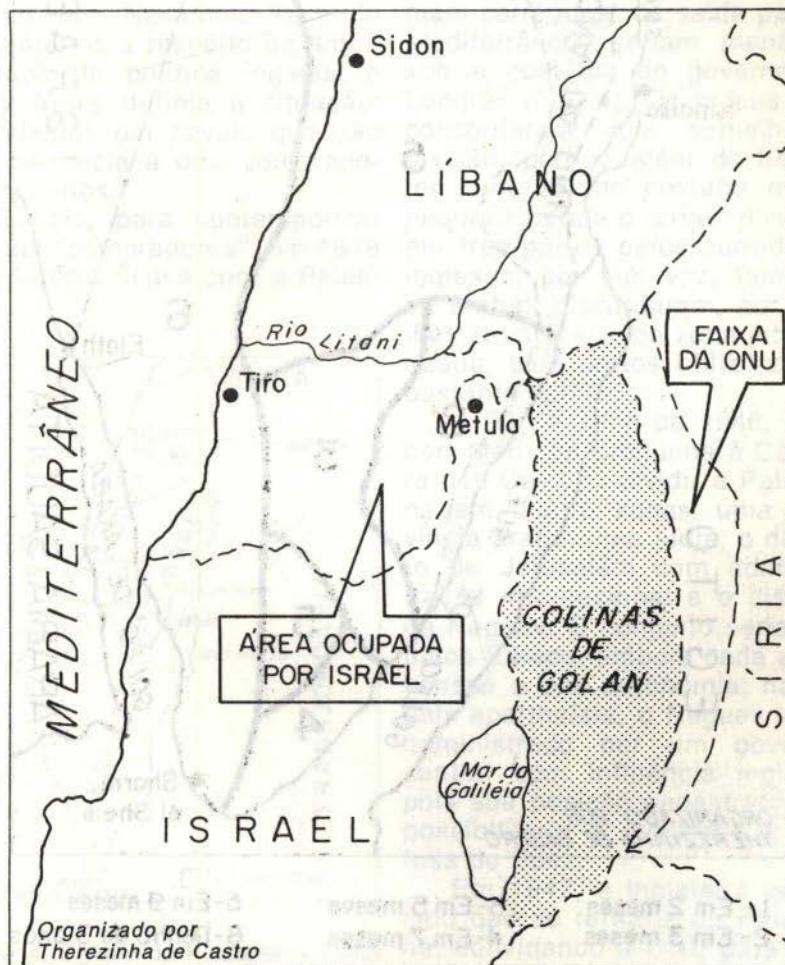
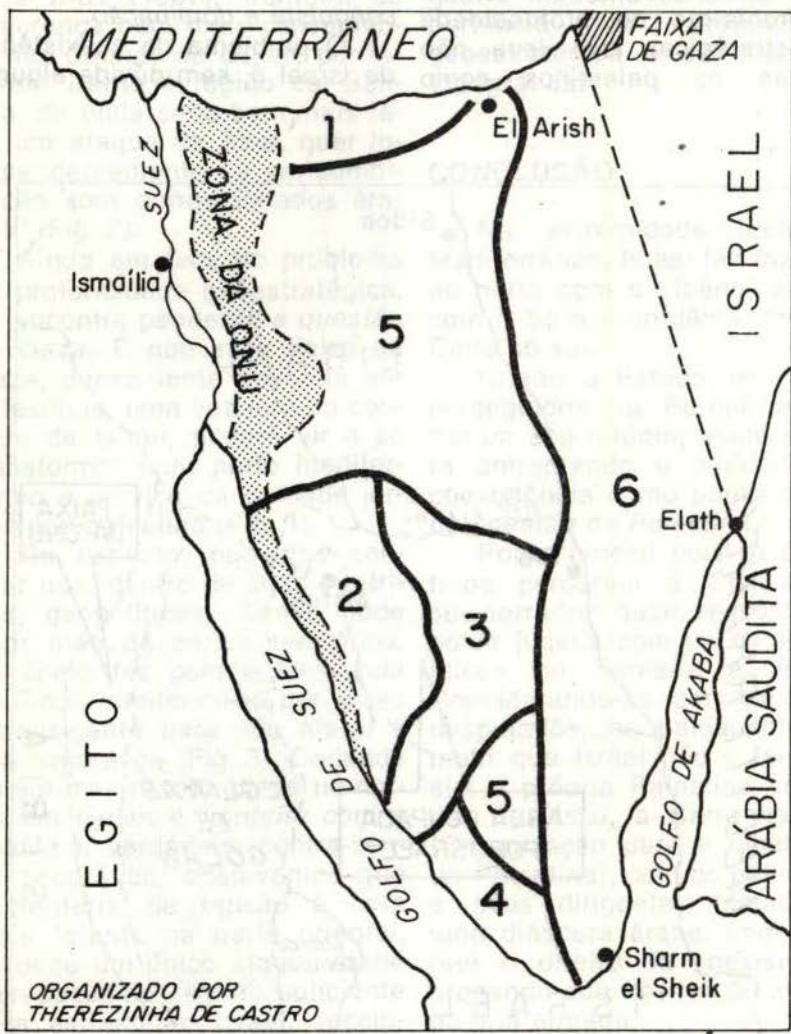


Figura 2. Fronteira norte e nordeste. (Organizado por Therezinha de Castro.)



1 - Em 2 meses
2 - Em 3 meses

3 - Em 5 meses
4 - Em 7 meses

5 - Em 9 meses
6 - Dentro de 3 anos

Figura 3. Sinai: plano de retirada israelense. (Organizado por Therezinha de Castro.)

consequência do *plano inglês de fabricar fronteiras irreais na partilha da Palestina*. Essa fabricação de fronteiras já fora iniciada em 1915, quando a Inglaterra prometia a Palestina aos árabes para que lá formassem parte da futura Grande Arábia; teve continuidade em 1917, quando animava os judeus a lá construíssem o seu Lar Nacional. Tecendo comentários a respeito da ambigüidade da política inglesa, o *Daily News* definia a situação: "Vendemos um cavalo que não nos pertencia a dois compradores distintos."

Depois, para contemporizar os dois "compradores", em 1919 a Inglaterra ficava com a Pales-

tina como território sob mandato. Mas... a partir de então não pôde se furtar dos confrontos entre os dois interessados; daí a Inglaterra, em 1937, propor a divisão da Palestina em três partes – uma ficaria com os árabes, a outra com os judeus, enquanto Jerusalém, Nazaré e Belém, cidades santas, que foram corredores de saída para o Mediterrâneo, seriam mantidas sob a custódia do governo de Londres (Fig. 4). Os judeus não concordaram com semelhante divisão, porque além de herdarem um Estado costeiro muito pequeno, ainda o teriam dividido em três partes pelos corredores ingleses; por sua vez, também os árabes discordaram, por não lhes satisfazer uma zona interiorizada, sem portos utilizáveis e bastante estéril.

A 30 de julho de 1946, Herbert Morrison propunha à Câmara dos Comuns dividir a Palestina em quatro zonas: uma província árabe, uma judia, o distrito de Jerusalém com administração internacional e o distrito do Neguev. O conjunto seria um único Estado, embora cada zona tivesse a sua autonomia; nesse país apartheidista, o Neguev seria administrado por um governo central com influência inglesa, pois sua posição geoestratégica possibilitaria à Inglaterra a defesa de Suez.

Em 1947, a Inglaterra anunciou que se retiraria da Palestina, convidando a ONU para que resolvesse o problema. Novo plano de partilha, desta feita

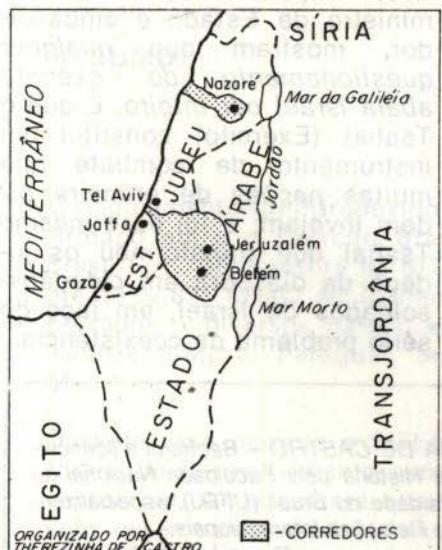


Figura 4. Divisão da Palestina – Plano Inglês (1947). (Organizado por Therezinha de Castro.)

proposto pelos Estados Unidos e Rússia, seria rechaçado pelos árabes. Pretendia-se internacionalizar Jerusalém, transformada num distrito autônomo com 870km² de área, habitado por 170.000 pessoas, das quais 106.000 judeus. A Palestina global seria, por sua vez, dividida em dois Estados: o de Israel, com 14.000km², incluindo a Galileia Oriental, zona que ia de Haifa a Tel Aviv e do Deserto do Neguev até o Golfo de Acre; o árabe, com 11.500km², incluindo a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

A 15 de maio de 1948, sem que as pendências fossem resolvidas, a Inglaterra se retirava da Palestina, e era criado o Estado de Israel, reconhecido pelas duas superpotências mas bloqueado pelos árabes. Eis, pois, a justificativa para que a partir de então a guerra e a diplomacia tenham seguido o seu ciclo. Negociações são paralisadas, posições endurecidas e a diplomacia congelada... e a guerra irrompe. E esse é o tipo de passionalismo que circunscreve a geopolítica do Oriente Médio.

Conseqüentemente, Israel já

teria nascido em guerra, e detém hoje um poderio militar com o qual nem todos os seus vizinhos árabes reunidos podem se medir.

Em Israel, rege a *democracia militar*, o poder pertence aos eleitos, mas os generais que deixam a farda ainda jovens entram logo para a carreira política. Assim aconteceu com Moshé Dayan, que liderou a campanha contra os egípcios em 1956; Yitzchak Rabin, herói da guerra de independência em 1948, encarregado de defender os aquedutos do Neguev, participou na captura do porto de Eilat, tendo ainda ocupado o cargo de chefe de Estado-Maior na guerra árabe-israelense de 1967. Generais, depois respectivamente ministro de Estado e embaixador, mostram que *qualquer questionamento do exército abala Israel por inteiro*. É que o Tsahal (Exército) constitui um instrumento de combate que muitas nações de primeira ordem invejam; e foi esse mesmo Tsahal que transformou os judeus da diáspora em cidadãos-soldados de Israel, em face do sério problema da coexistência.



Profª THEREZINHA DE CASTRO – Bacharel e licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ), especializou-se em Geopolítica e Relações Internacionais.

Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África – Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.

Evolução tecnológica do equipamento transceptor EB11 RY 20/ERC

Evolução tecnológica do equipamento transceptor EB11 RY 20/ERC

RESUMO

O equipamento foi introduzido no Brasil em 1969, por contrato firmado entre o Exército Brasileiro e a AEG-Telefunken do Brasil S.A., antecessora da SITELTRA S.A. Foram produzidos, até 13.02.87, 10.000 equipamentos, dos quais 2.655 foram exportados a diversos países, entre os quais Colômbia, Chile, Tunísia, Chipre, Paraguai, Suriname, Bangladesh, Gabão e Mali.

Durante esse período a SITELTRA investiu consideráveis esforços de desenvolvimento com o objetivo de manter o transceptor permanentemente atualizado em seus componentes e com desempenho equivalente aos similares estrangeiros; podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que o equipamento brasileiro apresenta pontos com qualidade superior aos similares.



Recebimento pelo Sr. Gen Ex Diogo de Oliveira Figueiredo, Chefe do DMB, das mãos do Sr. Mike Lu, Presidente da SITELTRA, da placa comemorativa do 10.000º Transceptor EB-11 RY 20/ERC produzido pela empresa, ocorrido em 23 de abril de 1984.

Evolução do equipamento Transceptor EB11 RY 20/ERC

Histórico

O equipamento foi introduzido no Brasil em 1969 pela AEG-Telefunken do Brasil por contrato firmado com o Exército Brasileiro.

As fases principais desse programa foram:

1970: Obtenção da documentação industrial

1971: Primeira entrega de equipamentos nas seguintes versões:

ERC-110

ERC-201

ERC-202 e

OP -21

com índice de nacionalização de 30%.

1975: Início do redesenvolvimento dos circuitos para utilização de componentes de silício.

1977: Final do programa de siliciação. Equipamentos com índice de nacionalização de 85%. Relação de módulos sili-ciados em anexo.

Foram gastos nesse programa de desenvolvimento 6.754 horas de laboratório, permitindo o início de fabricação dos seguintes novos conjuntos:

OP -24

OP -26

ERC-203

ERC-204

1979: Desenvolvimento do transceptor RY-20A com capacidade de 1.840 canais com separação de 25 kHz. Esta versão, até o momento, é oferecida apenas para Exportação, uma vez que ainda não foi adotada pelo Exército Brasileiro.

Estado atual

Com as constantes melhorias introduzidas, o transceptor fabri-cado pela SITELTRA é comparável, tecnicamente, aos equipa-mentos similares atualmente produzidos no exterior, sendo, às vezes, inclusive superior em qualidade. As configurações básicas atualmente produzidas encontram-se em anexo.

Até o dia 13 de fevereiro de 1987 foram produzidos 10.000 transceptores dos quais 2.655 foram exportados.

Evolução futura

A permanente evolução técnica do equipamento torna-se necessária não só para atender suas necessidades de manutenção, de longo prazo, como também para atender às exigências de mercado.

Para tanto a SITELTRA vem empreendendo o seguinte programa de atualização do equipamento, composto de:

- modernização do transceptor
- nova linha de acessórios

O objetivo da modernização do transceptor é melhorar algumas características técnicas, reduzir o número de módulos, permitindo simplificação de ajustes e testes, assim como ampliar substancialmente a vida útil do equipamento.

Já foram enviados ao exterior transceptores protocolados pela SITELTRA que deverão receber todas as inovações previstas.

Após o seu regresso à SITELTRA as possíveis melhorias serão testadas e apresentadas ao Exército para avaliação.

Quanto à nova linha de acessórios, está prevista a introdução de:

- unidade de controle remoto
- unidade de transmissão por salva ("burst")
- unidade de transmissão de dados
- unidade de criptografia
- conjunto monofone CJ-22
- capacetes CJ-30
- caixa de baterias AX-20



PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA DO BRASIL SOBRE A ÁFRICA ATLÂNTICA — CONSEQUÊNCIAS

Luiz Antonio Menegatto

Extrado de monografia apresentada pelo autor como exigência curricular para diplomação pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – Turma de 1986.

É mais uma contribuição, abordada com método e apoiada em sólida bibliografia, para a compreensão do valor do Continente africano nas relações internacionais do Brasil.

INTRODUÇÃO

A geopolítica encontra seus fundamentos na história e na geografia. É através da interpretação dos acontecimentos históricos à luz da geografia que a geopolítica elabora suas teorias. Além desses dois elementos, a geopolítica se fundamenta, também, no Poder Nacional, porque este se encontra ligado a todos os acontecimentos que permearam a história da humanidade, desde as antigas civilizações, tanto a egípcia como a romana.

Cada autor conceitua geopolítica de forma distinta, mas todos parecem concordar em um

ponto: ela se apresenta de forma dinâmica. Dentre vários autores de expressão internacional, selecionamos dois nacionais, e a maneira como a definem. Everardo Backheuser definiu-a como "a política feita em decorrência das condições geográficas", enquanto para o General Carlos de Meira Mattos, "a geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos".

Dentre as inúmeras conceituações, seja como ciência ou como arte, a Escola Superior de Guerra (ESG) destacou, em seu manual de Fundamentos Teóricos, a do Instituto de Geopolítica de Munique, bastante expressiva:

Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto (ESG-1983,90).

Todavia, as concepções apoiadas apenas nos fatores geográficos encontram-se, em grande parte, superadas pelo avanço tecnológico experimentado pela indústria helicóptero, e só encontram respaldo em um contexto de conflitos realizados em moldes clássicos, utilizando-se armas convencionais. O mesmo, entretanto, não pode ser dito dentro de um quadro de guerra total e lançando mão de todos os recursos disponíveis, pois, bem sabemos, o caráter destruidor e rápido das armas modernas acabou com a invulnerabilidade histórica do continente americano, constituindo-se em constante ameaça para o Brasil, face ao seu posicionamento, debruçado sobre o Oceano Atlântico Sul e próximo à costa ocidental africana.

Assim, analisar a projeção geopolítica do Brasil sobre a África Atlântica, subtraindo dessa análise as principais consequências, constitui um trabalho de âmbito histórico e geográfico

e, também, político e estratégico.

A África Atlântica é entendida como o vasto espaço do continente africano banhado pelo Oceano Atlântico, se desenvolvendo desde o Marrocos, país bioceânico que atinge também o Mar Mediterrâneo, até a República da África do Sul, no limite com o Oceano Índico. Abrange, portanto, vinte países independentes, quais sejam: Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Nigéria, Camarões, Guiné Equatorial, Gabão, Congo, Zaire, Angola e as Ilhas de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde; dois países não-independentes: Saara Ocidental e Namíbia; e, ainda, quatro países mediterrâneos, cujas bacias hidrográficas desaguam no Atlântico: Níger, Mali, Alto Volga e República Centro-Africana (Fig. 1).

Excetuando-se a África do Sul, a paisagem psicosocial é de países subdesenvolvidos, integrando o estágio mais pobre do chamado Terceiro Mundo, mesmo os que, sendo produtores de petróleo, como o Gabão, e a Nigéria, integram a poderosa e influente Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP).

Em algumas oportunidades, estaremos nos referindo aos continentes em que o Brasil e a África Atlântica estão posicionados, tendo em vista não se perder a continuidade dos aspectos analisados, principalmen-

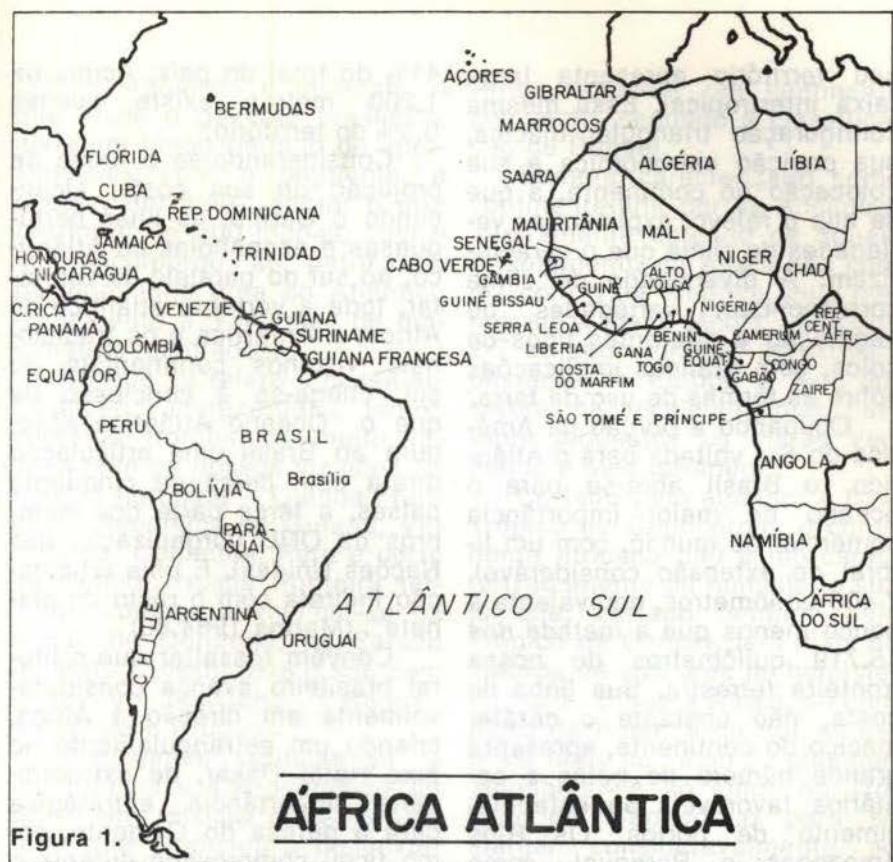


Figura 1.

te quando tratar-se da fisiografia, que será importante para a visualização e o entendimento de todo o contexto no qual essas áreas estão inseridas.

A PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA CONDICIONADA PELOS ASPECTOS FISIOGRÁFICOS

Brasil

Com seus oito milhões e meio de quilômetros quadrados,

cerca de 47% do continente sul-americano, o Brasil ocupa no mundo o quinto lugar em termos de dimensão geográfica, sendo o quarto em área contínua.

Destituído de espaços impróprios à vida humana, este semicontinente afigura-se como um dos países de maior potencialidade no mundo contemporâneo.

Estendendo-se de cinco graus de latitude norte a 33 graus de latitude sul, numa configuração triangular, do Oceano Atlântico à zona pré-andina, o

seu território apresenta larga faixa intertropical. Essa mesma configuração triangular maciça, sua posição astronômica e sua colocação no continente, a que se alia o relevo, explicam as variedades de clima que o caracterizam. A diversidade de clima correspondem variedades de vegetação e diferentes tipos de solos, com grandes implicações sobre as formas de uso da terra.

Ocupando a porção da América do Sul voltada para o Atlântico, o Brasil abre-se para o oceano de maior importância comercial do mundo, com um litoral de extensão considerável, 7.408 quilômetros, equivalente a pouco menos que a metade dos 15.719 quilômetros de nossa fronteira terrestre. Sua linha de costa, não obstante o caráter maciço do continente, apresenta grande número de baías e estuários favoráveis ao estabelecimento de portos. Os Rios Amazonas e Paraguai, como rios de planície que penetram largos trechos interiores, permitem a navegação oceânica até pontos afastados do litoral, ampliando suas condições de acessibilidade.

O relevo apresenta amplitudes altimétricas relativamente modestas. Predominam as terras entre 200 e 1.200 metros de altitude, com uma superfície correspondendo a 58,5% da área total do país, refletindo em uma relativa amenização do clima tropical dominante. As terras baixas, com altitudes inferiores a 200 metros, correspondem a

41% do total do país. Acima de 1.200 metros existe apenas 0,5% do território.

Considerando-se o leque de projeção de sua costa, alcançando o Caribe, as ilhas portuguesas e espanholas do Atlântico, ao sul do paralelo do Gibraltar, toda a vertente atlântica da África, a Antártica e os tradicionais vizinhos continentais do sul, chega-se à conclusão de que o "Oceano Atlântico assegura ao Brasil uma articulação direta com cerca de cinqüenta países, a terça parte dos membros da ONU (Organização das Nações Unidas). E uma articulação indireta com o resto do planeta". (Mattos 1984,80)

Convém ressaltar que o litoral brasileiro avança consideravelmente em direção à África, criando um estrangulamento no eixo Natal-Dakar, de extraordinária importância estratégica para a defesa do Ocidente, como ficou comprovado durante o último conflito mundial. Essa aproximação pode ser mais bem caracterizada, observando-se que a cidade de Recife, situada no saliente nordestino do litoral brasileiro, fica a pouco mais de 3.000km de Dakar, no Senegal, país situado no litoral ocidental do continente africano, enquanto a distância de Recife a Buenos Aires, capital da Argentina, está em torno de 4.000km.

Há que se ressaltar, também, a importância da expressão estratégica dos oceanos face à crescente valorização econômica dos seus infinidáveis re-

curtos orgânicos e minerais, o que levou o governo brasileiro, após um longo perodo de aproximações com o problema, a decidir, em 1970, adotar o mar territorial de 200 milhas, com o que incorporou ao patrimônio nacional uma área do Atlântico equivalente a 3 milhões de quilômetros quadrados.

No que se refere à nossa articulação continental, temos contatos fronteiriços muito tênues com os nossos vizinhos do norte e noroeste – Guiana Francesa, República de Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e norte da Bolívia. Nossa fronteira terrestre começa a vivificar-se na região de Corumbá, no Estado do Mato Grosso, para o sul, com o oriente boliviano, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Concluindo, verificam-se a importância e a dependência do Brasil em relação ao Atlântico, fator que propiciou o desenvolvimento da faixa litorânea em detrimento do seu interior, até bem pouco tempo atrás, também nos aproximando dos países da costa ocidental do continente africano; e também a necessidade de conscientizar-se da importância de um relacionamento mais dinâmico e responsável com seus vizinhos de oeste.

Africa

Com uma área de mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, incluindo-se as ilhas, a

África constitui um continente compacto, segundo a classificação de Renner.

Embora caracterizado como continente-ilha por se encontrar inteiramente cercado de águas, o isolamento da África não condiz com o da América, pelo menos até a Idade Média, visto que 2/7 de seu litoral se aproximam bastante da Europa e Ásia por serem, na escala mundial, bastante modestos os mares Vermelho e Mediterrâneo.

Cortado pelo equador e pelo Trópico de Capricórnio, o continente africano não é tão caracterizadamente do hemisfério sul, já que, cortado também pelo Trópico de Câncer, tem mais da metade de sua área no hemisfério norte. É que a África, ao contrário da América do Sul, se estreita mais ao longo do equador, afunilando-se ao longo do Trópico de Capricórnio para se alargar consideravelmente ao longo do Trópico de Câncer.

Passando as terras africanas pelos 37 graus de latitude norte e alcançando os 35 graus de latitude sul, no alinhamento de Montevidéu, coloca-se o continente nas zonas climáticas equatorial, tropical e subtropical. Pela posição em que se encontra com relação a essas coordenadas, apresenta analogias climáticas ao norte e ao sul do equador, numa quase simetria, só diversificada em função das condições locais, como altitude, orientação e natureza do solo.

A região equatorial se apresenta, *grosso modo*, com tempe-

ratura bem uniforme dia/noite no curso do ano (25° a 26°C em média). As chuvas são abundantes durante todo ano, caracterizado por uma única estação; em função da posição e pluviosidade, é este o *habitat* da espessa floresta equatorial.

Ao norte e ao sul desta zona equatorial, se estendem as áreas tropicais, começando por se delinear uma estação chuvosa ao lado de oscilações térmicas tanto diurnas quanto anuais. Apresentam-se então paisagens de savana de bosque, savana propriamente dita, estepe e, por fim, o deserto.

Ao terminar o limite norte dos desertos do Saara e da Líbia, entra-se na zona subtropical. Aí, a latitude e a altitude, bem como a disposição das terras, ao lado da proximidade do mar a influir diretamente no regime das chuvas, ventos e temperaturas, favorecem a vegetação espontânea espinheta, como também possibilitam o cultivo da videira, da oliveira, da figueira e da laranjeira, entre outras espécies.

No extremo meridional da África Meridional, ao sul do Deserto do Kalahari, a mesma situação se repete. Assim, na região do Cabo da Boa Esperança, a temperatura média do mês mais fresco é de 12 graus e a do mês mais quente, de 20 graus.

O litoral do continente africano se desenvolve ao longo de 27.638km, dos quais a maior parte corresponde ao Atlântico

(10.480km), sendo banhado ainda pelo Oceano Índico e pelos mares Mediterrâneo e Vermelho. Essa costa retilínea, pouco articulada, apresenta como destaque apenas duas grandes saliências: o Atlas ou Berberia na África Ocidental, e a cornucópia africana, na parte oriental; e apenas uma notável reentrância na zona do Atlântico, conhecida como Golfo da Guiné. Por se constituir em simples chanfradura na costa atlântica, formando ângulo reto entre o equador e o paralelo de 10 graus de latitude norte, não é classificada por alguns geógrafos como um autêntico golfo.

A chanfradura da Guiné dota a África de dois setores distintos: o do norte, grosseiramente quadrangular, e o do sul, triangular; em ambos os setores distinguem-se duas grandes barreiras formadas pelos Desertos do Saara e Kalahari.

O relevo africano é caracterizadamente planáltino, com altitude média de 600 metros. Embora sem apresentar uma só cadeia de montanha que se possa comparar às da América, Ásia e, até mesmo, Europa, a área planáltina africana, com situação marginal, contribui para a quase ausência das planícies costeiras. Foi este aspecto fisiográfico, em particular que isolou a África, transformando-a num "continente fechado" e em cujo litoral é freqüente encontrar-se trechos de até 1.500km sem bons portos ou abrigos regulares para embarcações (Fig. 2).

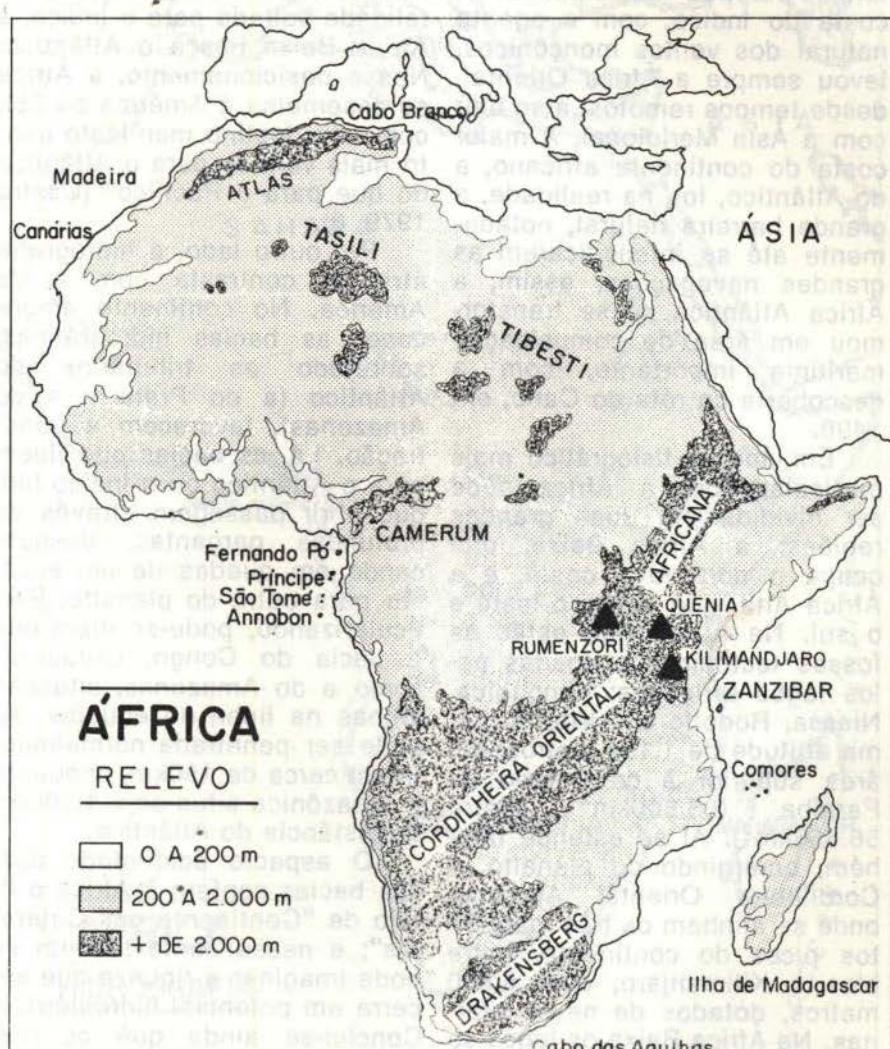


Figura 2.

Assim, o norte ou Magrebe, bloco alto de terras formando uma espécie de quadrilátero, fez sempre parte do núcleo geo-histórico europeu ou asiático. A costa do Índico, com o agente natural dos ventos monçônicos, levou sempre a África Oriental, desde tempos remotos, a se unir com a Ásia Meridional. A maior costa do continente africano, a do Atlântico, foi, na realidade, a grande barreira natural, notadamente até se intensificarem as grandes navegações; assim, a África Atlântica só se transformou em área de comunicação marítima importante, com a descoberta da rota do Cabo, em 1498.

Em ângulo fisiográfico mais particularizado, a África pode ser dividida em duas grandes regiões: a África Baixa, que ocupa o norte e o oeste, e a África Alta, que ocupa o leste e o sul. Na África Alta estão as fossas tectônicas ocupadas pelos lagos africanos: Tanganica, Niassa, Rodolfo e o Vitória, numa altitude de 1.134 metros, em área superior à do Estado da Paraíba (68.800km^2 contra 56.556km^2). Ela se estende também, emergindo do planalto, a Cordilheira Oriental Africana, onde se alinham os três maiores picos do continente, entre eles o Kilimanjaro, com 5.890 metros, dotados de neves eternas. Na África Baixa os lagos se situam em depressões formadas por planaltos; são verdadeiras bacias fechadas onde a mais digna representante é a do Lago

Tchad, alimentado pelo Rio Chari (Fig. 3).

Comparando-se, pode-se concluir que "enquanto a África Alta se encontra e sua quase totalidade voltada para o Índico, a África Baixa busca o Atlântico. Nesse posicionamento, a África se assemelha à América do Sul, com seu destino manifesto muito mais voltado para o Atlântico do que para o Pacífico" (Castro 1979, 8).

Por outro lado, a hidrografia africana contrasta com a da América. No continente americano, as bacias hidrográficas, sobretudo as tributárias do Atlântico (a do Prata e a do Amazonas), favorecem a penetração. Lá, as bacias que fluem para o Atlântico ou o Índico têm que abrir passagem através de profundas gargantas, despendendo em quedas de um escalaço para outro do planalto. Particularizando, pode-se dizer que a bacia do Congo, caudalosa como a do Amazonas, situadas ambas na linha do equador, só pode ser penetrada normalmente em cerca de 150km, enquanto a Amazônica situa-se a 1.500km de distância do Atlântico.

O aspecto acidentado dessas bacias confere à África o título de "Continente das Cataratas"; e nesse contexto bem se pode imaginar a riqueza que encerra em potencial hidroelétrico. Conclui-se ainda que os rios africanos, de um modo geral e principalmente na costa atlântica, ao contrário do que ocorreu nas demais partes do mundo,

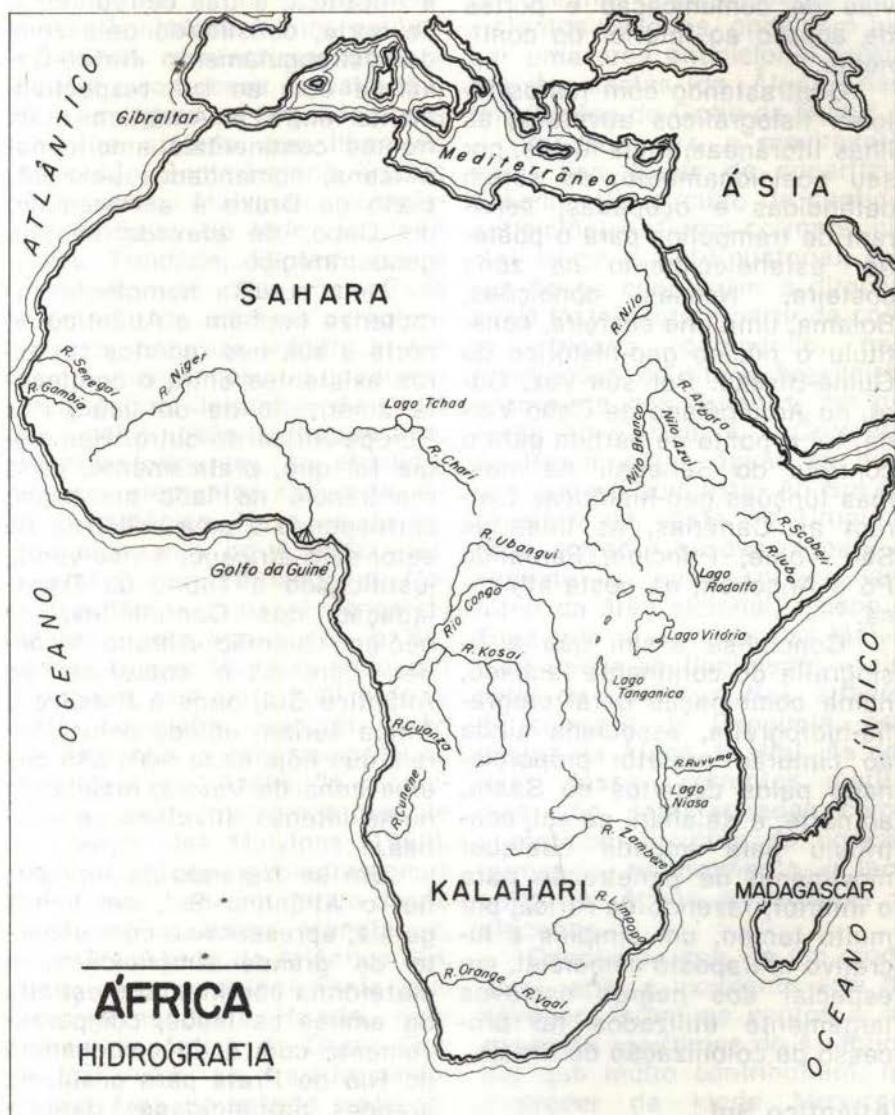


Figura 3.

não desempenharam o seu papel geo-histórico natural como vias de comunicação e portas de acesso ao interior do continente.

Contrastando com tantos fatores fisiográficos adversos, as ilhas litorâneas, mais fáceis, por seu posicionamento, de serem defendidas e ocupadas, serviram de trampolins para o posterior estabelecimento na zona costeira. Nessas condições, Bolama, uma ilha costeira, constituiu o núcleo geo-histórico da Guiné-Bissau. Por sua vez, Goré, no Arquipélago de Cabo Verde, foi o ponto de partida para o controle do Senegal. As mesmas funções geo-históricas tiveram as Canárias, as ilhas de São Tomé, Príncipe, Fernando Pó e Annobon, na costa atlântica.

Conclui-se assim que a fisiografia do continente fechado, numa combinação geral orografia-hidrografia, associada ainda ao cinturão protetor proporcionado pelos desertos do Saara, ao norte, e Kalahari, ao sul, contribuiu para impedir qualquer movimento de penetração para o interior, fazendo da África, por muito tempo, um simples e lucrativo entreposto comercial, em especial dos negros escravos largamente utilizados no processo de colonização do Brasil.

Atlântico Sul

O Oceano Atlântico Sul se caracteriza, em linhas gerais, pelo espaço marítimo compre-

endido entre três frentes continentais: América do Sul, África e Antártica; e três corredores: o do norte, constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar, e dois ao sul, respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana-africana, comandados pelo Estreito de Drake e a Passagem do Cabo, de elevado sentido geoestratégico.

Uma curiosa homologia caracteriza também o Atlântico de norte a sul, nos recortes costeiros existentes entre o continente americano de um lado, e a Europa-Africa do outro. Homologia tal que, praticamente, cada reentrância no lado americano corresponde a uma saliência no setor euro-africano, e vice-versa, justificando a Teoria da Transladação dos Continentes, do geólogo alemão Alfredo Wegener, com base sobretudo no Atlântico Sul, onde o Brasil e a África seriam unidos pelos litorais que hoje nada mais são que uma linha de fratura, resultando numa intensa atividade geopolítica.

Em se tratando da topografia, o Atlântico Sul, em linhas gerais, apresenta-se com aspecto de grande simplicidade. A plataforma continental é estreita de ambos os lados, comparativamente com a da embocadura do Rio do Prata para o sul. As grandes profundidades das regiões abissais, com mais de 5.000 metros, se encontram a uma distância relativamente curta tanto da costa sul-americana

quanto da africana, formando bacias ou depressões.

A quase simetria dessa bacia se contrapõe à linha estável da cadeia montanhosa submarina. Os picos dessa dorsal atlântica emergem ao largo da costa africana através das Ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas, complementando-se do lado brasileiro pelas Trindade, Martim Vaz e Fernando de Noronha. Esse segmento de ilhas se caracteriza pela natureza vulcânica, aspecto montanhoso e pequena área, e que, de pontos de apoio na esteira oceânica do passado, se transformaram, na atualidade, em elementos-chave de valor estratégico. Na zona de estrangulamento do Atlântico Sul (Natal–Dakar), Fernando de Noronha tem seu papel geoestratégico destacado desde a Segunda Guerra Mundial, enquanto Trindade, que dista 700km do litoral brasileiro, adquiriu novo sentido com o renascimento da rota do Caho. Assim, "a despeito da guerra eletrônica durante o conflito das Malvinas (1982), as realidades geoestratégicas em quase nada mudaram desde a Segunda Guerra Mundial, e, em se tratando do Atlântico Sul, quer pelo posicionamento que vem tomando a Rússia, quer pelas discórdias do Grupo Ocidental, vêm se transformando numa área de grande poder de confrontação" (Castro 1984, 99).

Os ventos fortes são praticamente desconhecidos na costa africana e no meio do Atlâ-

tico Sul e raros nas costas brasileiras, constituindo-se no único oceano tropical isento dos violentos ciclones, onde tem lugar uma área anticiclinal próxima às costas da África, nas imediações do Golfo da Guiné.

Por sua vez, o movimento geral das águas de superfície desenha um circuito de sentido anteciclônico. Como corrente inicial surge a Sul-Equatorial, cujas águas conservam a direção geral leste-oeste a partir da costa africana, originando, nas imediações do litoral brasileiro, a corrente das Guianas, em direção ao Caribe, e a Corrente do Brasil, cujas águas se dirigem para o sudoeste. Ao Sul do Brasil e na costa do Uruguai, essa corrente se desvia para o sudeste e, encurvando-se em torno da área ciclonal, recebe a água fria da corrente das Malvinas. Fecha-se finalmente o circuito do Atlântico Sul, através da corrente de Benguela, nas costas da África Austral. As derivas dessas correntes marítimas são caracterizadas como autênticos circuitos de ligação formando, naturalmente, o laço entre as águas americanas e africanas.

Conclui-se que, de um modo geral, ante a incipiente arte de navegar, foram os ventos e as correntes marítimas do Atlântico Sul que muito contribuíram, no alvorecer da Idade Moderna, dentro da dinâmica da geopolítica, para desvendar os dois continentes que repartem as suas ribeiras: a América do Sul e a

África e, no contexto, o Brasil e a África Atlântica.

CONSEQUÊNCIAS

Herança histórica

As relações do Brasil com o continente africano, especialmente a África Atlântica subsaariana, datam quase da formação do nosso País e foram marcadas, durante quatro séculos, pelo tráfico escravo. Cerca de quatro milhões de africanos povaram o Brasil e, através dos seus descendentes, fizeram dele o segundo País do mundo em população negra (preta e mestiça), logo após a Nigéria.

As relações entre o Brasil e a África Atlântica, do século XVI ao século XIX, tiveram no tráfico escravo o seu eixo principal, mas envolveram outros fenômenos que marcaram a história dessas relações. Entre esses fenômenos estão o comércio, Bahia-Lagos sobretudo, que envolvia a troca de produtos brasileiros (fumo de corda, aguardente de cana, e até contrabando de ouro) por produtos africanos (sobretudo os relacionados com os cultos afro-brasileiros) e o retorno de ex-escravos, com seus descendentes, à costa ocidental africana, especialmente para o Daomé (atual Benin), Togo, Nigéria e Gana. Brasileiros rebeldes ao jugo português foram degredados para Angola, que mantinha laços comerciais, culturais e até políticos mais es-

treitos com o Brasil do que com a metrópole portuguesa.

Os africanos ocidentais não foram responsáveis somente pelo povoamento do território brasileiro e pela mão-de-obra servil. Decisivamente, eles plasmaram a nossa formação social pela herança cultural, que, ao longo dos séculos, foi mantida e recriada, numa dialética da preservação-renovação. "Esse acervo cultural, matriz mais importante da cultura popular brasileira e símbolo da unidade nacional, é freqüentemente relegado pela ideologia dominante ao folclore: cama, cozinha e terreiro, isto é: sexo, culinária e supertições (as religiões afro-brasileiras)" (Pereira 1982, 216).

Além da herança cultural, os africanos ocidentais e seus descendentes foram os responsáveis pela implantação, ou adequação aos trópicos, da maior parte do que veio a compor a tecnologia pré-capitalista brasileira, como na mineração, medicina, nutrição e agricultura. Contribuíram significativamente para moldar o linguajar brasileiro e o seu modo de expressar e de sentir. Constituíram a principal matriz da nacionalidade brasileira, através de lutas urbanas e rurais. Entre essas últimas, destacam-se os quilombos, antagônicos e paralelos ao poder escravocrata colonial, que cruzaram todo o espaço e tempo histórico brasileiros. Nessas lutas, os africanos e seus descendentes assumiam o papel de povo,

nacional, contra o ocupante estrangeiro, português.

Em síntese, as relações do Brasil com a África Atlântica foram, no passado, intensas e predatórias para o lado africano. A interação comercial e cultural, durante e depois do período do tráfico, só se apagou com a conquista da costa ocidental africana pelo colonialismo europeu, no final do século XIX. A partir de meados do século XX, porém, após esse interregno forçado, as relações do Brasil com a África Atlântica serão retomadas em outros termos.

Valorização das relações

Brasil–África Atlântica

Após um período de apoio à política portuguesa na África Atlântica, que trouxe como consequência tanto manifestações de protestos por parte dos países africanos como opiniões divergentes entre os diversos órgãos governamentais, o Brasil desperta para o interesse político por essas nações, consideradas agora uma região potencial à espera de valorização política e econômica.

Em 1972, o então Chanceler Gibson Barbosa realizou uma viagem a nove Estados da África Atlântica: Camarões, Costa do Marfim, Benin, Gabão, Gana, Nigéria, Senegal, Togo e Zaire. Na escolha dos países visitados ficou a intenção de estreitos laços horizontais no Atlântico Sul com os vizinhos de além-mar. O oceano é valorizado geopoliti-

camente como zona de contato entre comunidades distintas, deixando de ser considerado limite intransponível para converter-se em vínculo de vizinhança geográfica. O objetivo que se perseguia era, sobretudo, o estreitamento dos laços políticos e dar nova vida aos laços culturais e históricos que os haviam unido na época colonial.

Não obstante, os países africanos questionavam a política brasileira de desdobramento em relação a seu continente, porque, enquanto tentava aproximar-se deles, mantinha sua aliança com Portugal e boas relações com o regime racista da África do Sul. Com a Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, o novo governo, de orientação progressista, proclamou-se a favor da pacificação da África, o que ajudou o Brasil a superar a sua política ambígua, optando pela defesa da independência dos povos sob dominação colonial. Em 1974, deu-se o reconhecimento, por parte do Brasil, da independência da Guiné-Bissau e, em 1975, a de Angola, países de língua portuguesa, com quem passa a empreender laços privilegiados, assumindo uma posição de liderança nessa comunidade.

Paralelamente, o Brasil acentuou sua defesa dos princípios de autodeterminação e de não-intervenção nos foros internacionais, condenando, sem reservas, os vestígios de racismo e colonialismo no mundo, localizados particularmente na África

Austral, evidenciando com isso o sentido ecumênico, pragmático e responsável de sua política internacional.

Em síntese, verifica-se que:

Para além das razões histórico-culturais, existem argumentos geopolíticos que estão na base da aproximação brasileira com a África Atlântica. Trata-se do reconhecimento da função de união que os espaços marítimos cumprem, no sentido de que, longe de serem consideradas barreiras intransponíveis que dificultam os contatos entre os povos, são fatores de união de zonas geográficas distanciadas, o que contribui para reafirmar o caráter ecumônico e interdependente da realidade internacional. (Anglarrill 1982, 234)

Estímulos da posição geográfica

A posição geográfica pode exercer influência favorável ou contrária aos interesses dos países, contribuindo para facilitar ou dificultar o relacionamento entre eles. Assim, dentro de um quadro em que seja influente certo número de fatores, a posição geográfica pode cooperar decisivamente na formação das comunidades internacionais, ou na adoção de posições isoladas por parte das nações envolvidas.

No caso específico da projeção geopolítica do Brasil sobre a África Atlântica, tudo nos leva a crer que a posição geográfica de ambas as áreas estimula, como consequência, o estabelecimento de saudáveis e crescentes relações em todos os campos de atividades.

A semelhança no clima, solo e vegetação, em virtude da mesma latitude na maior parte dos territórios e de uma possível deriva das massas continentais, em que o saliente nordestino estaria unido ao litoral do golfo da Guiné, levou o historiador José Honório Rodrigues a registrar:

Na verdade somos uma nação que deve pensar intercontinentalmente, e o Atlântico Sul nos conduz à África, a que tudo nos liga, desde as similitudes da geografia (clima, solos, vegetação) até as forças étnicas, as precedências históricas e os interesses econômicos. O Atlântico Sul nos une a quase toda a África Ocidental e nos sugere uma política de esplanada [glacis defensivo], intercontinental, que melhore não somente nossas condições de proteção e segurança, mas nossas alianças econômicas e de amizade. Sognos, assim, pela nossa própria extensão e posição no Atlântico Sul, uma nação intercontinental e um protagonista das relações internacionais com o

mundos africanos. (Rodrigues, 1961, 345)

As vantagens reais de nossa situação, com um extenso litoral não muito recortado mas que dispõe de bons portos em número satisfatório e localização conveniente, sobre o oceano de maior vitalidade do mundo, face à existência de uma rota contínua devido à quase seqüência de terras e águas, embora reduzidas pela circunstância de que no Atlântico Sul as terras se caracterizam pelo isolamento, constituindo-se em fômbrias ou arremates das comunidades existentes no hemisfério norte, são reforçadas, apreciavelmente, pelo fato de que o saliente nordestino domina o estrangulamento Natal-Dakar e, ainda, pelo valor estratégico das ilhas oceânicas.

Além disso, o patrimônio nacional abrange não somente o território nacional do País, mas também seu espaço cultural e recursos naturais, bem como quaisquer acréscimos decorrentes da evolução do Direito Internacional e da tecnologia, como a atual concepção de espaço aéreo e de mar territorial, sendo necessário, para a defesa de sua integridade, transcender os seus limites políticos e projetar-se além dos mesmos, nas áreas de interesse onde se possam desenvolver ações que visem a preservá-la. Portanto, na atualidade, a linha de cobertura avançada do Brasil sobre o Atlântico Sul situa-se na vertente ociden-

tal do continente africano e nos limites externos desse oceano.

Por conseguinte, a concentração demográfica na faixa costeira, ao longo da qual se situam também importantes centros industriais do País, localizados junto às principais metrópoles e, basicamente, uma grande parcela das atividades produtivas, e a exploração de petróleo na plataforma continental, tornam o Brasil vulnerável a agressões aeronavais vindas do oceano e colocam-no em posição-chave para a defesa do continente americano.

Por outro lado, "aumenta dia a dia a possibilidade de a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dispor de bases no litoral da África Atlântica, o que lhe permitiria atuar facilmente com submarinos nucleares e meios aéreos nas rotas marítimas que cruzam o Atlântico Sul, lançar missões intercontinentais contra a América do Sul e controlar o espaço aéreo naquela área" (Carvalho 1984, 79).

Interessa, portanto, ao Brasil, a seus vizinhos do continente e aos parceiros da África Atlântica o estabelecimento de mecanismos conjuntos para dar segurança ao Atlântico Sul, barrando qualquer tentativa de agressão aos seus territórios.

Os obstáculos proporcionados pela atual heterogeneidade

O caráter artificial de alguns

novos Estados instalados na África Atlântica, herança do recente colonialismo, deve-se principalmente a três razões: primeira, o traçado colonial das fronteiras, que resultou na balcanização do continente africano e na árdua tarefa dos Estados de precederem, de terem que criar a nova nação; segunda, a quase constante antinomia entre o poder moderno, centrípeto, centralizador, e o poder tradicional, centrifugo, de caráter regional tribal, portanto descentralizador; e terceira, o choque político e cultural que dificultou aos dirigentes africanos o controle de novos instrumentos políticos agregados a um Estado moderno, com a utilização de partidos políticos, escolas e meios de comunicação de massa que resulta na fragilidade das classes sociais africanas.

Outro fator desvantajoso para o desenvolvimento favorável do continente africano, prejudicando, em consequência, suas relações com as nações de outros continentes, foi a permanência de um colonialismo tardio numa região-chave da África, a África Austral, entendida como o vasto espaço que abrange desde o Zaire até o Cabo, bem como a manutenção do poder branco na África do Sul, Namíbia e Rodésia, sendo a primeira o pólo mais desenvolvido do capitalismo no continente.

Além disso, a África Austral representa interesses nacionais e estratégicos para a Nigéria,

principal parceiro comercial do Brasil na África Atlântica e líder da comunidade negra. Na realidade, os nigerianos se vêem como vítimas potenciais da política do *apartheid* em vigor na África do Sul, tendo portanto o dever de proteger a raça negra.

Diante dessa conjuntura, é possível que surja alguma desconfiança no relacionamento do Brasil com as nações da comunidade negra, já que este relacionamento também é praticado com a África do Sul. No entanto, até o momento, essa desconfiança tem sido contornada por uma habilidosa e eficiente ação diplomática, segundo uma ótica de respeito à soberania de todos os povos.

Estímulos econômicos

A África, especialmente a África Atlântica, constitui hoje, na política externa do Brasil, a segunda prioridade, logo após a América Latina. Os africanos ocidentais são considerados nossos vizinhos e são designados, pelos estudiosos da geopolítica, de "nossa fronteira leste". Os africanos não vêm no Brasil nenhuma ameaça, como poderia ocorrer na América Latina, com os seus dez vizinhos territoriais, embora com eles não tenhamos qualquer contencioso.

Os fatores que convergem para uma cooperação privilegiada entre o Brasil e os países africanos ocidentais, e que foram anteriormente analisados, são: caráter histórico e cultural,

proximidade geográfica, espaços marítimos comuns e a identidade lingüística com algumas dessas nações. Outros aspectos positivos são a luta comum contra o subdesenvolvimento e o tipo de tecnologia apreendida pelo Brasil nessa luta.

Face ao seu baixo nível de desenvolvimento, os países africanos, especialmente os da costa ocidental, empenham-se na luta pelo crescimento econômico, a partir de um forte sentimento de soberania que os faz afastar, muito justamente, qualquer ingerência estrangeira. Como, em termos econômicos, essa construção nacional ainda deve passar pelas etapas fundamentais da industrialização, ou seja, o desenvolvimento da indústria têxtil, da indústria da construção civil, da indústria da alimentação, evidentemente, esses países são impedidos de importar tecnologia intensiva de capital. Nesses dois aspectos, político e tecnológico, contudo, a posição brasileira nos parece privilegiada, desde a criação das condições básicas para uma intensificação das relações econômicas, com base no respeito à soberania dos seus parceiros comerciais.

Por outro lado, a própria condição de subdesenvolvimento de grande parte do nosso território, especialmente o sertão nordestino, e o baixo grau de sofisticação da nossa tecnologia nos identificam com as condições de muitos países africanos da costa atlântica.

Em outras áreas-problema

Um outro aspecto que merece ser focalizado de uma ótica não só econômica foi a ocorrência, em 1973, da primeira crise no fornecimento de petróleo, a partir da qual dá-se um desdobramento com consequências geoestratégicas para as relações do Brasil com as nações da África Atlântica, principalmente com a Nigéria, que nos fornece a maior quantidade de petróleo oriundo dessa área. Posteriormente, a eclosão de conflitos localizados no Oriente Médio e a segunda crise de petróleo, em 1979, levam o Brasil a diversificar ainda mais suas fontes supridoras, abrindo o leque de seus fornecedores, para diminuir a vulnerabilidade que a concentração nesse setor representa, optando, mais uma vez, pelos parceiros da costa atlântica da África, entre os quais o Gabão e Angola.

Existem porém obstáculos que dificultam, entravam, chegando até mesmo a impedir uma cooperação que se pretende privilegiada. As principais barreiras a vencer são a competição dos países desenvolvidos, sobretudo das ex-metrópoles, as dificuldades de transporte, os problemas de financiamento e ainda, apesar dos mais de quatro séculos de relações, um desconhecimento mútuo entre o Brasil e os países africanos ocidentais, na medida em que não se tem procurado um conhecimento atualizado sobre essa região. As dificuldades de transporte, apesar da relativa proxi-

midade da costa nordeste brasileira com a costa ocidental africana, derivam basicamente da irregularidade com que as linhas de navegação brasileira, ou de navios de outras bandeiras oriundos do Brasil, servem os principais portos africanos da costa ocidental; essa questão envolve também a freqüência, custos de frete e, em muitas ocasiões, o retorno dos navios sem carga. Ainda, de acordo com dados levantados pelo Centro de Intercâmbio Comercial do Brasil – CICOM, órgão de fomento ligado à Fundação Getúlio Vargas, tem-se a seguinte situação atual (1986) do transporte marítimo Brasil-Europa-Afrika-Japão:

- Frete entre Brasil e África Atlântica – US\$ 105/ tonelada métrica.
- Frete entre Brasil e Europa Ocidental – US\$ 75/ tonelada métrica.
- Frete entre Japão e Europa Ocidental – US\$ 35/ tonelada métrica.

Todavia, os vínculos que o Brasil tem estabelecido com esses países tendem a acarretar um relacionamento muito mais denso com essa região, uma vez que não se trata exclusivamente da exportação de produtos manufaturados, mesmo que em operações de trocas comerciais, mas também da venda de serviços nas áreas de infra-estrutura e de grandes complexos agroindustriais, e do estabelecimento

de programas de cooperação técnica e cultural, resultando na presença brasileira efetiva no continente africano.

Concluindo, verifica-se que o estímulo econômico para a aproximação Brasil-África Atlântica é poderoso, mas existe, entretanto, um claro sentido geopolítico, já que o estabelecimento de relações mais estreitas e duradouras com esses países africanos tende a fortalecer, a longo prazo, o poder de negociação do Brasil frente aos países centrais e nos foros internacionais.

A presença militar

Pela situação advinda em consequência do Congresso de Viena, em 1815, a Europa é submetida a novo traçado político, a América começa a lutar por uma vida independente, e na África a transformação abrange diretrizes geopolíticas dentro de uma conjuntura que exige a obtenção de matérias-primas para atender à demanda de uma indústria florescente.

Assim, verifica-se que a África Atlântica teve vida geopolítica mais intensa antes da África Oriental, banhada pelo Oceano Índico, que só teve sua evolução marcante a partir de 1869, quando o Canal de Suez foi aberto à rota mundial, substituindo a passagem pelo Cabo. Cem anos depois, em consequência do emprego sempre crescente da energia provenien-

te do petróleo, agora transportado em navios superpetroleiros, renasce a rota do Cabo e, nessa conjuntura, várias realidades estratégicas se interpõem.

Nesse contexto, o ponto mais crucial se prende, na atualidade, à África do Sul, onde a URSS pretende compor um cinturão que a isolará para o golpe final, visando a impedir o livre acesso, pelo Ocidente, à sua fonte principal de matéria-prima no Golfo Pérsico. E é, sem sombra de dúvida, a África do Sul que comanda estratégicamente esse acesso ao flanco da rota do Cabo, além de ser possuidora de recursos naturais não menos importantes. Além disso, agem os russos de acordo com a Doutrina Gorshkov, no sentido de abranger pontos de estoqueamento e de reabastecimento em todos os mares de águas quentes. No âmbito da costa ocidental africana, conseguiram os russos acesso às bases na Guiné, Angola, Guiné-Bissau e Benin, transformando o Atlântico Sul numa área ameaçadora de invasão ao Brasil e toda a América, em uma manobra estratégica envolvente, que busca evitar a barreira da Europa Ocidental. Na expansão "pacifista" do comunismo, a via africana para chegar aos países da América do Sul, especialmente ao Brasil, talvez seja mais promissora do que foi a cubana, considerando-se a liberdade de manobra que haveria e as relações históricas e culturais existentes, além da relativa proximidade.

Em outras áreas-problemas, como na Namíbia e no Saara Ocidental, a geoestratégia tem valor vital. Defrontando-se com o Arquipélago das Canárias, o Saara Ocidental constitui a região-chave, dominando, pelo lado sul, a saída do Mediterrâneo para o Atlântico. Por sua vez, a Namíbia, envolvendo com seu litoral a rota do Cabo, evidencia seu valor.

Fica claro portanto que os países democráticos da região e do Ocidente, em vista dos últimos acontecimentos, não podem permitir a expansão do domínio comunista, cuja ideologia sabe explorar muito bem as fragilidades da área.

O fracionamento político da África Atlântica e a grande disparidade regional, acentuada ainda mais com as rivalidades tribais e raciais, têm sido os fatores que impedem a formação de uma aliança e, consequentemente, a causa da vulnerabilidade existente no Atlântico Sul. Sabe-se que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947, que estabelece um limite de segurança acompanhando a costa marítima no sentido continental norte-sul, não o faz com relação às águas oceânicas de leste para oeste e, sem estrutura militar permanente, vem se mostrando obsoleto em termos de segurança. Segundo o General Carlos de Meira Mattos:

A defesa do Atlântico Sul pelo Ocidente (inserida

na defesa do Atlântico como um todo), na paz ou na guerra, só se nos afigura exequível dentro do quadro de um sistema de alianças militares eficazes, bem concebidas e solidamente estruturadas. Nenhuma das marinhas regionais, isoladas ou em conjunto com as demais, poderá exercer hoje, nessa área, influência suficientemente poderosa. Achamos que caso existisse uma organização militar coletiva envolvendo algumas das potências militares mais expressivas, o efeito da dissuasão sobre a área seria efetivo; seria uma forma de tentar conter a expansão livre e desenfreada do poderio soviético no Atlântico Sul. (Mattos, 1980, 89)

Concluindo, verifica-se que, ultimamente, tem ocorrido uma radicalização de posições em torno do problema racial existente na África do Sul e na Rodesia, e na questão da concessão da independência da Namíbia, além da constante preocupação com a desnuclearização do Atlântico Sul. O Brasil tem sabido manter uma postura coerente, mediante permanente adequação da práxis política a uma realidade internacional dinâmica, o que tem garantido um progresso constante da influência brasileira na África Atlântica.

CONCLUSÃO

Para o estudo da projeção geopolítica do Brasil sobre a África Atlântica, nos fixamos inicialmente nos aspectos fisiográficos, verificando que, no âmbito nacional, o território brasileiro se diferencia de leste para oeste, ou seja, da zona litorânea para o interior, num jogo geopolítico entre a maritimidade e a continentalidade. A superioridade de fronteira terrestre é minimizada, no entanto, pelo desenvolvimento da faixa litorânea em detrimento do interior, mantendo o Brasil voltado e dedicado ao Oceano Atlântico.

Com relação à África, vimos que a sua fisiografia contribuiu, dentro da dinâmica geopolítica, para a sua invulnerabilidade, transformando-a num "continente fechado", que durante muito tempo só se comunicou com o exterior através da estreita linha costeira.

A posição ocupada pelo Brasil em relação ao mundo e, em especial, à África Atlântica confere-lhe uma situação geoestratégica privilegiada sob diversos aspectos, quais sejam: a imensa área de país continente; a grande costa atlântica; sua forma geográfica bastante equilibrada; a proximidade do continente africano, particularmente no estreitamento entre os salientes do nordeste brasileiro e do noroeste africano; e, finalmente, pela existência de espaços marítimos entre ambas as regiões.

Por mais de três séculos tivemos a costa atlântica do continente africano unida ao Brasil, não só pela função de fornecedora de braços, como também pela proximidade e facilidade de ligação de litoral para litoral. Após o período em que a África esteve submetida à partilha e efetiva colonização pelas potências européias, há uma nova aproximação com as jovens nações aí surgidas, em que o Brasil busca reviver as afinidades históricas, étnicas e culturais pelas quais estiveram unidos na época colonial.

Naturalmente, existe um poderoso estímulo econômico para essa aproximação. As restrições fiscais impostas pelos países industrializados aos produtos manufaturados brasileiros aumentam a saliência do comércio com a África Atlântica, região geográfica e culturalmente próxima do Brasil, atraído também pela produção de petróleo nessa área, energético que teve sua importância estratégica muito valorizada após as sucessivas crises no seu abastecimento. Seja através das trocas comerciais, da venda de serviços na área de infra-estrutura, ou apoiando tecnicamente os grandes projetos de desenvolvimento agroindustrial, o Brasil tem superado as desconfianças e ressentimentos locais para, contornando o principal problema atual da região que é o racismo, consolidar sua presença no continente africano.

A maritimidade outorgada

pelo extenso litoral, associada ao alto valor estratégico do sítio nordestino e das ilhas oceânicas, projeta a cobertura avançada do Brasil na direção do Atlântico Sul, situando-a na vertente ocidental da África, onde a ideologia comunista já fincou suas raízes e procura se expandir, para, entre outros objetivos, daf atingir o continente americano. Face à necessidade de manter o fluxo comercial e de abastecimento nas rotas marítimas, bem como a exploração de riquezas na plataforma continental, o Brasil tem a imponível responsabilidade de desenvolver ação diplomática a todos os países atlânticos da África e da América do Sul para neutralizar qualquer ameaça aos seus interesses.

Concluindo, constatamos que o Brasil se encontra bem posicionado em termos geopolíticos, tendo papel muito importante a exercer nesse novo mundo africano ocidental. Do mesmo modo que o mundo mediterrâneo da antigüidade, o mundo atlântico possui certa unidade histórica, geográfica e cultural que se superpõe às diferenças locais ou regionais. Nossa presença na África Atlântica constitui, na realidade desse continente conturbado, uma importante peça para a estratégia do mundo livre.

BIBLIOGRAFIA

1. ANGLARIL, Nilda Beatriz, e Mercedez Almanza.

- Maria G. Kerz. "A Política Externa Brasileira para a América Latina e a África." In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 6, 224-237, Rio de Janeiro, 1982.
2. CASTRO, Terezinha de. "Quo vadis, África?" In: *Defesa Nacional*, 684, 5-25. Rio de Janeiro, 1979.
- Africa – Geo-História, Geopolítica e Relações Internacionais. Rio de Janeiro. Ed. BIBLIEX, 204 páginas, 1981.
- "O Atlântico Sul: Contexto Regional." In: *Defesa Nacional*, 714, 91-108, Rio de Janeiro, 1984.
3. CARVALHO, Delegado de. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Ed. BIBLIEX, 279 páginas, 1971.
4. CARVALHO, Luiz Paulo Macedo. "Interesses e Responsabilidades do Brasil no Atlântico Sul." In: *Defesa Nacional*, 711, 75-80, Rio de Janeiro, 1984.
5. ECEME, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Introdução à Geopolítica*. Rio de Janeiro, 1982.
6. ESG, Escola Superior de Guerra. *Fundamentos Teóricos*. Rio de Janeiro, Ed. ESG, 332 páginas, 1983.
7. MATTOS, Carlos de Meira. "Atlântico Sul – Sua Importância Estratégica." *Defesa Nacional*, 688, 73-89. Rio de Janeiro, 1980.
- Geopolítica e Trópicos*. Rio de Janeiro, Ed. BIBLIEX, 157 páginas, 1984.
8. PEREIRA, José Maria Nunes. "Relações Brasil-África: Problemas e Perspectivas." In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 6, 212-223, Rio de Janeiro, 1982.
9. RODRIGUES, José Honório. Brasil e África – Outro horizonte. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 359 páginas, 1961.
10. SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 250 páginas, 1981.



Maj QEM/CDEM LUIZ ANTONIO MENEGATTO – É formado em Engenharia de Fortificação e Construção, pelo IME, possui as especializações em Tecnologia de Concreto, pela Associação Brasileira de Cimento Portland, e em Pavimentação Asfáltica, pelo Instituto de Pesquisa Rodoviária, do DNER, além do Curso de Direção para Engenheiros Militares, na ECEME.

Sua OM atual é a Diretoria de Obras de Cooperação. É Adjunto da Seção de Programação e Acompanhamento.



POBRES COSSACOS

Luiz de Alencar Araripe

O artigo é tradução do capítulo "Arme Kosaken", do livro "Die Gefangenen – Leben und Überleben Deutscher Soldaten Hinter Stacheldraht" (Os prisioneiros – vida e sobrevivência de soldados alemães atrás do arame farpado), de Paul Carell e Günther Böddeker – 1980 – Verlag Ullstein GmbH.

Descreve, em toda a sua dramaticidade, um aspecto muito pouco conhecido da Segunda Guerra Mundial: o destino dado, pelos soviéticos, a compatriotas prisioneiros de guerra e a remanescentes de uma divisão de cavalaria cossaca, constituída de antigos imigrantes russos, que lutara ao lado das tropas alemãs.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Comissão Científica para a Documentação do Destino dos Prisioneiros Alemães da Segunda Guerra Mundial, nomeada pelo governo da República Federal da Alemanha, trabalhou durante 17 anos, de 1957 a 1974. Sua missão: "Pesquisar o destino dos 11 a 12 milhões de prisioneiros de guerra em custódia, em, no mínimo, 20 Estados, desde os anos da guerra até 1956, quando o último desses prisioneiros voltou a seu lar, em toda a sua extensão e variedade, como um trecho da História alemã contemporânea."

A Comissão foi presidida

pelo Professor de História Erich Maschke, prisioneiro de guerra na União Soviética durante oito anos, até 1953, quando voltou para a Alemanha. A Comissão compulsou 400.000 depoimentos de prisioneiros e mais de 50.000 relatórios; organizou seus próprios questionários e promoveu entrevistas. O resultado de seus trabalhos está registrado em 10.000 folhas impressas, reunidas em 22 volumes. Dois deles foram divulgados, à época de sua conclusão. Os demais não, pois o Chanceler Willy Brandt julgou que tal divulgação seria prejudicial à política de reconciliação da República Federal da Alemanha.

Hoje, os resultados da pes-

Pobres cossacos

quisa estão à disposição do público, e dois escritores e jornalistas alemães – Paul Carell e Günter Böddeker – utilizaram-nos para escrever *Die Gefangenen*. Alegam os autores que, “passadas três décadas e meia da guerra, as feridas que nós alemães infligimos estão permanentemente em debate”. Por que não falar das feridas impostas a uma grande parte da geração de guerra alemã? – perguntam os autores.

Die Gefangenen narra os terríveis sofrimentos dos prisioneiros de guerra alemães, muitos deles só liberados pelos russos doze anos após o término do conflito. Pior ainda foi o destino dos russos, ou dos que os soviéticos consideram como russos, aprisionados pelos aliados ocidentais. Dentre eles estava o “povo de cavaleiros” – os cossacos – que, como os ucranianos, lituanos e outros mais, combateram ao lado dos alemães, na esperança de ajudarem a libertar sua terra do jugo soviético.

O capítulo “Pobres Cossacos”, de *Die Gefangenen*, trata do destino dessa gente, entregue ao Exército Vermelho pelos ingleses, em decorrência do acordado em Ialta. O tradutor já conhecia fragmentos do episódio, narrados por um oficial da Bundeswehr que combatera ao lado dos cossacos e presenciara sua entrega aos russos. Daí o seu interesse pela tradução do capítulo, parte de um livro que trata de assunto muito pouco conhe-

cido da Segunda Guerra Mundial.

POBRES COSSACOS

Dentre as mais tristes vítimas da Segunda Guerra Mundial, estão os prisioneiros de guerra soviéticos. Seu sofrimento de modo algum terminou com o fim da guerra. A vitória de sua pátria sobre os alemães não foi para eles ligada ao triunfo, e sim à proscrição. Para todos eles, valeu a ira fria do senhor do Kremlin, Josef Stalin.

Ao aproximar-se o fim da guerra, aumentou o número de cidadãos soviéticos que caíram nas mãos das tropas americanas e inglesas: dez mil tinham sido utilizados pelos alemães como força de trabalho; dez mil permaneciam, ainda, nos campos de prisioneiros: milhares de russos haviam vestido o uniforme da Wehrmacht e combatido ao lado das tropas alemães, muitas vezes para fugir à morte certa pela fome; ou porque, como os soldados do Exército Wlassow, queriam ajudar a derrocharia do regime comunista em sua terra.

Mas Josef Stalin tudo fez para vingar-se de todos os homens e mulheres que, a seu ver, não haviam lutado até o fim, ou que, a seus olhos, se tinham transformado em traidores.

Em 5 de fevereiro de 1945, encontraram-se em Ialta, na Crimeia, o Presidente Roosevelt, o Primeiro-Ministro Winston Chur-

chill e Josef Stalin, para decidir o que aconteceria com a Alemanha depois do fim da guerra.

Nessa conferência, Stalin fez da Inglaterra e da América cúmplices de seu longamente planejado propósito de apoderar-se de todos os cidadãos soviéticos que haviam escapado de seu domínio durante a guerra.

Na conferência de Ialta, foi acordado que todos os cidadãos soviéticos que se encontravam sob custódia dos aliados ocidentais seriam entregues à União Soviética. Como contrapartida, a União Soviética comprometeu-se a entregar aos Estados Unidos e à Grã-Bretanha os americanos e ingleses que estavam nos campos de prisioneiros alemães.

Enquanto os prisioneiros ingleses e americanos se regozijaram em poder voltar à sua terra natal, os cidadãos soviéticos que estavam no Ocidente apavoraram-se com a repatriação. Muitos temiam ser sentenciados a trabalhos forçados ou à morte. E temiam com razão.

O duro núcleo do Acordo de Ialta significava que os cidadãos soviéticos, mesmo contra a vontade e, caso necessário, soh coação, seriam entregues aos comandos de Stalin.

Esse acordo, ajustado na ilha do Mar Negro, significava uma sangrenta tragédia. Muitos cidadãos soviéticos preferiam morrer a cair nas mãos de seus compatriotas.

Pouco antes do fim da guerra,

foi fundada, na Grã-Bretanha, uma comissão composta de oficiais ingleses e soviéticos. Sua tarefa era encontrar, dentre os prisioneiros, aqueles que, em 1938, tinham vivido em território da União Soviética e mandá-los de volta para lá, se necessário à força. Bálticos, poloneses ou ucranianos ocidentais não eram, aos olhos dos ingleses, cidadãos soviéticos.

Um grande número de russos sob custódia britânica declarou perante a comissão anglo-soviética que, a preço algum, desejava voltar para a Rússia. Um dos oficiais ingleses da comissão de procura escreveu o que lhe disse um desses russos: "Ele não queria voltar para a Rússia, pois se envergonhava de ser cidadão da União Soviética. Seu pai fora padre da Igreja russo-ortodoxa. Os soviéticos primeiros cortaram-lhe a língua, para que ele não mais pudesse pregar; depois, fuzilaram-no. O russo, que agora estava frente à Comissão, fora jogado na prisão e fugira para a floresta. Quando os alemães chegaram, passou para seu lado e lutou de armas na mão."

Um outro prisioneiro gritou para o oficial russo: "Vocês mataram o meu pai, mataram minha mãe, mataram meu irmão e eu peço ao General inglês que será melhor fuzilar-me agora do que me mandar de volta para a União Soviética."

Já em fins de março de 1945, seis semanas antes do fim da guerra, no porto de Li-

verpool, um primeiro navio foi carregado com russos que haviam sido aprisionados na França, com uniforme da Wehrmacht. O destino do navio era o porto de Odessa, no Mar Negro. Soldados americanos e ingleses empurraram os infelizes pelas rampas de embarque. Um dos russos, à vista do navio que o deveria levar de volta à pátria, matou-se cortando a garganta com uma navalha.

Em Odessa, os prisioneiros foram desembarcados e, antes de ser retirada a prancha de desembarque, dois de seus camaradas foram fuzilados atrás de um armazém.

Em meados de maio de 1945, novamente um navio atracou no cais de Liverpool, para transportar russos de volta à sua pátria. O nome do navio inglês: *Empire Pride* – Orgulho do Império. Cerca de 3.000 prisioneiros soviéticos foram postos a bordo. Um dos russos, no cais de Liverpool, cortou a garganta com um caco de vidro. Um médico inglês costurou a ferida, e o homem foi levado a bordo. Um dos oficiais ingleses da escolta narrou: "Ele foi despido e atado, de pés e mãos, a um beliche. Apesar disso, por duas vezes conseguiu reabrir a ferida."

O inglês escreveu sobre a chegada do navio a Odessa: "Os órgãos soviéticos não queriam reconhecer nenhum dos estropiados como tais; mesmo os que estavam à morte tinham de deixar o navio caminhando e arrastando sua bagagem. Somen-

te dois homens foram transportados do navio: um com a perna direita amputada e a esquerda quebrada, e outro que estava inconsciente. Um prisioneiro que havia tentado suicídio foi tratado cruelmente; primeiro, rasgaram-lhe a ferida, começando o sangue a correr; depois, levaram-no para detrás de um grande caixote, que estava no cais. Então, ouvimos um tiro, e nada mais se viu."

Trinta e um dos prisioneiros chegados ao porto de Odessa foram levados para um edifício, não longe do local de atracamento do *Empire Pride*. Depois, os ingleses ouviram disparos de metralhadoras de mão.

Ninguém sahe quantos dos russos entregues pelos aliados ocidentais à vingança de Stalin foram fuzilados. É certo que a maioria dos homens e mulheres foi objeto de violência, e tiveram de passar muitos anos na prisão.

O pior dos destinos desses cidadãos soviéticos, no entanto, foi obscurecido pela tragédia de todo um povo: os cossacos.

Já durante a Revolução de Outubro, em 1917, e nos anos subsequentes, de guerra civil, os cossacos haviam combatido contra os comunistas. Após a vitória do Exército Vermelho, milhares de cossacos e seus oficiais fugiram para o Ocidente.

Quando os alemães invadiram a União Soviética, o povo do sul do país pensou haver soado a hora de expulsar os so-

viéticos. A partir do outono de 1943, uma divisão de cavalaria cossaca, sob o comando do Tenente-General alemão Helmuth von Pannwitz, combateu ao lado da Wehrmacht. Os alemães empregaram seus irmãos de armas da estepe na luta contra os *partisans* de Tito.

Ao aproximar-se o fim da guerra, a massa de cossacos e de suas famílias estava reunida na região Sul dos Alpes. O temor da vingança dos *partisans* iugoslavos levou-os a cruzar os Alpes, em direção à Áustria. Lá, o povo de cavaleiros entregou-se às tropas inglesas. Nas carroças, muitos soldados levaram consigo sua família: mulheres, crianças e bebês.

Os ingleses permitiram que os cossacos conservassem suas armas.

Finalmente, foram reunidos, num campus, 50.000 cossacos, homens, mulheres e crianças. Entre eles e seus guardas ingleses, logo desenvolveu-se um relacionamento de grande confiança e profunda simpatia: os cossacos eram de opinião que os aliados ocidentais dentro em pouco lançar-se-iam contra a União Soviética. Os soldados ingleses, por seu lado, não sabiam, àquela época, o que se havia acordado em lalta. Um dos oficiais ingleses escreveu: "Eram excelentes criaturas, bondosas e corajosas. Confiam em mim cegamente. Acreditavam em cada palavra que eu lhes dizia."

No entanto, no quartel-gene-

ral do 5º Corpo de Exército Britânico, ao qual pertenciam os guardas ingleses, já fora decretado que os cossacos teriam de cumprir um terrível destino. O Comandante do Corpo, Tenente-General Charles Keightley, ordenou, a 24 de maio de 1945: "É da maior importância que todos os oficiais, em especial os de patente mais alta, sejam aprisionados, e que não deixemos escapar nenhum deles. As forças armadas soviéticas dão grande importância a isso; certamente elas consideram a entrega dos oficiais como pedra-de-toque da sua fé britânica."

Lord Nicholas Bethell, o primeiro a avaliar os atos do governo inglês de entrega dos cossacos aos seus inimigos mortais, comentou a ordem, em seu livro *O último segredo*: "Keightley ignorava um fato muito importante, isto é, que todos os oficiais cossacos eram antigos imigrantes que haviam deixado a Rússia em 1920. Nos termos do Acordo de lalta, eles não eram abrangidos pelo repatriamento forçado. Isso era desagradável para os ingleses, pois eles sabiam o quanto os soviéticos se interessavam por essas pessoas, e queriam ser o mais amáveis possível com seus aliados."

Os oficiais britânicos das tropas de guarda iniciaram um sórdido jogo de boatos para enganar os cossacos sobre seu destino futuro. Asseveraram aos cossacos que eles, provavelmente, serviriam à Coroa Britâ-

nica, como uma espécie de Legião Estrangeira. Quer dizer, seriam transportados para o Pacífico, para combater, ao lado dos ingleses, contra os japoneses, que ainda estavam em guerra.

Mesmo o comandante da divisão cossaca, o General alemão von Pannwitz acreditou nos boatos. Um de seus oficiais alemães contou: "Pannwitz era de opinião de que o Corpo deveria permanecer intacto. Ele seria mandado para o Irã, a fim de apoiar a resistência contra os comunistas, que queriam dominar a província do Azerbaijdjão." Pannwitz rejeitou a proposta de um de seus oficiais de dissolver o Corpo e promover uma fuga em massa.

Antes de mais nada, os ingleses tinham de fazer com que os prisioneiros entregassem suas armas. Para isso, uma mentira ajudou. Um cossaco sobrevivente contou: "Os oficiais ingleses explicaram-nos que não tinham munição para todas as nossas armas, russas, romenas e italianas. Se quiséssemos servir a eles, deveríamos entregar nossos fuzis e pistolas. Receberíamos novas armas, de modelo inglês. Acreditamos, e fizemos o que eles exigiam."

Mas não havia arma nova alguma. Não havia, também, transporte para o Pacífico e viagem para o Azerbaijdjão.

A 28 de maio de 1945, os ingleses ordenaram ao General von Pannwitz e a alguns de seus oficiais alemães que se preparassem para a transferên-

cia para outro campo. Os ingleses levaram seus prisioneiros para Judenburg, à margem do córrego Mur, cerca de 100km ao norte de Klagenfurt. Do lado leste de uma ponte da estrada, esperavam os russos. O relatório oficial inglês sobre esse momento diz: "O General Pannwitz, ao descer do carro que o trouxera à fronteira da Zona de Ocupação Soviética na Áustria, ficou visivelmente surpreendido ao ver os russos. Levantou os braços, e exclamou: Meus Deus!"

No mesmo dia, a maioria dos oficiais cossacos foi separada de seus soldados e reunida em um campo especial. Agora, sabiam o que os esperava. Três oficiais cortaram os pulsos. Uns quantos outros enforcaram-se.

Na manhã seguinte, antes de subir aos caminhões que os levariam aos soviéticos, os condenados promoveram uma missa. Uma testemunha visual narrou: "Oficiais cossacos de todas as patentes ajoelharam-se no chão, alguns deles em prantos, rogaram a Deus, sob a mira das armas inglesas. Um coro foi improvisado, e velhas preces foram cantadas. O padre cossaco levantou a mão bem alto, e aspergiu os crentes com água benta."

Os soldados ingleses expulsaram os oficiais cossacos dos caminhões a coronhadas e a golpes de cabo de pá.

Na Ponte de Judenburg, em cujo lado leste os soviéticos esperavam, um dos oficiais pulou

de uma altura de 30 metros. Ele foi pescado e, arrebatado e moribundo, entregue às forças soviéticas.

Um dos oficiais cossacos, logo depois de entregue aos soviéticos, cortou a garganta com uma lâmina de barbear. Morreu no local.

Três dias após os terríveis acontecimentos da Ponte de Judenhurg, iniciaram os ingleses a evacuação do campo do vale do Rio Drau, entre Lienz e Oberdrauburg. De baioneta calada, expulsaram os cossacos dos caminhões. Diversos cossacos rasgaram a camisa, mostraram aos soldados o peito nu e pediram-lhes que os esfaqueassem. Alguns tentaram fugir para a floresta vizinha. Os ingleses atiraram para matar. Dois fugitivos morreram, antes de alcançarem a orla da floresta. Mulheres grávidas atiravam-se ao solo e gritavam. Foram igualmente transportadas.

De um campo em Lienz, os ingleses transportaram 4.000 mulheres e 2.500 crianças. Os cossacos que haviam ficado no campo procuraram evitar o transporte de suas mulheres e filhos, formando um denso anel em torno deles. Os ingleses voltaram-se, com baionetas caladas e com coronhadas, contra os cossacos. Lord Bethell conta: "Enquanto os soldados lançaram-se com baionetas sobre a multidão, os cossacos continuaram com suas preces e não se moveram do lugar. Como uma manada de bichos na presença

de um ataque de animais ferozes, eles protegiam suas mulheres e filhos, conservando-as no seu meio, enquanto que, nas pontas, os jovens formavam uma cadeia de proteção para defender os outros." Num relatório dos oficiais ingleses consta: "À medida que alguns na periferia eram arrancados, o resto se reunia numa massa ainda mais compacta; tomados pelo pânico, eles trepavam uns sobre os outros, num esforço desesperado para fugir dos soldados. O resultado foi uma pirâmide de criaturas histéricas, gritando, sob a qual estava um grande número de pessoas. Os soldados esforçaram-se em separar essa massa para salvar a vida dos que estavam comprimidos; com cascos de pá e coronhadas, golpearam braços e pernas, para obrigar alguns a soltar o que seguravam.

Um cossaco contou: "Um soldado inglês aproximou-se do Padre Pantelejmon. Agarrou-o pela batina, querendo tirá-lo da multidão. Pantelejmon exibiu-lhe a cruz de madeira, para repeli-lo. O soldado recuou."

Nesse tumulto, rompeu-se a cerca do campo. Num instante, diversos cossacos se viraram livres. Eles correram para uma ponte próxima, sobre o Rio Drau. O desespero tomou conta de homens e mulheres cossacos. Mães pularam da ponte com seus filhos. Num relatório sobre esse dia de desespero, encontra-se uma descrição que parece arcaica, brumosa e

sombria violência: "Uma jovem com duas criancinhas aproximou-se da margem do rio. Abraçou a primeira por um instante e lançou-a repentinamente no precipício. A outra agarrou-se à barra de sua saia e gritou: 'Mamãe, não! Mamãe, eu tenho medo!' 'Não tenha medo, eu estou com você', respondeu a mãe, fora de si. Um empurrão com os braços, e a segunda criança precipitou-se no turbilhão da torrente do Drau. Então a mulher levantou o braço, para fazer o sinal-da-cruz: 'Senhor, receba minha alma pecadora', falou ela, e, antes que sua mão tocasse o ombro esquerdo, saltou atrás dos filhos. Num instante, foi tragada pelas águas revoltas do rio."

Um oficial inglês lembra-se de um cossaco que atirou na mulher e nos três filhos e suicidou-se.

Os soldados ingleses e seus superiores ficaram profundamente chocados com esses acontecimentos, mas cumpriram suas ordens. Mulheres e crianças foram trazidas à força e entregues aos russos. Diversos cossacos suicidaram-se durante o transporte. Enforcaram-se com peças de vestimentas, cortaram a carótida com arame farpado.

Oficiais ingleses acompanharam o transporte por algum tempo, dentro da zona de ocupação soviética, e foram testemunhas de como o Exército Vermelho tratou os cossacos. "Eles foram empurrados e golpeados, mas não apresentaram

resistência alguma. Não lutaram, não procuraram fugir. Estavam inteiramente resignados a sofrer o seu destino."

Enquanto os oficiais ingleses estavam nas proximidades, os soldados do Exército Vermelho contiveram-se. Os oficiais de Stalin não queriam maltratar brutalmente as suas vítimas sob os olhares de testemunhas ocidentais.

No entanto, narraram os oficiais ingleses: "Temi que alguns deles não fossem muito longe. Alguns minutos mais tarde, ouvimos rajadas, e estou certo de que muitos deles foram fuzilados na hora, não na plataforma de desembarque, mas num canto, atrás da floresta. Na verdade, não estou certo de que as rajadas se relacionavam com os prisioneiros, mas não posso imaginar que, a essa altura, se atirasse por outro motivo qualquer."

Um outro oficial inglês, que acompanhou os cossacos até Graz, na zona soviética da Áustria, declarou: "Diversos soldados ingleses que lá estavam testemunharam terem ouvido disparos de metralhadora logo após o transporte dos prisioneiros. Na verdade, nenhum soldado viu um prisioneiro ser fuzilado. Não se pode dizer, com certeza, que isto aconteceu; mas, como disse um dos motoristas, James Davidson: "Imaginamos que as rajadas de metralhadora tenham sido o seu fim. Pensamos que eles, simplesmente, tinham sido levados para a reta-

guarda e trucidados. Essa foi a opinião geral."

Um cabo inglês recorda-se: "Um dia, apresentei-me para vigiar o lado inglês da Ponte de Judenburg enquanto um comboio com cossacos era entregue aos russos, do outro lado. Na noite seguinte, e durante o dia, começamos a contar as rajadas que, juntamente com os mais belos cânticos de homens que já ouvi, vinham do setor russo. As vozes ressoavam na região. Ouviram-se então aplausos e gritaria, juntamente com o disparo de armas."

Um coro de cossacos em presença da morte.

A massa dos cossacos foi levada para os campos de trabalho da Sibéria. Grande número deles morreu lá.

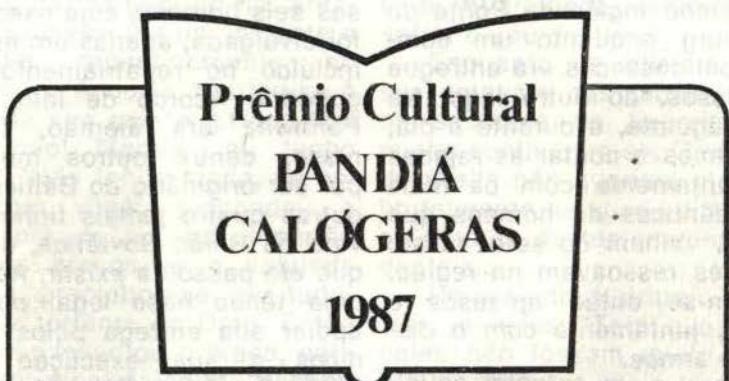
O comandante da unidade de cossacos, o Tenente-General von Pannwitz, foi levado para Moscou e encerrado na famigerada prisão de Lubianka, juntamente com cinco de seus oficiais cossacos. Ali foram processados. A 17 de janeiro de 1947, anunciou o jornal soviético *Pravda* que o Tenente-General

ral Helmuth von Pannwitz e seus camaradas tinham sido enforcados.

Lord Bethell escreveu: "Desse seis homens, cuja execução foi divulgada, apenas um estaria incluído no repatriamento, segundo o Acordo de Ialta. Von Pannwitz era alemão, falava russo, dentre outros motivos, por ser originário do Báltico. Os outros quatro jamais tinham vivido na União Soviética, depois que ela passou a existir. Apenas uma tênue base legal poderia apoiar sua entrega pelos britânicos e sua execução pela União Soviética. Eles não foram acusados de crimes de guerra, mas foram condenados por terem lutado contra as tropas soviéticas, concluindo-se automaticamente ser isso um ato de traição."

Lord Bethell continua: "Talvez os cossacos fossem ingênuos. Mas, tendo em vista o caráter criminoso do Estado soviético, cuja extensão já foi revelada, dificilmente se poderá asseverar que os cossacos mereceram punição como traidores ordinários."

Cel LUIZ DE ALENCAR ARARIPE – Oriundo da arma de Artilharia, turma de 1943, da Escola Militar do Realengo, cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, turma de 1957, e a Escola Superior de Guerra, turma de 1973. Foi redator da Military Review, em 1965-1966. Serviu no Estado-Maior do Exército, com o General Alfredo Souto Malan, em 1971-1972. Participou da Conferência do Desarmamento, em Genebra, como assessor, de início, do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General Emílio Rodrigues Ribas e, posteriormente, do Embaixador Araújo Castro e do Senador Afonso Arinos, em 1962. Escreveu diversos artigos para o Mensário do Estado-Maior do Exército. Passou para a Reserva em 1973.



Prêmio Cultural PANDIÁ CALÓGERAS

1987

O Diretor da Biblioteca do Exército, em cumprimento ao que dispõe a letra "a" do nº 4 da Portaria Ministerial nº 1058, de 06 Out 86, e complementando a nota INSCRIÇÕES AOS PRÊMIOS CULTURAIS DA BIBLIEC, publicada no NE de 13 Mar 87, divulga o seguinte:

PRÊMIO CULTURAL PANDIÁ CALÓGERAS/87

1. **Calendário:** 20 JUL a 20 AGO – Inscrições
 05 DEZ – Divulgação dos resultados
 17 DEZ – Premiação em solenidade na BIBLIEC
2. **Premiações:**
 - 1º lugar: Cz\$ 8.000,00
 - 2º lugar: Cz\$ 4.000,00
 - Menções Honrosas.
3. **Condições:**
 - a. Conter o trabalho no mínimo 150 (cento e cinqüenta) páginas datilografadas em espaço duplo, papel ofício.
 - b. Não conter apresentações ou notas introdutórias de terceiros ou qualquer outra informação que possa identificar, de alguma forma, o seu autor.
 - c. Ser o trabalho acompanhado de um envelope fechado contendo a identificação e o endereço do concorrente.
 - d. No caso de biografias e memórias os originais deverão apresentar pseudônimo do autor para a fase de julgamento.

Maiores informações:

BIBLIEC – Tel.: (021) 233-1338



PENSAMENTO ORIGINAL: ELEMENTO DE SOBREVIVÊNCIA PARA O PODER AEROESPACIAL BRASILEIRO

Lauro Ney Menezes

"O poder aeroespacial brasileiro será eficiente ou incapaz, indispensável ou substituível, respeitado ou ignorado, eterno ou efêmero na razão direta em que as idéias e pensamentos originais dentro dele gerados assegurarem sua pereza e inquestionável sobrevivência!"

Esta é a motivação do autor na produção deste artigo, motivação que procura transmitir ao leitor, mais diretamente àquele ligado ao setor aeroespacial do País.

A BUSCA DOS CAMINHOS

Criado com o Ministério da Aeronáutica, o nosso primeiro Instituto de Ensino – a então "Escola de Aeronáutica" do Campo dos Afonsos – pouco mais fez do que transmutar-se de um Curso de Arma das Escolas Militares de Realejo e Naval de Villegaignon em *Escola de Formação de Oficiais*. Mercê dessa transmutação, esposando teses ambíguas em virtude de envergar uma filosofia de ensino mista de ver-

de-oliva e azul-marinho, tumultuada pelos compromissos da Nação brasileira face à conflagração da Segunda Guerra Mundial, a Escola de Aeronáutica não chegou a consolidar os ideais dos pioneiros que pregaram sua criação. A essa *melée* de idéias e pensamentos foram adicionadas, importadas e adaptadas soluções que desfiguraram ainda mais o esperado produto final, distorcendo a imaginada meta a atingir: um Instituto de elaboração de idéias.

Essa mistura gerou o sabor

(até hoje ligeiramente sentido) de insatisfação e também da sensação do objetivo não-atingido, criando o desejo – presença constante no dia-a-dia da Aeronáutica de então – de uma reforma de princípios e posições, em suma, da necessidade de obter a afirmação e confirmação de uma concepção Aeronáutica e Brasileira para um assunto que era (e é) da Organização: a formação de uma elite intelectualizada.

Ainda envolvida com essa primeira fase (e ainda não totalmente resolvida), partiu o Ministério da Aeronáutica para enfrentar a tarefa de instalar seus outros Institutos de Estudos Intermediários e Superiores: os cursos de pós-graduação para os Oficiais a nível de Unidade Aérea e os de Estado-Maior e de Administração Superior. Da mesma maneira – porém em graus e degraus diferentes – foi repetido o *approach* anterior: misturadas as soluções e encaminhamentos, e premidos pela escassez de tempo, foram novamente importadas e adaptadas soluções.

Mais à frente, ao implantar os Programas de Instrução e Padrões de Eficiência (PIPE), a Doutrina Básica, toda a sistemática de treinamento e qualificação operacional, a estrutura organizacional etc., as soluções – como não podia deixar de ser – sofreram ponderável influência da experiência vivida nos cursos e estágios realizados pelos membros da família Aero-

náutica no estrangeiro e, fundamentalmente, do batismo de fogo recebido na Segunda Guerra Mundial.

E, de uma certa forma (para não repetir indefinidamente), essa foi a conduta adotada várias vezes durante a vida da Aeronáutica como *Força Singular Organizada*. Foi portanto a Aeronáutica brasileira, como muitos o foram um dia, seguidora e fruto de uma corrente inicial de “elaboração intelectual-profissional” gerada (de alguma forma) extrafronteiras. Arriscava-se, portanto, a Aeronáutica a se transformar em um grupo de grandes tradutores adaptadores e gestora de um grande escritório de copidesque da cultura militar e aeronáutica alienígena e alienada da realidade brasileira.

Mas, sendo tudo isso um pouco de verdade que não nos constrange – já que representa um estágio válido do processo de maturação dos seres, das comunidades e organizações –, cabe compreender e justificar os antepassados e fundadores: a criação e consolidação de uma Organização como a do Ministério da Aeronáutica, nascida de uma “cirurgia interna” do Exército e Marinha e, ainda, fruto de uma época e momento histórico do mundo moderno das décadas 40/50, exigia uma manobra rápida e justificava a “queima de etapas” e, portanto, a importação e a adaptação de soluções e fórmulas convergentes com os objetivos do momento brasileiro.

A MATURIDADE

Hoje, a situação já se configura diferentemente. Se àquela época estava a Aeronáutica (e o poder aeroespacial brasileiro) pressionada pela necessidade de existir rapidamente no cenário militar da Nação (e para isso urgia consolidar doutrinas, idéias e posições), estava justificado o atropelo. Se não havia tempo (nem massa de efetivo disponível) para conceber, estabelecer, implementar, conduzir e arrazoar sobre os resultados de um programa interno de concepção e elaboração de idéias, estavam justificados os aviadores. Se não havia sido preparada e formada uma elite intelectual capaz de, arguta e inteligentemente, produzir idéias originais, fecundá-las fazendo-as florescer, agigantando-as até preencher os espaços até então tomados pelas fórmulas e soluções importadas, estavam justificados nossos precursores.

Mas a situação brasileira evoluiu rapidamente, e de uma Nação classificada no elenco mundial como pobre emergimos para uma faixa de riqueza (em que pesem as divergências de opiniões) que já chegou a dificultar até a obtenção de recursos desonerados e subsidiados no mercado financeiro mundial: o Brasil já é potência, dizem!...

Hoje, já se exportam largamente produtos acabados e manufaturados de todas as categorias; somos a oitava economia do mundo livre e o sexto país

fabricante de aeronaves (no ranking mundial das indústrias aeronáuticas já consolidadas) e ascendemos indubitavelmente até o palco dos *marchand des cannons*, por força da qualidade de nossos produtos hélicos.

Ultrapassamos – ninguém se engane – a faixa dos “adaptadores e cultores do importado” e passamos ao terreno maravilhoso, empolgante, excitante, altamente lucrativo e disputadíssimo do “marketing internacional”, não só de produtos mas, principalmente, de idéias. Assim, com certeza, ao exportarmos um vetor aéreo ou um instrumento de combate, uma ferramenta de trabalho ou instrumento sofisticado, supõe certamente o nosso “cliente” que por trás deles estejam também uma concepção, um projeto, um *design* e um pensamento original, também “made in Brazil”...

E é esta a posição em que a atual geração de brasileiros encontra a Aeronáutica e a Nação.

O FUTURO

Vale a pena recordar que no começo do século o geopolítico Rudolf Kjellem considerava como atributos principais de uma grande potência: o espaço geográfico, a liberdade de movimento e a coesão interna. Em conceito mais recente, uma potência moderna é aquela que tem capacidade de exercer um poder coordenador sobre área

maior do que o seu próprio território.

O Brasil preenche todas essas condições: somos detentores da quarta massa territorial contínua do globo; a liberdade de movimento do povo brasileiro vem sendo paulatina e gradativamente conquistada através da expansão geométrica dos setores de transporte, energia e telecomunicações. Com essa liberdade de movimento, o poder nacional brasileiro poderá estar presente onde quer que haja interesse da nossa política. A coesão interna depende do fortalecimento de nossa unidade espiritual, da educação, da ciência e da cultura; e de para ela marcharmos celeremente através dos programas em consolidação.

Porém, para termos "capacidade de exercer o poder coordenador em um campo de ação maior do que território" há que sustentar nossas posições por meio de algo mais duradouro e menos efêmero, mais substancial e menos vazio do que aquilo que é copiado ou adaptado. Algo que dure e perdure e que deixe nosso timbre indelével e indiscutivelmente marcado; algo capaz de resistir à ação deteriorante da inconsistência e das interrogações sem resposta das gerações que se sucedem, aqui ou além-fronteiras, e que, questionando, buscam soluções novas para velhos problemas. Ou levantam problemas novos sem soluções válidas à vista... esperando que a resposta bra-

sileira ocupe seu lugar no cenário do *brain trust* internacional.

Reduzindo o presente raciocínio a um campo de ação de menor envergadura, poderíamos dizer que o poder aeroespacial brasileiro será cada vez maior quanto "maior for sua capacidade de atuar em área além daquela que naturalmente lhe cabe"... E para tanto, necessário se faz que essa atuação se processe não mais pelo método simples da tradução e importação de palavras, frases, técnicas, normas ou doutrinas, mas sim por um processo de substituição de idéias capazes de gerar modificação de comportamento, de conceituações capazes de sustentar novas teses ou posições ou, então, de criar novas saídas mas... "made in Brazil".

Aqui nos referimos ao *pensamento* ou à *idéia original*, renovadora, fruto ou resultado de um processo de elaboração intelectual gerado internamente e proveniente da busca, da pesquisa, da criatividade do nosso homem de Aeronáutica e Espaço.

Estamos conscientes de estar defendendo uma tese "romântica" neste mundo de usuários de idéias em que, tendo sido tudo já visto e inventado em laboratórios existentes, aliures neste mundo, mais simples, rápido e cômodo é adaptar, copiar, imitar, traduzir do que conceber, criar, elaborar e gerar.

Parafraseando um autor que

concluiu que "a Pátria será altaiva ou submissa, consciente ou amorfa, progressiva ou retrógrada em razão direta do que a educação fizer de seus cidadãos", poderíamos dizer – para concluir – que o "poder aeroespacial brasileiro será eficiente ou incapaz, indispensável ou substituível, respeitado ou ignorado, eterno ou efêmero na razão direta em que as idéias e pensamentos originais, dentro deles gerados, assegurarem sua perene e inquestionável sobrevivência!!!

Que os componentes do poder aeroespacial estejam conscientes desses reclamos da

atualidade e do futuro e não deixem passar esta preciosa oportunidade de buscar novos conhecimentos, de reciclar e otimizar metodologia de trabalho; de exercitar constantemente a intelectualidade e de se preparar para enfrentar, com galhardia, essa nova etapa da vida nacional e mundial para, assim, ombrear com aquelas sociedades que, na linha de frente do processo intelectual, garantem, a duras penas, a sustentação e a sobrevivência do seu ideário através da elaboração dos pensamentos originais. Em todos os campos do conhecimento humano...



Maj Brig do Ar R/R LAURO NEY MENEZES – Possui os cursos da Escola de Aeronáutica (Aviador Militar), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, de Estado-Maior (CEM-ECEMAR), Curso Superior de Comando (CSC-ECEMAR), Curso Avançado de Navegação Aérea (Força Aérea Americana), Técnica de Ensino e Instrutor Acadêmico – USAF e de Língua Inglesa pela Universidade de Cambridge, UK. É piloto de caça (F47,

F8, Mirage III, Lightning, F5E) e de transporte (C91, C41, C93). Possui várias medalhas e condecorações e tem desenvolvida inúmeras funções, civis e militares, principalmente para a Força Aérea Brasileira, tais como Comandante, Chefe de Operações, Instrutor, Chefe de Divisão, Oficial de Gabinete, Assessor Parlamentar, Chefe de Estado-Maior, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, Diretor de Ensino da Aeronáutica e Diretor de Administração do Pessoal. Tem feito conferências em importantes instituições, é redator especializado em aeronáutica de alguns periódicos nacionais e é colaborador e articulista de revistas nacionais e estrangeiras de renome. Preside, atualmente, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO.

BRASIL.

25 DE MAIO. DIA DA INDÚSTRIA



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA



ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA BACIA CARIBENSE*

Marvin F Gordon

Ultimamente, grande parte da atenção pública tem-se voltado para a região do Caribe. Qual a situação que nela existe? É a área tão importante para os interesses dos Estados Unidos como muitos dizem? Que podem os Estados Unidos fazer para influir nos acontecimentos que ali se desenvolvem? Este artigo focaliza, de relance, a região e tenta fornecer algumas respostas.

Atribui-se a Benito Mussolini ter ele dito que não é difícil governar a Itália, mas apenas inútil. De modo similar, pode-se dizer que dar uma contribuição geopolítica não é difícil, mas, para torná-la útil, deve-se definir, precisamente, os parâmetros levados em consideração. Quais são, então, as características da Bacia Caribense que condicionam e influenciam a configuração de uma política externa?

Desafortunadamente, não existe consenso sobre o significado de Geopolítica. Em conse-

qüência, a resposta à pergunta depende, subjetivamente, de determinadas percepções individuais. Muitos observadores acreditariam, sem qualquer dúvida, que Geopolítica se refere à relação entre Geografia e Política, mas discordariam, provavelmente, em relação a detalhes.

Para precisar o significado geopolítico da Bacia Caribense, muitos aspectos fundamentais estão em jogo. A aproximação do assunto deve ser feita de maneira escalonada. A avaliação envolve uma crise de proporções limitadas, ou se leva

*Tradução do artigo "The Geopolitics of the Caribbean Basin", publicado na *Military Review* de agosto de 1986.

em conta a possibilidade de um conflito global? Considerando apenas o último enfoque, a referência é feita à guerra convencional, nuclear, ou a ambas?

Parece uma suposição geralmente aceita pelos maiores opositores que "resposta flexível" recolocaria a defesa aproximada da Europa Ocidental, com base no poderio da Organização do Atlântico Norte (OTAN), em rápida erosão. O perigo de destruição inevitável de ambos os lados resultou, portanto, naquilo que muitos observadores aceitam como um empate. Por conseguinte, está também na ordem do provável visualizarem-se cenários não-nucleares. Assim, é aceita a premissa de que devem prevalecer as análises de conflito convencional, sobre quaisquer considerações referentes aos tipos de guerra nuclear, química ou de natureza biológica.

A avaliação do tipo de guerra propõe lidar somente com considerações militares, ou deve abranger, também, a "grande estratégia" ou "estratégia nacional"? Admitindo-se que uma contribuição geopolítica não será estimada somente segundo um contexto militar, deverá haver uma tentativa, não apenas de avaliar a área em si, mas também de examinar suas relações com outras regiões do mundo significativas e selecionadas.

O componente temporal deve, igualmente, ser levado em consideração. Tem sido notado

amíúde, por exemplo, que desenvolvimento tecnológico em transporte e comunicação tende a trazer as áreas sob estreito contacto. O grau de intercâmbio varia de acordo com o tempo abrangido, e uma contribuição deve, portanto, especificá-lo. Aqui, o foco está no presente. Nenhuma tentativa será feita para analisar o passado, nenhuma projeção de cenários além do futuro imediato.

As análises serão aproximadas sob uma perspectiva norte-americana. Povo, governo e organizações militares agirão calculados em sua percepção, quer tais pontos de vista sejam ou não acurados. Percepções (ou minipercepções) são baseadas em alguma ótica cultural, motivação ou posição política. Sabe-se como combatentes livres de um lado são chamados de terroristas pelo outro. Gravile Princip, o assassino do Arquiduque Francisco Ferdinando, da Áustria-Hungria, foi visto por uns como um homem mau e irresponsável, um frio e astuto político realista por outros, e um fervoroso e devotado patriota pelo grupo que ele se professava representar. Em 1940, os militares alemães viam as férreas montanhas Ardenas-Eifel como uma via de acesso para romper as linhas aliadas; os franceses consideravam a mesma área um bastião defensivo que não precisava ser fortemente reforçado.

É sem dúvida conveniente definir a área abrangida pela

Bacia Caribense. Para muitos geógrafos, uma bacia consiste em um litoral que circunda um corpo de água. Contudo, aqui uma definição é duvidosa e, também, restritiva, desde que ela exclua El Salvador. A Bacia, como será, daqui por diante, referida, estará compreendida pelo México, América Central (incluindo Belize e Panamá), Colômbia, Venezuela e Arquipélago Caribense.

SÍTIO E SITUAÇÃO

A gíria geográfica estandardizada inclui os termos "sítio" e "situação". Suas matrizes referem-se ao atributo espacial, físico e não-físico, de um lugar particular, independente de tamanho. A última ligação com o espacial físico e não-físico, característico de outras áreas que têm uma relação estabelecida com o lugar, é que está em questão. Alguns podem pensar em uma casa como "sítio", e os vizinhos como "situação". Ambos os termos possuem características dinâmicas, assim como estáticas. Tecnologia, desenvolvimento econômico, exploração do solo, degradação circunvizinha e flutuações políticas podem, todos, servir para mudar o atributo de ambos, "sítio" e "situação".

Por exemplo, a importância do "sítio" do Porto de Boston declinou de importância através do tempo, em parte porque ele não poderia favorecer pronta-

mente uma tecnologia que foi desenvolvendo embarcações com enormes projetos. Para "situação", Sir Halford Mackinder definiu seu *heartland* eurasiano essencialmente por sua inacessibilidade ao poder marítimo. Ele excluiu assim dessa área o Estreito Turco, mas mudou de pensamento mais tarde, quando os navios britânicos falharam ao forçar sua passagem, na Primeira Guerra Mundial. Parece estranho que Mackinder nunca tenha levado em consideração mudanças políticas. A situação foi alterada na Segunda Guerra Mundial, quando a Turquia uniu-se aos aliados, em 1945. O movimento dos aliados através do estreito foi, então, factível. Teria assim Mackinder excluído, outra vez, essa área do *heartland*? A analogia com um ioiô certamente não seria inapropriada neste caso.

O SÍTIO DA BACIA CARIBENSE

Possivelmente, o primeiro aspecto a se levar em consideração é quanto ao "sítio" e sua extensão. A área é geralmente considerada, por americanos do norte e do sul, bastante pequena, conjurando a imagem das minúsculas *banana republics*. Atualmente, a Nicarágua é mais de quatro vezes maior que a Bélgica, e Cuba é mais de três vezes maior que Formosa. A distância entre as cidades do México e Panamá é, aproxima-

damente, a mesma que entre Londres e Istambul. Similarmente, a distância de Bridgetown, Barbados, a San Salvador é, *grosso modo*, a mesma de Roma a Murmansk. Essa não é, certamente, uma área pequena para patrulhamento e controle com propósitos militares.

A vizinhança da área é a segunda característica que afeta o relacionamento da Bacia com os Estados Unidos. Alguns congressistas norte-americanos assinalaram que seus colégios eleitorais se situam mais próximos de locais selecionados da Bacia Caribense que da capital nacional do país. Outrossim, um segmento de tamanho considerável da população norte-americana tornou-se também preocupado e alarmado com o fator proximidade. Essas pessoas tendem a reagir, ao perceberem receios, ainda que vagos, freqüentemente focalizados pela intensa cobertura da mídia. É também relevante ressaltar que muitas dessas pessoas são eleitores e podem, portanto, influir nas decisões da administração que está no poder.

A conclusão à qual o tema proximidade advoga arrastar sua audiência é, presumivelmente, que qualquer área localizada no quintal dos Estados Unidos autoriza a sua atenção, preocupação e vigilância. Isso é o que o tema pede. Proximidade não faz uma área, *ipso facto*, particularmente significativa para os Estados Unidos e merecedora de intensa e cuidadosa inspe-

ção. A preocupação deve, antes, ter em foco considerações particularmente significativas. A localização vicinal ajuda a superar os problemas de fricção a distância e realça as oportunidades para migração ilegal? Portos ou centros da Bacia podem-se tornar abertos a soviéticos para uso militar, caso os Estados Unidos não estejam vigilantes e ativos para restringir tais incursões? É uma aproximação muito mais incisiva consignar diretamente esses tipos de tema, em vez de transformá-los em vagas proposições relativas à distância comparada de alguns países da Bacia para, e entre, locais selecionados dos Estados Unidos.

Pelas características físicas do "sítio", ele é limitado, em termos de utilização humana. Grande porção da região é dominada por declives abruptos. Essas montanhas e montes rurais tendem a restringir a fixação humana, o desenvolvimento econômico, a circulação e o aculturamento. De fato, ela tem sido citada como uma região "balcanizada", porque o domínio dos terrenos inclinados tende a fragmentar sócio-economicamente a área, assim como politicamente.¹ Esse problema, contudo, não refreia a agitação política. A Bacia, nesse aspecto, é algo análoga aos Bálcãs, ao tempo da Segunda Guerra Mundial.

Algumas zonas climáticas da Bacia são submetidas quer a uma excessiva quer a uma deficiente precipitação pluviométrica.

ca. Esses aspectos deletérios são agravados, além disso, em áreas climáticas nas quais as estações úmido-secas ocorrem indiscriminadamente (sem determinação do período chuvoso) e o total acúmulo da precipitação não é estatisticamente seguro. Isso pode ter um efeito desfavorável na produção agrícola, nas atividades de construção, no transporte e nas operações militares.

A base econômica da região também acarreta problemas. Ela não é ricamente dotada de minerais, embora alguns grandes depósitos estejam por ser encontrados. Contudo, a posse de tais recursos não é, por si própria, uma condição *sine qua non* de poder. Por exemplo, grandes investimentos têm sido feitos no carvão apalaquiano, mas essa riqueza não beneficiou a causa da área. O considerável valor adicionado redonda mais em benefício daqueles que processam a matéria-prima que daqueles que a extraem.

Cerca de metade da bauxita importada pelos Estados Unidos provém da Jamaica. A bauxita güianense, o cobre mexicano e as reservas de minério de ferro venezuelano são grandes também. A União Soviética pode obter alguma cromita, algum manganês, níquel e minério de ferro do sudeste de Cuba, embora isso, fundamentalmente, reproduza uma parte de suas próprias reservas básicas. Em geral, podem ser obtidos substitutos, visto particularmente que

o custo de materiais alternativos ou minerais não é, de comum, uma consideração examinada em tempo de guerra. Ademais, ocasionalmente, existe a possibilidade de obtenção de outras fontes minerais, se julgadas essenciais e merecerem o esforço.

Os mais importantes recursos da Bacia são o petróleo e o gás natural. Existe algum petróleo em Trinidad e, possivelmente, reservas não-exploradas na região de Patén, norte da Guatemala. Contudo, as maiores quantidades são encontradas, usualmente, em torno da Baía de Campeche, no México, e no nordeste e noroeste da Venezuela. Os campos mexicanos são ligados aos dutos que fazem conexão com os sistemas de distribuição dos Estados Unidos. Conseqüentemente, não há necessidade do uso de navios-tanques em tempo de guerra devido ao perigo de interdição naval. A maior preocupação, entretanto, refere-se à proteção de instalações em mar aberto (*offshore*).

É presumível que planos para a defesa de plataformas *offshore* e instalações ao longo da costa dos Estados Unidos poderão ser adaptados para uso na área de Campeche. Há, contudo, uma diferença essencial. A implementação dos planos de defesa terá que ter lugar após as hostilidades haverem começado, desde que os mexicanos não estejam aptos a fazerem o serviço

eles próprios ou a cooperar antecipadamente nesse assunto.

A economia da Bacia está grandemente voltada para a agricultura. Boa parte dessa agricultura é de subsistência e não está orientada para ou associada com o mercado internacional. Esse setor primário da economia deve ser socorrido por projetos de reforma agrária, mas sua conversão a um *status* comercial verdadeiro requer um sistema de rodovias para escoamento da produção, sob quaisquer condições meteorológicas, e uma gama de outros auxílios que não são, pronta e facilmente, obtidos, por várias razões sociais, econômicas e políticas.² O futuro desenvolvimento da Bacia não deve ser percebido como particularmente brilhante. Reforma agrária, dentro e fora dela, não é suficiente para converter a base agrícola por inteiro, de pobres operações de subsistência para prósperas venturas comerciais.

Uma pequena base agrícola, comercial e amiúde internacionalmente orientada, fornece uma parte impressionante da renda nacional de muitas nações da Bacia. Sua contribuição para a economia regional está excessivamente longe da extensão da área ou da mão-de-obra envolvidas. Ademais, a competição de outras áreas semitropicais, que produzem produtos similares, acrescida de uma demanda e uma estrutura de preços razoavelmente inelástica, tende a restringir a produção.

A cana-de-açúcar, uma das maiores colheitas da Bacia, está, atualmente, diante de um mercado em declínio. Os Estados Unidos, com o paladar mais doce do mundo, usam a maior parte desse açúcar na produção de bebidas suaves, cuja manufatura está se voltando, agora e cada vez mais, para substitutos do açúcar.

Em alguns países, a produção de cana tem característica de monocultura, e parece quase impossível, para alguns desses povos, desembaraçarem-se de produções não-favoráveis, mas institucionalizadas, e de mercados padronizados. Em consequência, essa porção central da economia, ou produto básico da Bacia, pode ser descrita com a expressão, pejorativa e curta de inteligência, "açúcar amargo".

Outro problema surge da substituição do açúcar de cana pelo de beterraba. Este último surgiu, originalmente, durante o bloqueio do continente, na era napoleônica, e é seu maior competidor subsidiado. A cultura da beterraba, mais bem associada com as latitudes médias que com os climas tropicais, cresceu na União Soviética e nos Estados Unidos e, por motivos autárquicos, é apoiada por muitos governos da Europa.

Os mercados comuns da Bacia têm ajudado a desenvolver o comércio inter-regional, mas a maior parte das áreas produtoras é competitiva, em vez de complementar. Os países tendem a produzir tipos similares

de matérias-primas e, portanto, têm pequeno comércio uns com os outros. Bens manufaturados são, em geral, caros, de qualidade inferior e, simplesmente, não-competitivos com produtos de nações industrializadas.

Turismo é o maior e mais favorável produtor de renda para a Bacia. Entretanto, turismo é, também, uma indústria altamente competitiva e sobremodo depende dos cíclicos, sazonais e seculares balanços econômicos das nações desenvolvidas.

Demograficamente, a Bacia é uma área de rápido e drástico crescimento. Desemprego e subemprego são desenfreados e, consequentemente, uma das saídas para aliviar a pressão da superpopulação envolve a migração. Quer legal ou ilegal, correntes migratórias de proporção considerável têm sido dirigidas para numerosas nações hospedeiras, tais como Estados Unidos, Venezuela e Grã-Bretanha.

Devia ser sugerido que a iniciativa da Bacia Caribense, favorecida pela administração Reagan, é, em parte, uma resposta para esse problema. Se a economia da região pudesse ser estimulada, presumivelmente o volume da migração ilegal para os Estados Unidos (e qualquer parte) decresceria. Contudo, como tem sido inferido, o potencial da Bacia é limitado, embora o crescimento em alguns setores seja possível.

Outro problema correlacionado interfere, também, nesse

aspecto. Ainda que a fertilidade pudesse ser cortada pela metade, o *momentum* demográfico resultaria, em futuro imediato, no crescimento substancial da população. Há extensas coortes de mulheres em "idade de gravidez" e, salvo um natural desastre, os nascimentos excederão as mortes na região, caso esse grupo de pessoas meramente se recomponha.

De interesse estratégico mais imediato são o transporte e a circulação. A natureza parece ter criado um *mare nostrum* dos Estados Unidos na Bacia Caribense, cercada como é pela massa de terra peninsular a oeste e o arquipélago a leste. Em época de emergência, o movimento crítico próximo ou através da área consistirá, seguramente, de óleos fósseis. Se cargueiros muito grandes (ou supergrandes) permanecerem em uso durante as hostilidades, as passagens estarão restritas, principalmente as de Galleons, St^a Lucia e Providencia. Isso fará com que vasos inimigos interditem tais tráfegos dentro da área.

É imperativo que bases navais e instalações sejam mantidas na região. Deverá ser um objetivo geopolítico dos Estados Unidos garantir que esses locais se farão disponíveis para as forças armadas convenientes, na base de arrendamentos de longa duração ou outro arranjo apropriado. Certamente, políticas estratégicas e táticas, nível de tecnologia e equipamentos na-

vais exibidos pelos combatentes determinarão a extensão na qual o Caribe se tornará um moderado porto seguro para navegação durante tempo de guerra. Deverá ser mais fácil, para os submarinos soviéticos, penetrar na área que sair dela. Assim, a continuação de tal esforço dependeria de uma análise estratégica e militar de custo-benefício nas suas partes. Uso de minas em trechos de passagens das ilhas ou ações táticas aéreas podem provar, também, que são eficientes em diminuir ou tornar lento o tráfego através de algumas vielas marítimas.

As passagens leste-oeste pela massa terrestre do México e da América Central são poucas e não são dignas de confiança para movimentar o tráfego de um oceano para o outro, em tempo de guerra. Para movimentação de bens em tempo de paz, duas passagens são importantes. A primeira é o Istmo de Tehuantepec, no sul do México, que sofreu melhoria recentemente. O Serviço Multimodal Trans-Istmo Mexicano assegura que a rota pode reduzir o tempo da viagem, via Canal do Panamá, em cerca de dois dias.

O Canal do Panamá é, sem dúvida, o maior movimentador do tráfego da região. Ele nunca foi danificado por terroristas ou por ações subversivas e permaneceu aberto durante a Segunda Guerra Mundial. Contudo, navios excessivamente grandes e fluxo pesado de tráfego causam problemas. Um outro canal nas

proximidades está ainda longe de se concretizar. O restante das passagens não é de grande significado para a navegação ou para o movimento por terra, porque não se prolonga completamente através da massa terrestre, ou porque fatores decorrentes das condições topográficas da costa, ou impedimentos políticos, criam problemas.

É provável que as rotas acima mencionadas não sejam usadas em tempo de guerra. As ligações ístmicas estão sujeitas a interdições, e as instalações portuárias poderão estar danificadas ou rapidamente sobrecarregadas. Não parece figurar entre os melhores interesses dos Estados Unidos destinar confiança de peso à movimentação por essas passagens. Ao contrário, o tráfego leste-oeste teria que ser confiado ao incomparável sistema de transportes da ponte terrestre através dos Estados Unidos e do sul do Canadá. Os gargalos tendem a se relacionar com a adequação dos portos, as instalações portuárias e a infra-estrutura dos transportes, associada com esses nós críticos.

Minas inimigas, assim como incursões de submarinos e outras formas possíveis de ataque, sugerem que esses pontos focais requerem defesa, capacidade de contra-ataque e apoio de enorme dimensão. Nesse período de maiores despesas com defesa e uma ampla variedade de impressionantes sistemas de armas, é, na verdade, lamentá-

vel que considerações completas aparentemente não são sempre dadas às necessidades de melhorar a infra-estrutura e os portos, a fim de que eles possam ser, efetiva e eficientemente, usados em ocasiões de emergência.

A SITUAÇÃO DA BACIA

A "situação", no que concerne à Bacia Caribense, está ligada particularmente a quatro regiões: Estados Unidos, Europa Ocidental, África Ocidental e Golfo Pérsico. No caso dos dois últimos, a ligação é resultado, primordialmente, da movimentação de óleo fóssil no interior ou nas proximidades da Bacia. Cerca de 1/5 das importações de petróleo dos Estados Unidos e metade das da Europa Ocidental estão envolvidos. Contudo, nem todo o tráfego está centrado no petróleo. Mais de 25.000 navios passam, por ano, em torno do Cabo da Boa Esperança e costeiam ou se movimentam através da Bacia. Cerca de 25% dos produtos alimentícios da Europa Ocidental, assim como importantes minerais, tais como urânio, manganês, cromo, platina e vanádio, seguem essa rota. Esse tráfego, presumivelmente, crescerá em tempo de guerra, dado o suposto bloqueio do Canal de Suez.

Na análise final, o volume desse tráfego dependerá, sem dúvida, da eficiência da interdição soviética e da habilidade

dos produtores do Golfo em manterem altos níveis de produção. Não apenas o tráfico de navios-tanque teria que fluir para a manopla Golfo Pérsico-Índia-Atlântico (Caribe), mas centros de produção e portos apropriados deverão também cair presos ante o ataque inimigo. Por exemplo, Al-Faw, instalação offshore de petróleo do Iraque, foi destruída rapidamente pelas forças iranianas quando a guerra estourou entre esses dois países. Ambas as instalações, em terra e offshore, parecem ser vulneráveis no Caribe, assim como no Golfo Pérsico.

É interessante notar que o envolvimento dos Estados Unidos e da Europa Ocidental nos negócios da Bacia tem crescido e decrescido através dos anos. Durante as negociações do tratado ao final da guerra dos Sete Anos, em 1763, os britânicos indicaram o desejo de tomar Guadalupe de volta para o Canadá. Os franceses recusaram-se a considerar o assunto devido à perceptível importância da produção da cana-de-açúcar da ilha. Tempos mais tarde, as ilhas da Bacia produtoras de cana-de-açúcar seriam, em verdade, de menor interesse para essas nações. A política dos Estados Unidos tem também flutuado entre preocupações agudas e negligência benigna. Em resultado, a proximidade da Bacia é percebida como de crítica importância em alguns tempos e, em outros, não. As palavras operacionais desse aspecto são,

assim, "percepção" e "situação".

Correntemente, as preocupações dos Estados Unidos dizem respeito não só ao que está acontecendo em seu quintal, mas, também, à "situação" da Bacia, que poderá fazer rebentar uma guerra convencional. Em tal eventualidade, seria essencial para os Estados Unidos suprir e apoiar as forças da OTAN na Europa o mais cedo possível. Do outro lado da moeda, um dos primeiros objetivos da União Soviética seria interromper e cortar as linhas de suprimento, em particular durante as fases iniciais da guerra. Em consequência, o controle naval das linhas marítimas é um imperativo. John G. H. Halstead, ex-embaixador canadense da OTAN, colocou o assunto mais eficaz e sucintamente. "Enquanto a OTAN poderá vencer lá (Atlântico Norte) e, todavia, perder uma guerra", afirmou, "poderá não perder lá e vencer a guerra".³

Não haveria surpresa alguma se incursões no interior da Bacia se encaixassem primorosamente nos planos soviéticos. Se puderem interpretar o papel de saqueador, ao desviar suprimentos essenciais e tropas para a área (tendo em vista que instalações na Bacia sob seu controle poderão ser usadas para ameaçar os suprimentos nos limites da OTAN), eles podem, realmente, desfilar estragos com a defesa aliada na Europa Ocidental. Ataques contra e sobre o território dos Estados Uni-

dos são também possíveis. Como resultado, deverá ocorrer que suprimentos críticos seriam deslocados da zona de guerra na Europa, devido ao clamor e alarme públicos dos Estados Unidos.

Se a OTAN tiver êxito em deter ou diminuir o ímpeto do avanço soviético, a situação da Bacia deverá tornar-se um pouco menos crítica para o esforço de guerra dos Estados Unidos. As forças militares destes deverão ter tempo e capacidade para erradicar a ameaça representada na Bacia pelas forças soviéticas e seus prepostos. Os soviéticos estariam, então, em uma posição menos temível, já que teriam que combater com oleodutos logísticos de 5.000 milhas para responderem a uma ofensiva dos Estados Unidos.

Se alguém presumir um (felizmente improvável) cenário no qual a União Soviética capture toda a Europa, um dos seus próximos passos deverá ser atacar os Estados Unidos, via o "suave ventre" da Bacia Caribense. Em tal eventualidade, a situação mudaria, visto que a Bacia emergiria, uma vez mais, como uma área de primordial importância para ambos os lados.

CONCLUSÕES

Do ponto de vista demográfico, as dificuldades da Bacia não podem ser resolvidas pronta e facilmente. O crescimento da

população da área é inevitável. Sem substancial desenvolvimento econômico, a migração para os Estados Unidos crescerá também. O problema é de grandes dimensões e, consequentemente, deverá ser negociado.

O Tenente-Coronel David J. André argumenta que a ameaça principal para a área não é militar, mas sócio-econômica. Se as condições não melhorarem, os altos níveis de pobreza levá-laão à inquietude política.⁴ Ainda que esse argumento tenha mérito precioso, dois aspectos podem ser levantados. Primeiro, o desenvolvimento econômico potencial da Bacia parece algo limitado. Segundo, os planos dos Estados Unidos para auxiliar o crescimento da Bacia deverão ser feitos levando em consideração a estrutura dos interesses mundiais da nação e nos termos das prioridades consignadas para diferentes regiões do globo. Isso levou o General Maxwell D. Taylor a concluir que os objetivos da política dos Estados Unidos para a Bacia seriam modestos e limitados por natureza e que seria uma "loucura..." (considerar) um genuíno Plano Marshall para essa parte do mundo.⁵

Dentro de certos limites, os Estados Unidos devem considerar programas patrocinados por instituições regionais. Para encorajar projetos autóctones propostos, eles devem também examinar se são vantajosos, genuínos, factíveis e se podem ajustar-se dentro de uma estru-

tura holística de planejamento.

Qual a importância da Bacia no sentido estratégico? Essa área pode ser de destacada importância, particularmente sob uma antevista, muito plausível, de cenários de guerra convencional. Quando os marechais de Napoleão Bonaparte lhe trouxeram um plano de campanha, no qual o exército estava, elegante e uniformemente, enfileirado de um lado ao outro da fronteira, ele acidamente perguntou se o objetivo era barrar contrabando.

Os Estados Unidos não podem esperar ser fortes em todas as regiões do mundo. Todavia, em virtude do fator proximidade de quintal, eles correm o perigo de reagir e engajarem-se numa crise de intervenção induzida, do tipo que levaria ao comprometimento de suas forças na Bacia. Se é vantagem para os soviéticos pegar os Estados Unidos desequilibrados e reagir com um instintivo e não pensado "estilo Pavlov para incursões soviéticas", será também vantajoso para os Estados Unidos, tanto quanto é realisticamente possível, desenvolver uma série de planos alternativos para uso no caso de acontecer ulterior intervenção soviética na Bacia. É claro que isso não é uma tarefa simples. Contudo, justamente porque é difícil, não quer dizer que não poderá ser tentada.

Uma resposta dos Estados Unidos ajustada à situação tipo desse tema não precisa ser restrita somente à área caribense. Por exemplo, os Estados Unidos

poderão conter uma incursão na Bacia, fazendo algum tipo de pressão de guerra convencional para conquistar o flanco sul europeu da União Soviética? Os soviéticos orgulham-se de serem muito sensíveis a uma ameaça vicinal posta em seu quintal.

A Bacia é crítica para os Estados Unidos? A pergunta tem, claramente, componentes positivos e negativos. Dado às características dinâmicas, assim como estáticas, do "sítio" e da "situação" na Bacia, qualquer questão deve ser especificada no tempo. A Bacia é mais importante em certas épocas que em outras. Pelo fator proximidade, ela deve ser vista realisticamente, em termos de sua verdadeira importância geopolítica e do seu valor, embora a opinião pública dos Estados Unidos em relação ao assunto não deva nunca ser ignorada. Finalmente,

a resposta deve envolver uma avaliação comparativa da significação da Bacia, como ela se relaciona com outras regiões do mundo, para as prioridades políticas e estratégicas dos Estados Unidos e os inevitáveis recursos finitos dos quais, mesmo essa nação, pode depender.

BIBLIOGRAFIA

1. Raymond E. Crist and Edward E. Leahy. *Venezuela: Search for a Middle Ground*. Van Nostrand Reinhold Co., N.Y., 1969, pp. 99-100.
2. Marvin Gordon. "Development Policy and Disadvantaged Subsistence Sector of Agriculture". *Geographic Research of Latin America, Conference of Latin Americanist Geographers*, Muncie, Ind., 1981, pp. 375-79.
3. Ambassador John G. H. Hasteard. "The Atlantic: The Linchpin." *US Naval Institute Proceedings, Supplement*, December 1984, p. 22.
4. Lieutenant Colonel David J. André "Gathering Storm in the Eastern Caribbean". *Military Review*, July 1981, p. 13.
5. Maxwell D. Taylor. "The Forgotten Factor in Central America." *The Washington Post*, 30 August 1984, p. A 24.

Prof. Marvin F. Gordon – Professor de Geografia e Ciência Regional, diretor de Estudos Latino-Americanos na Escola de Negócios Internacionais da Universidade George Washington, em Washington, DC. Trabalha como assessor geográfico da Agência para Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Programa de Desenvolvimento das Nações Amigas e do Governo da Venezuela.



O CONHECIMENTO DO PASSADO E A DETURPAÇÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Francisco Ruas Santos

Certos revisores atuais da nossa História vêm-se ocupando em deturpar fatos históricos, denegrir heróis nacionais e restaurar e enaltecer a imagem de figuras historicamente polêmicas.

Ruas Santos, autoridade no campo das Informações e emérito historiador, rebate, com argumentação simples e segura, sem emocionalismos ou paixões, embora algumas vezes com sutil ironia, a nova interpretação que se pretende dar a três fatos da nossa História.

A publicação deste trabalho tem o intuito de chamar a atenção para o fenômeno "substituição de valores", que vem sendo progressivamente estimulado em nossos dias.

Entendo por conhecimento a integração de informações.

Por informação – dentre os seus muitos conceitos válidos – adoto a noção de ser aquilo que nos leva a agir ou a pensar dessa ou daquela maneira, sempre passando a corrente do pensamento pelo filtro da auto-censura, pois, conforme se sabe, informação é também tudo o que é objeto da censura. Não a de segurança ou a policial, deixo claro.

Quando integro informações para conhecer uma dada situação, além de levar em conta essas premissas, tenho, muito mais do que elas, de me lembrar que a informação é um conjunto de segmentos multiimbricados e inter-reagentes, além de multifacetados.

Em outras palavras, informação é sinônimo de complexidade.

Daí o corolário imediato: para conhecer uma dada situação, atual ou não, tenho que dominar

os suportes em que estão registrados os elementos cognitivos, ou do conjunto informativo. Isto é, preciso apoiar-me em documentos idôneos ou *fontes*.

Qualquer aluno de História, do tempo em que esta era levada a sério, sabe de tudo isso, ainda que pense nessa matéria, em vez da moderna informação, a qual, além de ser-lhe equivalente, a ela ultrapassa.

Logo, por definição, nenhuma situação passada é *simples*.

O esforço para conhecê-la é, via de regra, enorme e envolve pesquisa séria, árdua, paciente e isenta. Por isso não se conforma com os nossos sentimentos, inclinações, simpatias ou antipatias – numa palavra, *paxões*.

Por motivos que não cabe aqui analisar, não é o que está ocorrendo nas últimas décadas, profundamente influenciadas pela Política, ou melhor, pela ambição da conquista do Poder.

Ora, sendo a pesquisa básica, ou o terreno do domínio das fontes do conhecimento uma atividade rigorosamente *científica*, dali ser qualificada de *pura*, é absolutamente incompatível com injunções estranhas, tal como a ambição ou o partidarismo políticos.

No plano da interpretação do passado, ou, mais propriamente, no campo da Filosofia da História, a política pode ser um dos ingredientes para se chegar a um tipo de conhecimento.

Aí, infelizmente para os espíritos simplistas ou simplórios,

não existe apenas uma corrente filosófica ou de pensamento, e sim várias.

Para a filosofia marxista, a História interpretativa nada mais é do que o reflexo da luta de classes, vale dizer, História é Política.

Mas não nos esqueçamos de que Marx, numa intuição genial, dizia ser a História a única e verdadeira Ciência.

E Ciência, ou Informação, só é digna desses nomes se não ferir a Verdade que informa os dois termos.

Obcecados pela ambição política, fazendo lavagem cerebral preparatória do assalto ao poder ou como “*inocentes úteis*”, violam muitíssimos professores e autores de História do Brasil postulados científicos que Marx, como cientista, não ousaria contrariar.

Passo a alguns exemplos demonstrativos.

O primeiro deles está na assertiva de que foram os norte-americanos que torpedearam navios brasileiros a fim de que o Brasil entrasse na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados.

Antes de mais, já está suficientemente provado, sobretudo com documentos alemães, que foram submarinos do Eixo que o fizeram.

Se isso não bastar para os são-tomés da vida, ou mesmo que não existissem tais provas, devemos considerar que o Brasil, ao ceder aos Estados Unidos, aí por volta de 1941, o uso

de áreas do Norte e do Nordeste para emprego como bases aéreas e navais, entrava praticamente na guerra mundial ao lado dos Aliados.

O Alto Comando alemão seria muito idiota se fosse agora respeitar uma neutralidade nossa, assim já revogada.

Em 1942, a batalha do Atlântico estava no auge. Tanto os Aliados como as potências do Eixo precisavam ganhá-la.

Militarmente, aquelas bases se inseriam nessa batalha, assim como o transporte de tropas para guarnecê-las. É bem o caso do *Baependi* que, além de uns 300 tripulantes e passageiros, conduzia o 1º Grupo de Artilharia de Dorso para o Nordeste e foi torpedeado pelos alemães na altura da foz do Rio Real, Sergipe, escapando apenas 17 pessoas das quatro centenas transportadas.

Admitindo que os que fazem afirmações em contrário o façam de boa fé, por que continuar no mesmo rumo de pensamento, depois do conhecimento irretorquível propiciado pelos documentos?

O segundo exemplo está representado nos seguintes termos de carta do sr. Fernando E. Amado Tersi, de Franca, SP, inserta na edição de 25 de dezembro de 1986, da *Folha de São Paulo*, sob o título "História do Brasil":

A guerra do Paraguai constituiu-se num motivo de vergonha nacional por tratar-se de

destruição injusta de um país, à época autônomo, cujo padrão médio de vida superava o de qualquer outro país latino-americano. Foi uma guerra de interesses imperialistas ingleses.

Seria alongar muito estas linhas tratar das causas mediatas e imediatas da guerra do Paraguai. Para o Brasil, a causa mais imediata foi principalmente a invasão do sul de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul por forças terrestres e navais de Francisco Solano López. Quem se der o trabalho de se transportar mentalmente ou em fontes idôneas para aqueles dias drásticos, em qualquer ponto do território brasileiro em que se soube desses atos de violência, verificará que, pelo menos nessa fase, *a guerra do Paraguai foi realmente popular para o Brasil, acorrendo a juventude em massa para formar batalhões de voluntários que iriam reforçar a nossa então insignificante força terrestre em armas, o Exército de 1ª linha, várias vezes inferior ao exército paraguaio já mobilizado pelo ditador Lopez, senhor absoluto de corpos e mentes dos seus compatriotas.*

Quando esse ditador entrou na aventura dessa invasão, a que se juntou a do território argentino, devia saber que guerra é também sinônimo de destruição de corpos e mentes, ou, se quiserem, genocídio.

Guerra, diria até o conseqüente Acácio, é um ato de violência que deve, segundo Clausewitz, ser máxima para que dure o menos possível.

Aos nossos olhos, tem de ser extirpada, sob pena da destruição da Humanidade ou da vida sobre a Terra.

Mas, ocorrendo, hoje ou no passado, é destruição ou genocídio. Veja-se Hiroshima e Nagasaki, e o caso do Líbano de hoje.

Assim, face ao que ocorreu em 1864-1865 em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, e nas cidades e vilas brasileiras chocadas com os atos paraguaios de violência, a assertiva de ter sido a guerra do Paraguai "motivo de vergonha nacional" para o Brasil não subsiste porque, ao contrário, foi motivo de orgulho.

Quanto à outra assertiva de ter sido esse conflito "uma guerra de interesses imperialistas ingleses", já fica praticamente destruída.

O terceiro exemplo diz respeito à vida de Domingos Fernandes Calabar, objeto de um dos "textos mais polêmicos na história brasileira", segundo Aimée Louchard (*O Globo*, 27 de outubro de 1986), lido, durante certo tempo, no Teatro Carlos Gomes.

Isso nos anima a focalizar a vida de Calabar dentro do contexto histórico em que se desenvolveu, segundo três níveis totalizantes: o pernambucano, o brasileiro e o mundial, quer no que se refere à Espanha/Portu-

gal, quer no que é pertinente às Províncias Unidas, hoje conhecidas como Holanda.

Assim fazendo, vacinamo-nos contra a "doença infantil", muito generalizada, que leva os desprevenidos ou mal-informados a ver o passado como se este estivesse ocorrendo com elementos do presente – como dizia um historiador patrício há tempos, imaginar D. João VI como se fosse Getúlio Vargas despachando no Palácio do Catete. Ainda que dialeticamente sejamos incitados a rever o passado à luz do que está acontecendo no presente, não podemos, em absoluto, falsear, distorcer ou entrever mal o que se passou.

Isso posto, quem era Calabar e qual o conjunto ou nível totalizante em que vivia?

Negro, mulato ou mameleuco, era um sertanista experimentado, que em 1627 participara da entrada de Belchior Dias à busca de minas de prata. E conhecia muito bem pelo menos o litoral e a faixa costeira de Pernambuco, até sua parte meridional alagoana (Alagoas, lembramos, estava então incluída em Pernambuco). Ali predominava o complexo muito conhecido da "casa-grande & senzala", em relação ao qual temos de apreciar a posição de Calabar. Se não era escravo ou senhor de engenho, ficava em posição intermediária, restrita, dos que livremente gravitavam na zona rural ou em núcleos urbanos, segundo interesses relacionados

com a estrutura econômica predominante. Por exemplo, os criadores de gado, no interior pernambucano, forneciam aos engenhos os animais de que necessitavam como força de trabalho (engenho de roda) ou alimentação.

O que importa: Calabar era relativamente livre ou, como força de expressão, integrante da "classe média".

O conceito de pátria então é o de terra de nascimento. Mais amplo é o de nação. Assim, por exemplo, negros livres que formavam o grupo sob a liderança de Henrique Dias têm como pátria Pernambuco e pertencem à nação ou às nações angolanas, como este mesmo o disse.

Ampliando mais esse conjunto totalizante, temos os portugueses e índios. Os primeiros, nascidos aqui ou em Portugal, têm Portugal como sua nação, ligada à espanhola, na pessoa do mesmo rei, desde 1580. O rei, cabeça do Estado, simbolizava-o e à Nação. "O Estado sou eu", diria anos mais tarde, e significativamente, o célebre Luís XIV, rei de França.

Portanto, os portugueses do Brasil, às vezes pejorativamente denominados, em Portugal, "brasileiros", julgavam-se leais súditos de Felipe III e de Felipe IV, reis da Espanha e de Portugal. O que é preciso ficar bem claro é que a hoje vigente noção pura de brasileiro não existe nesse contexto e só se caracterizaria com a Independência quase dois séculos depois. Tan-

to assim que, por volta de 1822, muitos, no Brasil e em Portugal, imaginavam poder subsistirem os dois Estados sob uma só coroa, ou uma forma de comunidade luso-brasileira. E muitas pessoas de prol, civis e militares, nascidas em Portugal, continuaram a prestar serviços ao Brasil independente, sem embargo da reação que, durante a Regência, se fez sentir contra a predominância econômica de portugueses propriamente ditos. Como se vê, o caso brasileiro é singular na história da independência das antigas colônias lusitanas, espanholas e inglesas.

Passando ao contexto europeu/mundial, temos que a Espanha e Portugal haviam, desde fins do século XV, constituído um vasto império abrangendo a América, a África e a Ásia Meridional e grandes áreas do Pacífico, como as atuais Filipinas. Na Europa, os domínios reais compreendiam a península ibérica e importantes áreas na Itália e nas atuais Holanda/Bélgica em particular. Ocorria, desde 1618, a guerra denominada dos Trinta Anos, que incendiava parte da Europa. Nessa guerra, lutavam forças da facção espanhola com as do que se opunham ao domínio espanhol. A Reforma religiosa deflagrada, no século XVI, por Lutero e Calvino entrava nesse contexto bélico, podendo ser dito, ainda que de modo simplificado, que era o confronto dos fiéis ao Papa, os "papistas", e os reformados, ou "hereges", no dizer dos primeiros.

Aspirando por sua independência da Espanha, contra esta haviam se rebelado sete províncias dos Países Baixos, constituindo um Estado sob a denominação Províncias Unidas (vulgarmente referidas pelo nome de uma delas, a Holanda).

Do ponto de vista econômico-marítimo-comercial, o império luso-espanhol dominava as principais riquezas de então, especialmente o açúcar, do Brasil em particular, e minerais, como a prata do Peru, sem contar as mercadorias tradicionais do Oriente.

É nesse contexto que se insere, em 1602, a Companhia das Índias Orientais, formada nas Províncias Unidas para disputar o predomínio econômico luso-espanhol no Oriente.

Seguindo-lhe o exemplo, surge, nas Províncias Unidas, em 1621, a Companhia das Índias Ocidentais, para realizar o projeto de disputar ao império luso-espanhol o comércio com a África Ocidental e a América. Em 1608, segundo Usselinx, idealizador dessa empresa, objetivava-se com ela a troca de mercadorias das Províncias Unidas por produtos americanos, através de estabelecimentos coloniais fundados na América. Isso poderia proporcionar àquelas províncias, de modo indireto embora, o ouro e a prata que tanto ambicionavam e invejavam do império luso-espanhol.

Terminada a trégua na luta entre Espanha e suas províncias rebeladas, o projeto de Usselinx

se concretizou em 1621, quando o governo das Províncias Unidas outorgou o Privilégio da Companhia das Índias Ocidentais, constituída pelos "cidadãos mais opulentos e infensos à Espanha", em grande parte judeus, empresa que se propunha tentar, no hemisfério ocidental, a "sorte da guerra e do comércio". Portanto, usando expressão popular de um personagem humorístico da televisão, um *imperialismo contra o outro*, num contexto eminentemente mercantilista e guerreiro.

Depois do insucesso da Companhia das Índias Orientais, ocorreu na Bahia, em 1624-1625, o grande feito de seu agente, o notável Almirante Heyn, ao conseguir apossar-se da frota de prata espanhola no Caribe, proeza que não mais se repetiria, mas que revigorou as finanças da Companhia, permitindo-lhe tentar novamente a sorte no Brasil, agora em Pernambuco.

Estabelecida aí a cabeça-de-praia dos invasores na área Recife-Olinda, a resistência, liderada por Matias de Albuquerque, centralizou-se no Arraial do Bom Jesus, impedindo a expansão do domínio holandês.

E então que Calabar vai destacar-se, ao passar do lado luso-espanhol para o holandês. Ou, usando ainda a mesma expressão popular, trocou um imperialismo por outro.

Diz-se que sua deserção foi motivada por crimes que praticara.

Seja por isso ou porque tenha escolhido o *outro imperialismo*, a verdade é que trocou um imperialismo por outro, não melhor, como veremos. Em outras palavras, deixou de atuar num contexto imperialista para facilitar, como facilitou, a expansão de outro contexto imperialista, em termos conceituais de validade permanente.

Há quem veja nessa atitude de Calabar a preferência por um regime colonial melhor, simbolizado pela Companhia da Índias Ocidentais, como vimos, no dizer de seu idealizador, *mercantilista e guerreira*.

É uma liberdade que não se lhe pode negar.

Mas se Calabar tivesse sobrevivido até 1945, haveria certamente de convir que, escorlhendo assim, fizera a pior escolha, pois o império integrado pelas colônias ibéricas esfacelou-se nas primeiras décadas do século XIX; enquanto o holandês só acabou um século depois, deixando resquícios horribéis no Suriname e nas Índias Orientais, de onde, por sinal, os holandeses foram praticamente expulsos após a última guerra mundial. Sem falar nos resquícios ainda presentes na África do Sul com o seu reprovável *apartheid*...

Eis por que podemos figurativamente entrever um "Calabar arrependido", se é que ele era o grande caráter com que mitólogos da História o revestem.

Mas o que mais importa nesses contextos totalizantes é

que fazer o "elogio da traição", como se denomina o texto de um espetáculo musical que não chegou a ser montado é, no mínimo, trabalhar com um mito, e não com a verdade histórica.

Calabar pertencia, ao ser aprisionado, julgado e executado, a um dos lados da guerra dos Trinta Anos no Brasil, oposto àquele que era fiel ao rei, ao Papa e à terra pernambucana, então invadida e saqueada. Tal como hoje procedem Estados Unidos e União Soviética com seus traidores...

No amplo contexto do novo humanismo, cuja geração devemos favorecer, de paz e concórdia universais, sem imperialismos de qualquer tipo, esse "elogio da traição" é antes um desserviço. E mais chocante quando o Brasil propõe, e a ONU quase unanimemente aprovou, que nesta parte do hemisfério sul não haja guerra nuclear.

Descendo agora ao contexto brasileiro, recorremos ao grande alagoano Jorge de Lima, para que por nós se expresse:

*Se tu vencesses, Calabar!
Se em vez de portugueses –
– holandeses!?*

*Ai de nós!
Ai de nós sem as coisas deliciosas
que em nós moram:
redes, rezas, novenas,
procissões – e essa tristeza, Calabar
e essa alegria danada, que se sente
subindo, balançando, a alma da gente,
Calabar, tu não sentiste
essa alegria gostosa de ser triste!*

(Dicionário Universal Nova Fronteira de Citações, Paulo Rónai, 1985, p. 130)



Cel Inf R/1 FRANCISCO RUAS SANTOS – É possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela edição Histórica do Exército Brasileiro (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes (1976-1977) e Informação e Indexação.

TRANQÜILIDADE

É O QUE VOCÊ
CONQUISTA QUANDO
SE ASSOCIA AO GBOEX.





GUARDA REVOLUCIONÁRIA ISLÂMICA — UMA INSTITUIÇÃO POLIVALENTE

Edmirson Maranhão Ferreira

O advento da República Islâmica do Irã surpreendeu o mundo ocidental com os conceitos e valores que introduziu nas relações do Estado com a sociedade e com as concepções filosóficas e instrumentos criados para a sua defesa. Um desses instrumentos é a Guarda Revolucionária Islâmica, que o autor apresenta com a autoridade que lhe conferiu a aditança militar exercida naquele país, já sob o novo regime.

A publicação desse artigo por A Defesa Nacional não implica enaltecimento ou depreciação desse instrumento. É, tão-somente, o registro de uma solução ajustada a uma cultura e que, de certa forma, contribui para explicar a sobrevivência do regime republicano islâmico instaurado no Irã.

O embasamento profunda-
mente popular e nacio-
nalista da Revolução Is-
lâmica, nos albores de 1979, ge-
rou uma instituição militar/pa-
ramilitar polivalente por suas
ações múltiplas — A Guarda Re-
volucionária Islâmica (os *Pasdars*). A recém-implantada, na
ocasião, República Islâmica do
Irã visualizou no campo da Se-
gurança Nacional o amplo sen-
tido comunitário da problemáti-
ca nacional sob os novos valo-
res básicos revolucionários, exi-

gindo a participação de todos,
seja para a construção da Re-
pública Islâmica, seja para a
sua proteção e defesa. Este foi
o enfoque gerador dessa insti-
tução *sui generis*. O povo de
mãos dadas para o desenvolvi-
mento, os cidadãos em armas
para a defesa da pátria e da re-
volução.

O *Pasdars* (o que protege),
integrante da Guarda Revolu-
cionária, deve, portanto, ser um
misto de cidadão participante do

desenvolvimento, de fervoroso religioso, de protetor da sociedade instituída pela Revolução, dc cruzado de Deus, de soldado da luta contra-revolucionária e de aguerrido combatente defensor da pátria na guerra externa.

Trata-se de uma instituição ideológica, política e militar. Portanto, apresenta características e finalidades especiais, um campo de destinações múltiplas e até polivalentes. Produto da Revolução Islâmica do Irã e, em decorrência das características populares, ultranacionalista e profundamente religiosas desse movimento, os chamados Corpos de Guardas Revolucionários Islâmicos adquiriram peculiaridades *sui generis*. São os Guardiões da Revolução. A instituição, fundada em abril de 1979, foi visualizada como um dos suportes do regime islâmico, como a proteção da cultura e das tradições (corão) e um dos instrumentos de expansão mundial desse movimento político-religioso, que visava a plena participação das massas.

Sob essa visão revolucionária, a Guarda Revolucionária Islâmica (GRI) deve ser o povo em armas, um exército de *partisans*, uma força guerrilheira nacional, uma tropa convencional, bem como um instrumento consciente e doutrinado para realizar a propagação do ideal revolucionário.

Trata-se, portanto, de uma organização essencialmente voltada para a segurança interna (controle da população, ação

psicológica, bem como todas as ações de guerra irregular), podendo atuar também na segurança externa, no quadro de guerra regular, como vem fazendo atualmente, ao mobilizar uma parte do *front* na guerra contra o Iraque. Têm sido freqüentes operações conjuntas de unidades da GRI com unidades de artilharia do Exército, bem como elementos da Força Aérea. Entre os seus fundamentos estão as seguintes premissas:

- Todos, homens ou mulheres, devem ser soldados do Estado Islâmico;
- O objetivo primordial é a proteção da Revolução contra conspirações e movimentos subversivos;
- A segunda prioridade é a exportação da Revolução em todas as dimensões. Se os povos oprimidos não têm acesso aos modernos armamentos, cabe aos revolucionários islâmicos desenvolverem uma arma muito mais eficiente – a arma da fé, a arma espiritual;
- A GRI é um instrumento construtor e protetor da sociedade islâmica sob a jurisprudência de Deus (*Velayat Faghih*)
- embasamento espiritual islâmico.

Por sua vez, a doutrina de emprego da GRI está consubstanciada nos seguintes princípios:

- a. Formação e permanente aperfeiçoamento político, re-

- ligioso, histórico e militar de seus integrantes, de forma a adquirir um profundo sentimento de participação cunitária em prol da construção e fortalecimento da República Islâmica (o chamado movimento *Jihad*). Doutrinação dos quadros, com vista à proteção dos valores divinos;
- b. Perseverança e determinação;
 - c. Mobilização e prontidão operativa. Conforme a destinação operativa, a preparação é feita em cursos de até seis meses, com conhecimentos teóricos iniciais, seguidos de prática da formação básica do combatente;
 - d. Emprego de ação psicológica sob profunda base religiosa;
 - e. Emprego de métodos e técnicas de informações;
 - f. Preparo militar para operações clássicas com base em organização e adestramento adequados, a par da preparação e estruturação para a guerra irregular, operações de informações e operações psicológicas, sob a direção de Centros Políticos-Ideológicos, nos vários níveis de estruturas;
 - g. Participação em atividades complementares em apoio a projetos do governo, vinculados ao desenvolvimento nacional;
 - h. Cooperação com as Forças Armadas e com a defesa da independência e da integridade territorial da República Islâmica;
 - i. Colaboração com o Poder Judiciário e o Ministério da Justiça;
 - j. Combate ao tráfico de drogas e apreensão de armas quando na posse de pessoas ou grupos não-autorizados;
 - l. Desapropriação, em caso de necessidade e dentro dos interesses da República Islâmica, de instalações e recursos disponíveis de propriedade privada;
 - m. Apoio a todos os movimentos de independência e liberdade;
 - n. Atuação em reforço a todas as instituições revolucionárias do país.
- A GRI foi concebida para atingir um efetivo de 20 milhões de membros (sendo um milhão em armas – Reserva do Exército), ou seja, com previsão de arregimentar quase a metade da população do país. Seria assim, na visão original, a grande população ativa iraniana, totalmente politizada e trabalhada psicologicamente sob fundamentos religiosos e patrióticos. Desconhecemos atualmente seu efetivo total; entretanto, o suplemento anual (1981) da publicação *The Economist Intelligence Unit Ltd* aponta, na página 3, uma força de 50.000 Guardas como combatentes. Vem recebendo grande apoio e destaque do governo e arregimenta jovens profundamente religiosos e idealistas. Perante a nação, tem

suas vítimas e seus heróis na frente de combate. Participa, com estrutura militar, das operações de guerra ao lado e no mesmo nível de destaque das Forças Armadas, bem como projeta a sua atuação ao longo de todo o país como instrumento do governo no executante do poder policial e político.

Seu símbolo – um braço estendido segurando um fuzil, projetado sobre o globo terrestre, em conjunção com a representação do pensamento e dos

dogmas corâmicos – traduz todo um profundo alicerce religioso, todo um espírito de luta, todo o sentido de massa popular e, finalmente, todo um misticismo apaixonado, vibrante e poderoso. A GRI não foi concebida apenas como o braço armado da Revolução, mas também como um instrumento envolvido numa profunda religiosidade. Seria dentro da simbologia do seu dístico a conjunção da espada, da fé, do pensamento e do pulso do novo regime.



Cel R-1 EDMIRSON MARANHÃO FERREIRA – Tem os cursos de Estado-Maior, Escola Superior de Guerra (CEMCFA), de Pára-Quedistas, de Guerra na Selva e Operações Psicológicas. É também licenciado em Geografia e História pela PUC-Rio de Janeiro, de Administração de Empresas pela Universidade Gama Filho, Superior de Guerra pela ESG e Especialização e Mestrado em "EPB" pela UERJ.

Em suas atividades, constam: Chefe da Divisão de Assuntos Militares da ESG, Cmt da Escola de Pára-Quedistas, Adido das Forças Armadas do Irã. Atualmente, leciona na Faculdade Estácio de Sá.



A DEFESA NACIONAL DA CORÉIA DO SUL

Choi Sang Bum

De longa data, a Escola de Comando e Estado-Maior do nosso Exército (ECEME) tem contado, no seu Corpo de Alunos, com oficiais de exércitos estrangeiros, segundo programa de intercâmbio estabelecido pela Força Terrestre Brasileira. Destinado a estreitar laços de camaradagem e troca de experiências, essa prática tem projetado a ECEME além-fronteiras, sendo constantes as solicitações de novos países para participarem desse programa.

A partir de 1978, oficiais do Exército da Coréia do Sul têm sido admitidos, também, nos seus Cursos, sendo de um deles a autoria da presente matéria, extrato de trabalho curricular produzido. Ela nos dá uma visão sintética dos aspectos que condicionam a Defesa Nacional do seu País. Trabalho de limitada profundidade, em virtude da própria natureza do assunto, permite ao leitor examinar um quadro que estimula a reflexão, quando comparado ao que envolve a Defesa Nacional do seu próprio País.

Choi Sang Bum diplomou-se pela ECEME em 1985, no posto de Major da Arma de Comunicações.

INTRODUÇÃO

A península coreana tem aproximadamente mil quilômetros de extensão no sentido norte-sul e uma largura de 216 quilômetros no seu ponto mais estreito. Está separada da Manchúria e da Sibéria, ao norte, pelos rios Abrog e Duman e pela cadeia de montanhas Baegdu; da China continental, a oeste, pelo Mar Amarelo, e do arquipélago japonês,

ao sul e a este, pelo Mar do Leste.

A distância mais curta entre a Coréia e o território japonês é de 206 quilômetros, no Estreito da Coréia, ao sul.

A Coréia, cuja superfície equivale, aproximadamente, à da Grã-Bretanha ou do Estado de Nova Iorque, situa-se entre 33°06' e 43° de latitude norte e entre 124°01' e 131°05' de longitude leste. A parte setentrional do país, ocupada sucessi-

vamente pelas forças militares soviéticas e por uma ditadura comunista desde 1945, cobre uma área de 122.370km². A República da Coréia do Sul é ligeiramente menor, com 98.758km².

Sua linha costeira é muito acidentada e tem uma extensão total de 17.269km. A costa oriental é rochosa e áspera, com uma diferença de nível de marés de somente 60 centímetros. Ao norte, existem poucos portos importantes, além de Weonsan e Cheonjin. A costa oeste é baixa e menos acidentada. Caracteriza-se por largas áreas planas e pantanosas e uma diferença de marés de seis a 10m. Seu porto principal é Incheon, com uma diferença de nível de água de 10m, o segundo maior movimento de marés do mundo. Outros bons portos incluem Gunsan e Mogpo e, ao sul, Busan.

A Coréia possui um total de aproximadamente 3.000 ilhas, grandes e pequenas, ao longo de suas costas. Dessas, mais ou menos, 200 são habitáveis e uma delas, Jeju, localizada a cerca de 96km da costa, no sul da península, é tão grande que constitui uma província administrativa.

O país é montanhoso, especialmente ao norte, formado principalmente por rochas arcaicas. Conquanto nenhum dos seus picos seja muito alto, suas encostas são bastante íngremes, abruptas e rochosas, oferecendo-lhes a impressão de magnitude e grandeza, que deu

à nação o cognome de "Sufça da Ásia".

A área central de Taebaeg divide as águas da península, inclinando-se para o sul e terminando em planícies centrais e planaltos, conhecidos como o celeiro do país. Cadeias menores e esporões laterais, entretanto, fazem com que ninguém jamais deixe de avistar uma montanha, de qualquer parte do país onde se encontre.

Os rios são na maioria rasos, curtos e rápidos, em virtude da prevalência das montanhas e da relativa pequena largura da península. O mais longo é o Abrog, na fronteira mais afastada, ao norte, com 790km de extensão. A seguir vem o Nagdong, com 525km. Os principais rios do sul incluem o Han, com a capital Seul localizada perto de sua foz e o Geum, com 410km de extensão. Existem muitos riachos que nascem nas montanhas e descem velozes, seguindo pequenos e pitorescos cursos.

O clima do país é temperado, entre os tipos continental e marítimo, inclinando-se mais para o primeiro e comparando-se ao que geralmente acontece em áreas de latitudes semelhantes. Os meses mais quentes são julho e agosto; os mais frios, dezembro e janeiro.

Apenas ao norte é encontrado o frio siberiano, geralmente associado ao clima coreano. O inverno suave da Coréia do Sul caracteriza-se por três dias

sucessivos de frio, seguidos por quatro dias mais quentes.

A estação das chuvas começa em junho e termina em agosto. Durante esse período, é registrada uma média de 50% de precipitação anual.

A Coréia, uma velha terra oriental, durante muitos séculos tem desempenhado um papel relevante na história da Ásia. Sempre teve grande importância estratégica, como uma ponte terrestre entre a Ásia setentrional e o resto do mundo, especialmente as ilhas do Japão, localizadas a apenas algumas centenas de milhas para o leste. Invasores vindos do norte algumas vezes varreram a nação, com a intenção de atacar o Japão, enquanto os próprios japoneses, em numerosas oportunidades, ocuparam a Península Coreana, usando-a como base para ataques ao continente asiático.

Desde o fim do século XVI, a Coréia instituiu uma política de isolamento sistemático, como reação aos terríveis danos sofridos durante duas sucessivas invasões japonesas. Essa política foi levada tão completamente a sério que, mesmo no século XIX, quando a China e o Japão abriram suas portas a contatos com o Ocidente, por coação ou persuasão, a Coréia ainda era virtualmente desconhecida no além-mar.

Quando a lenta e penosa abertura do país gradualmente começou, no fim do século passado, a Coréia se viu mais uma

vez transformada em campo de batalha entre potências estrangeiras que lutavam pela influência sobre a Ásia Setentrional. Depois de anos de revoltas e incertezas, a nação foi anexada pelo Império japonês, o qual se lançou numa política expansionista que culminou na Guerra do Pacífico. A Coréia readquiriu sua independência no fim da Segunda Guerra Mundial, em 15 de agosto de 1945. Deste modo, o mundo ocidental teve muito pouca oportunidade de conhecer qualquer coisa sobre a nação coreana, até a ocasião em que a Guerra da Coréia, precipitada pelo ataque de surpresa da Zona Norte, ocupada pelos comunistas, explodiu no cenário internacional, em 25 de junho de 1950.

A destruição e a miséria que se seguiram à guerra foram tão agudas que a imagem mundial da Coréia tornou-se fútil e de desesperança — uma imagem enganosa, ligada, nos anos seguintes, à estagnação econômica e à instabilidade política, conseqüências de tão arrasadora experiência.

Portanto, foi somente em 1960 que reformas governamentais, aumento de exportações e uma tendência positiva de liderança regional e nacional atrairiam a atenção do mundo para uma nova Coréia que surgia: orgulhosa, progressista e perseverante, com um povo vigoroso e otimista, determinado a formar seu próprio destino e a construir um futuro melhor, apesar dos

obstáculos e dificuldades que as circunstâncias a que está submetida lhe pudessem impor.

A imagem radicalmente diferente da Coréia poderia, sem dúvida, surpreender aqueles que contemplassem o país a distância e cujo conhecimento adviesse somente de um exame eventual das suas vicissitudes no século XX.

Não haveria surpresa, porém, para os estudiosos mais profundos dos quatro mil anos de sua história, a qual contém numerosos exemplos da firmeza e determinação de um povo de fronteira, impetuoso, calejado, decidido a manter sua identidade nacional e sua independência em meio às mais severas dificuldades e catástrofes.

A DIVISÃO TERRITORIAL

Ocupada pelos japoneses desde 1910, uma Coréia "livre e independente" havia sido prometida pelas Potências Aliadas, especialmente pelos Estados Unidos, Rússia, Reino Unido e China, através da Declaração do Cairo e da Declaração de Potsdam, feitas em 27 de novembro de 1943 e 26 de julho de 1945, respectivamente.

Dessa forma, quando souberam da rendição dos japoneses, em 15 de agosto de 1945, quase todos os coreanos contavam com a independência imediata de sua pátria. Entretanto, o júbilo nacional cedo se transformou em desapontamento e in-

dignação, quando a divisão territorial, ao longo do paralelo 38, se tornou realidade. A verdadeira causa da divisão nunca foi esclarecida, muito embora o seu verdadeiro resultado tenha sido permitir à União Soviética ocupar a parte setentrional da nação.

Tanto americanos como russos estabeleceram um regime militar nas áreas que, respectivamente, ocupavam, em vez de permitir que os coreanos governassem o seu próprio país, mesmo depois de as guarnições japonesas terem sido desarmadas. Uma Comissão conjunta, composta de representantes das forças de ocupação – os americanos no sul e os russos no norte –, foi estabelecida no princípio de 1946, segundo o acordo entre os Ministros do Exterior da América, Rússia e Inglaterra, firmado em 27 de dezembro de 1945, em Moscou, para formar um governo provisório na Coréia. O governo provisório, se e quando fosse criado, deveria incluir representantes de organizações sociais e políticas da Coréia sob uma "administração", por um período máximo de cinco anos, supervisionado pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e China.

A Comissão conjunta russo-americana foi encarregada de encontrar uma fórmula para organizar um governo provisório e preparar o caminho para o estabelecimento de "um governo unificado e democrático" em toda a Coréia. Ela se reuniu em

Pyongyang e Seul, em 1946 e 1947, mas não chegou a nenhum acordo. A maioria do povo coreano não queria nenhuma "administração" e exigiu imediata independência para a sua pátria.

Quando foi percebido que os esforços conjuntos de russos e americanos não chegaram a nenhum resultado tangível, a Questão Coreana foi levada à Assembléia-Geral das Nações Unidas. Esta, em setembro de 1947, adotou uma resolução que determinava a convocação de eleições gerais na Coréia, a fim de assegurar-lhe imediata independência e unificação. Uma Comissão Temporária da ONU foi formada, em 1947, e enviada a Seul no ano seguinte, para preparar e supervisionar as eleições. Entretanto, os russos e seus seguidores no norte recusaram-se a cumprir a resolução das Nações Unidas, boicotando a entrada dos membros da Comissão criada na Coréia do Norte.

A GUERRA DA CORÉIA

A Guerra da Coréia começou em 25 de junho de 1950, exatamente um ano depois da retirada das tropas norte-americanas do país. As tropas norte-coreanas cruzaram a fronteira, capturando a capital, Seul, em três dias e dominando a nação até o perímetro de Busan, em agosto.

Em consequência, as Nações Unidas conclamaram seus membros para defenderem a República da Coréia, e dezesseis nações enviaram tropas terrestres e aéreas para a guerra deflagrada. Cinco nações mandaram navios-hospitais ou unidades médicas e suprimentos.

As forças da República da Coréia e das Nações Unidas entraram na Coréia do Norte em novembro, e a guerra parecia estar quase acabada quando um grande contingente de tropas chinesas entrou na luta, atravessando a fronteira e invadindo o território sul-coreano.

Depois de repetidos avanços e recuos, a frente de batalha se estabilizou, ironicamente perto da linha divisória original de 1945.

A Guerra da Coréia foi tecnicamente suspensa, em 27 de julho de 1953, por força de um armistício. Desde então, tem-se mantido a trégua com centenas de reuniões de uma Comissão de Armistício, realizadas em Panmujeon, onde ambos os lados continuam a protestar contra alegadas violações dos termos da trégua. A situação militar permanece tensa e algumas vezes ameaçadora, mesmo depois de mais de 30 anos.

A Guerra da Coréia, um trágico conflito fratricida, causou indescritíveis danos a ambas as partes da nação. Mais tragicamente ainda, ela separou famílias e amigos e perpetuou uma fenda na história de uma nação que se orgulhara de ser unida e

independente ao longo de quase 2.000 anos.

A AMEAÇA DA CORÉIA DO NORTE

A diplomacia fundamental da Coréia do Sul para a questão da reunificação da terra dividida é a seguinte: "Primeiro a paz, segundo a unificação."

Do seu lado, a Coréia do Norte tem como objetivo a unificação da terra pelo uso da força. Sua estratégia básica é consolidar a Coréia do Norte como base para uma revolução a ser desencadeada na Coréia do Sul.

Ela pretende criar uma frente secundária profunda em território da Coréia do Sul com forças guerrilheiras e, ao mesmo tempo, lançar um ataque decisivo através da linha de trégua. Baseada nesta estratégia, adotou importantes medidas militares, sendo as principais a concentração de tropas perto da linha de trégua e a formação de unidades militares. Em novembro de 1970, no Congresso de Trabalhadores (comunista), a Coréia do Norte declarou: "Nossa preparação de guerra já está completa."

Para comunicar a Península Coreana como um todo ela se prepara continuamente para a guerra. Em 1980, aumentou drasticamente o efetivo militar e o equipamento de guerra, criando mais unidades ofensivas e dispondo equipamentos de guerra irregulares próximo à fronteira.

A Coréia do Norte tem feito ações provocativas sistemáticas após a assinatura da trégua em 1953 – aproximadamente 16.000 vezes. O mundo ainda se lembra do "Machado", assassinio brutal na zona desmilitarizada, em agosto de 1976; o tiroteio a um helicóptero desarmado, em 1976; o incidente do *Pueblo*, um navio de combate, em 1968; os túneis de invasão no setor sul da zona desmilitarizada descobertos em 1974, 1975 e 1978, e as infiltrações freqüentes de espiões.

Inúmeras foram as ações de violência e tentativas para comunicar a Coréia do Sul. O pensamento guerreiro da Coréia do Norte é uma ameaça permanente à paz e estabilidade na Península.

Considerando essas circunstâncias, a Coréia do Sul tem-se visto forçada a aumentar adequadamente sua capacidade defensiva para conter uma possível agressão. Sem a manutenção de um poder defensivo igual ou superior ao potencial militar da Coréia do Norte, o armistício não pode ser garantido nem a paz assegurada.

COMPARAÇÃO DE PODER

A comparação do poder entre as duas Coréias está expressa nos quadros das páginas seguintes.

Efetivo

(Quadro 1)

Quadro 1. Efetivo.

		Classificação	Sul	Norte
População		41.200.000	20.580.000	
TROPA REGULAR	Exército	542.000	680.000	
	Marinha	48.000	50.000	
	Força Aérea	32.000	54.500	
	Total	622.000	784.500	
PARAMILITAR	Forças Reservistas	3.980.000	—	
	Guarda Vermelha de Trabalhadores	—	3.000.000	
	Unidade de Treinamento	—	1.000.000	
	Guarda Vermelha de Juventude	—	1.000.000	
	Total	3.980.000	5.000.000	
	Efetivo dos Estados Unidos na Coréia do Sul	39.600	—	

Potencial Militar (Exército)
(Quadro 2)**Potencial Militar (Marinha e Força Aérea)**
(Quadro 3)

Quadro 2. Potencial do Exército

Classificação	Sul	Norte
Divisões de Infantaria	20	35
Divisões Mecanizadas	1	3
Brigadas Especiais	7	39
Divisões de Cavalaria	2	2
Brigadas Independentes de Cavalaria	2	6
Carros de Combate	2.430	3.975
Grupos de Artilharia	36	100
Brigadas Antiaéreas	2	3
Morteiros	5.300	9.000
Unidades de Míssil	4	4

Quadro 3. Potencial da Marinha e da Força Aérea

	Classificação	Sul	Norte
Navios	Combate	24	20
	Auxiliador	80	422
	Bombardeiros IL-28	—	85
Aviões	Combate F-5A, 5B, 5E, 5F, 16A, 16B MIG-15, 17, 19, 21	567	— 740
	C-46, 54, 123 AN-2, 24	32 —	— 274
Transporte aéreo	IL-14, 18	—	10
	HS-748	2	—
	TU-154	—	1
	Helicópteros	110	60

Quadro 4. Potencial econômico (proporção)

Classificação	Sul	Norte
Renda Nacional	5,2	1
Renda <i>Per Capita</i>	2,5	1
Exportação	17,3	1
Importação	17,5	1
Alimentação	2,5	1
Energia Elétrica	2,3	1
Siderurgia	3,2	1
Cimento	2,7	1
Carvão	1	1,7

A INDÚSTRIA BÉLICA

A Coréia do Sul iniciou sua indústria bélica, para produção doméstica de equipamento militar, em 1971. A nação reconheceu que o desenvolvimento da indústria bélica é essencial à defesa nacional e à independência econômica.

As medidas de apoio ao desenvolvimento incluíram a criação de subsídio, taxas preferenciais, benefícios contratuais e a instituição de um fundo defensivo. Apesar de antever a ruína do Vietnam do Sul em 1975, o sistema de taxas foi introduzido para acelerar o desenvolvimento da indústria bélica.

Graças a essas medidas, a Coréia do Sul pode hoje produzir mísseis de longo alcance, lançadores múltiplos de mísseis, tanques M48A3, e M48A5, mor-

teiros, canhões lançadores de granada, munição variada, bem como armas básicas de fogo. Hoje, a Coréia do Sul manufatura armas pesadas, equipamentos blindados, viaturas pessoais, veículos anfíbios, helicópteros (500MD), destruidores navais, e também está pronta para produzir aviões de combate F-5M.

A indústria bélica da Coréia do Sul está se desenvolvendo em conjunto com o Plano de Desenvolvimento Econômico e o Plano de Desenvolvimento da Indústria Pesada e Química, usando as fábricas industriais civis do país.

ORGANIZAÇÕES DA DEFESA NACIONAL

Além do Exército, Marinha e Força Aérea, a Defesa Nacional

da Coréia do Sul conta com organizações peculiares: a Força de Reservistas, o Corpo de Estudantes da Defesa Nacional e o Corpo de Defesa Civil.

O Exército

O dispositivo militar do Exército é determinado pela situação geopolítica, condições topográficas e realidade política da divisão territorial (Coréias do Sul e do Norte).

Os principais elementos das forças terrestres são concentrados ao longo da zona desmilitarizada. As forças armadas da Coréia do Sul e do Norte são confrontadas mutuamente, através da linha de trégua (4km de largura).

O exército da Coréia do Sul, disposto ao longo de 250km na zona desmilitarizada, está firmemente decidido a sustentar a presente linha de trégua e defender a capital (Seul) a todo custo. Essa estratégia é formulada contra ataques de surpresa provenientes da Coréia do Norte.

O exército da Coréia do Sul é equipado com artilharia 175MM, canhão 8 polegadas, mísseis Honest John, Hawk e Tow, canhões Vulkan e Oerlikon e helicópteros armados.

A Marinha

A função da Marinha da Coréia do Sul é muito importante porque a Coréia é uma península. Após sua criação, em

1949, ela ganhou valiosa experiência e fama por sua participação na guerra do Vietnam.

Hoje, a função da Marinha no sistema da defesa nacional é defender a costa e o mar deeste, oeste e sul.

A Força Aérea

A rede de defesa aérea da Coréia do Sul estabeleceu um sistema de alarme duplo para antecipar-se aos ataques aéreos da Coréia do Norte. O "radar brecha" tem sido complementado com um sistema de alarme antecipado.

Todos os pontos de alarme aéreo são interligados por um sistema de microondas.

Tecnicamente, a Força Aérea da Coréia do Sul é preparada para enfrentar qualquer possível ataque do inimigo e, também, está se esforçando para melhorar sua operacionalidade, pelo desenvolvimento de uma doutrina aérea e a realização constante de manobras em conjunto com a Marinha e o Exército.

A Força de Reservistas

A Força de Reservistas é organizada com homens de idade até 35 anos, depois de terem servido em força regular.

Após sua criação, em 1968, foi empregada positivamente na defesa do país, durante as operações contra elementos infiltrados (guerrilheiros).

O sistema de comando das forças de reservistas é subordi-

nado ao exército regular. Seu treinamento e formação são conduzidos em 80 horas anuais.

O Corpo de Estudantes da Defesa Nacional

Após sua criação, em 1975, todos os estudantes secundários e universitários participam do Corpo de Estudantes da Defesa Nacional.

Essa medida destina-se a consolidar a unificação do emprego de todos os estudantes, quando for necessário aumentar a capacidade da defesa nacional.

A organização do Corpo de Estudantes inclui alunos e professores dos sexos masculino e feminino. Eles são organizados para receber treinamento militar, manter a ordem na área interna e defender uma área de responsabilidade, estabelecida em tempo de guerra.

Na Coréia do Sul, os estudantes têm conhecimento elevado de suas responsabilidades para a segurança nacional.

O Corpo de Defesa Civil

O Corpo de Defesa Civil é organizado, em toda comunidade, de acordo com a Lei Básica sobre Defesa Civil, promulgada em 1975.

Esses corpos têm a responsabilidade de dar proteção às vidas e propriedades do povo em tempo de guerra ou outras

situações que afetem a paz pública e a ordem.

Suas principais atividades incluem a defesa contra ataques aéreos inimigos, prevenção e socorro a calamidades e apoio a operações militares.

Todo cidadão masculino, de idade entre 17 e 50 anos, é obrigado, legalmente, a servir nesse Corpo, exceto soldados, policiais, bombeiros, membros de Forças de Reservistas e membros do Corpo de Estudantes da Defesa Nacional.

Desde janeiro de 1972, o décimo quinto dia de cada mês é dedicado à Defesa Civil, quando repartições do governo, escritórios civis, fábricas e outros órgãos selecionados realizam exercícios de defesa contra ataque aéreo.

O centro do comando da defesa civil conduz o treinamento, que visa à guerra atômica, biológica e química.

Quando se realiza o exercício, sirenes e sinos anunciam a situação de emergência, através de um código predeterminado, e membros do Corpo da Defesa Civil revezam-se na transmissão de mensagens, tomam medidas para abrigar o povo e para garantir a segurança de instalações importantes.

O CONCEITO TÁTICO BÁSICO

O conceito tático básico em relação à defesa da Coréia do Sul tem sido motivo de sérias e prolongadas discussões entre

coreanos do sul e líderes militares americanos.

Logo que abandonaram a estratégia convencional de defesa baseada na retirada inicial, a Coréia do Sul e os Estados Unidos estabeleceram conjuntamente uma nova estratégia que prevê a destruição das principais forças do inimigo antes de ele chegar à capital (Seul).

A capital tem que ser defendida a todo custo. A presente linha de frente tem que ser sustentada de qualquer maneira.

A capital é o centro político, econômico, cultural e educacional do país. Mas ela fica a apenas 40km de distância da zona desmilitarizada. Então, há um pequeno espaço para ceder ao ataque do inimigo do Norte em tempo de guerra.

Além disso, o inimigo tem potência de fogo de longo alcance. Os mísseis *Frog-5*, *Frog-7*, por exemplo, têm alcance de 70km.

Assim, é imperativo que a Coréia do Sul conte com uma maciça concentração de fogos para obter a iniciativa e não ceder terreno durante a fase inicial do combate.

CONCLUSÕES

Pela comparação quantitativa sumária do potencial militar entre Coréia do Sul e Coréia do Norte, verifica-se que a Coréia do Sul necessita desenvolver-se com rapidez, para tornar-se uma potência auto-suficiente, de mo-

do a manter o equilíbrio militar e deter a agressão ameaçadora da Coréia do Norte.

Mas a comparação acurada desse potencial depende não somente de efetivo, organização, equipamento militar. Ela tem que incluir a coesão nacional, a motivação e o estado de espírito do povo, a capacidade do apoio das áreas de retaguarda, a eficiência do serviço de informações e comunicações e, também, a habilidade e integridade dos comandantes.

A guerra moderna demanda a totalidade da capacidade e recursos nacionais, não somente a capacidade das Forças Armadas.

Hoje, a Coréia do Sul possui superioridade econômica, em comparação com a Coréia do Norte, e as condições econômicas serão o fator importante e determinante para sustentar continuadamente a paz na Península.

A diferença entre o Sul, economia livre e com grandes perspectivas para um maior desenvolvimento, e o Norte, economia fechada e totalitária, vai se ampliar mais no futuro. E a Coréia do Sul será mais beneficiada do que atualmente.

O desenvolvimento constante da indústria bélica já atingiu a produção de todas as armas, com exceção de armas nucleares. Além disso, o desenvolvimento da indústria bélica deu às Forças Armadas da Coréia do Sul condições para repelir, no seu início, a invasão do inimigo.

O treinamento para o combate é constante, e o estado de espírito, elevado. O exército desenvolveu doutrinas militares que foram adaptadas às características nacionais, às condições geopolíticas e à cultura nacional.

O povo da Coréia do Sul é fortemente determinado, e a nação possui total capacidade, no que se refere à segurança nacional, para deter a agressão da Coréia do Norte.

Toda a nação participa das medidas defensivas e trabalha para aumentar a produção de recursos, fortalecendo ainda mais o poder nacional.

O povo da Coréia do Sul está convencido de que a melhor e única maneira para preservar a paz e integridade nacionais é a

combinação do seu trabalho diário com a tarefa da defesa nacional.

Como sempre há na Península Coreana a possibilidade de guerra, um importante fator da defesa nacional é a sua aliança com outros países.

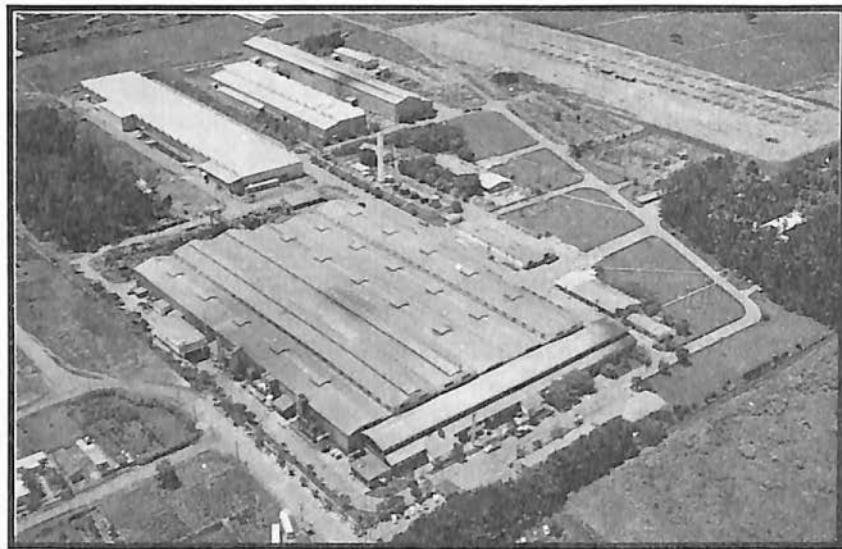
A Rússia e a China comunista apóiam muito a Coréia do Norte, nos campos militar, econômico e político.

Efetivos militares dos Estados Unidos estão na Coréia do Sul para equilibrar essa situação.

A Coréia do Sul necessita de relações firmes com países que lutam pela paz internacional, com o objetivo de manter continua a paz na Península Coreana.

CONTROLE DE QUALIDADE TOTAL: AÇOS E LIGAS ELETROMETAL

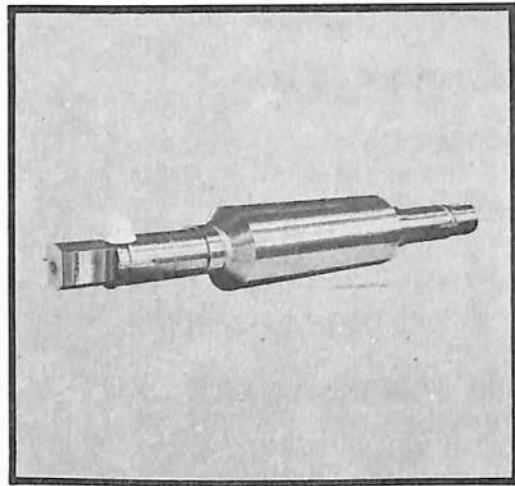
A Eletrometal é a única empresa do Hemisfério Sul aprovada para fornecimento de aços e ligas especiais para a indústria aeronáutica norte-americana. Isso comprova sua liderança tecnológica no fornecimento desses materiais. Utilizando a mesma tecnologia, a Eletrometal abastece normalmente o mercado, com produtos como:



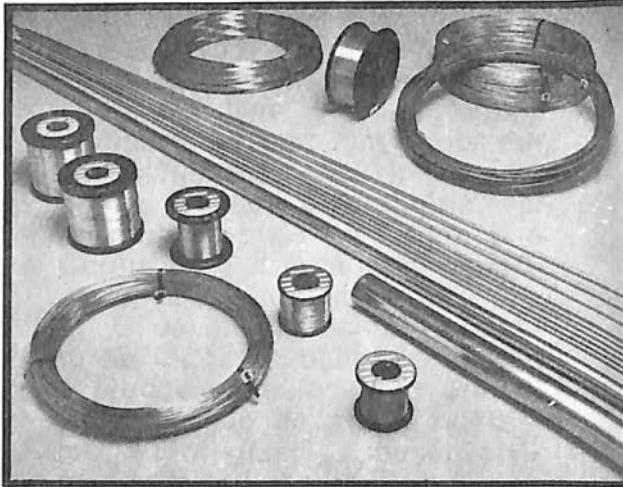
Vista aérea da Usina em Sumaré - SP

- aços ferramenta para trabalho a frio e a quente;
- aços rápidos;
- aços inoxidáveis em geral;
- aços ao carbono e para construção mecânica;
- aços estruturais de ultra-alta-resistência e alta confiabilidade;
- aços e ligas para implantes cirúrgicos;
- ligas refratárias e resistentes à corrosão;
- ligas elétricas e eletrônicas;
- ligas para termopares e cabos de compensação;
- super-ligas à base de Fe, Ni e Co;
- peças e componentes acabados, como cilindros de laminatura;
- peças e componentes para a indústria bélica.

Enfim, produtos Eletrometal, para produtos de qualidade.



Cilindro de laminatura



Alguns produtos



ELETROMETAL S.A.
METAIS ESPECIAIS

Sede e Usina - Caixa Postal 944 - CEP 13100 - Campinas - São Paulo
Fone: (0192) 64.1800 - Telex (019) 1963 EAFL BR

Vendas - São Paulo - Av. Marginal Direita do Rio Tietê, 952 - Lapa - CEP 05123
Fone: (011) 261.1900 - Telex (011) 24753 EAFL BR



A ESTRATÉGIA NACIONAL E A SOCIEDADE BRASILEIRA: RECURSOS HUMANOS PARA O PROGRESSO — O PAPEL DA GERÊNCIA

Arnaldo Niskier

"Com o mundo envolvido pela Terceira Revolução Industrial (a dos computadores), resta ao Brasil convencer-se de que assistirá melhor o seu povo se promover a adequada qualificação dos recursos humanos, o que levará a melhor distribuição de renda e, consequentemente, maior justiça social.

Com este enfoque, o autor fundamentou sua participação no painel "A Estratégia Nacional e a Sociedade Brasileira", do Ciclo de Extensão sobre Estratégia, da Escola Superior de Guerra, realizado em outubro de 1986.

Nela é destacada a crise no setor de recursos humanos consequente dessa Revolução, enfatizando-se o valor do treinamento especializado para diminuir os custos e aumentar a qualidade dos produtos e sua consequente competitividade.

PRELIMINARES

A amplitude do conceito de Estratégia permite afirmar-se que, hoje, ela representa a arte de preparar os meios do Poder Nacional para realizar o esforço de superar os obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a satisfação dos supremos interesses

da Nação. A Estratégia é uma forma de luta que se deve subordinar aos postulados éticos da Política. A Estratégia, etimologicamente, significa "a arte do general", pois ela passou a existir a partir do conceito de guerra. Mas modernamente ela representa elemento decisivo na conquista ansiada do progresso.

A Estratégia Nacional se

concretiza através de sucessivas Estratégias Governamentais, em que avultam três elementos essenciais: os meios, os óbices e os fins a atingir. É importante fixar o conceito de Estratégia Governamental para depois identificar o propósito deste trabalho: "É a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Atuais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional."

Na escolha da Estratégia há uma nítida conotação pragmática. Sendo ela um instrumento da Política, como já se viu, os elementos funcionam interagindo, de tal modo que representam, somados, um fator seguro de Desenvolvimento, para o que se torna indispensável que estejam lastreados por uma eficaz prática de Recursos Humanos.

A Encíclica *Laborem Exercens* ensejou ao Papa João Paulo II lembrar a dignificação do homem através do trabalho. A dignidade do ser humano só pode ser atingida se os recursos humanos forem devidamente qualificados, a fim de que se fortaleça a Expressão Econômica do Poder Nacional, permitindo a conquista do Bem Comum. Uma Nação que tenha os seus operários desqualificados terá sempre maiores dificuldades, dada a incrível velocidade das mutações científicas e tecnológicas e os naturais embaraços de adaptação.

Com o mundo envolvido pela

Terceira Revolução Industrial (a dos computadores), resta ao Brasil convencer-se de que assistirá melhor o seu povo se promover a adequada qualificação dos recursos humanos, o que levará a melhor distribuição de renda e, consequentemente, maior justiça social. É esta a Estratégia Nacional que se deve preconizar, baseada numa Política que tenha fundamento nas convicções aqui assinaladas. E sobre esta verdade que iremos nos debruçar um pouco mais.

A CRISE NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

A preocupação com a administração de pessoal e, consequentemente, com a questão dos recursos humanos teve inicio, historicamente, segundo Peter Drucker, na época da Primeira Guerra Mundial. Desde então, têm havido alguns aperfeiçoamentos, sem acompanhar, contudo, o grande avanço tecnológico da sociedade na caminhada para a Terceira Revolução Industrial.

A grande novidade observada no desenvolvimento dos recursos humanos foi a comprovação de que fatores psicológicos e sociais estão intimamente ligados à produtividade dos trabalhadores. Daí a importância de se criar setores que dêem maior atenção a eles, humanizando a relação empregador/empregado. Mas a velocidade com que ocorrem as mudan-

ças nos leva a uma séria preocupação quanto à capacidade desse setor de atender às necessidades mais comuns. Quando se levou em conta as características individuais dos trabalhadores, foi valorizado, dessa forma, o seu espírito criador. Isso não pode se contrapor à realidade cada vez mais voltada para a área tecnológica.

Devido a uma desinformação por parte do empresariado, o investimento em recursos humanos é visto como mais uma despesa na folha da empresa. O imediatismo do lucro provoca esse pensamento, uma herança da administração tradicional, ligada ao empirismo. Cada vez mais, a sociedade caminha para uma política planejada, onde os fatores cruciais de uma organização possam ser suficientemente atendidos – distribuição, renovação, localização, mobilização e remanejamento do pessoal. Esse atendimento deve ser flexível, o que nos leva a concluir que deve existir uma sistemática permanente de recursos humanos. Dentro dessa concepção, poderíamos definir o interesse nesse sentido como "o humanismo empresarial".

As tentativas já tradicionais de organização do trabalho aos poucos estão sendo desmistificadas. Tanto o "taylorismo" – com seu princípio de mecanização de cada etapa do trabalho para extrair o máximo dos trabalhadores – quanto o "fayolismo" – com seu racionalismo cartesiano e sua hierarquia rígi-

damente militar, setorizando as etapas operacionais – não mais conseguem atingir seus objetivos. A complexidade das máquinas, aliada às novas necessidades da sociedade, levou às últimas consequências as teorias clássicas da administração. Qual seria o caminho a seguir, a partir de agora? O que dizem as teorias modernas de administração?

A ESPECIALIZAÇÃO

Estamos diante de um desafio muito grande em face das modificações das relações de trabalho. O futuro trabalhador não mais dependerá da rotina das linhas de montagem. Ele necessitará de conhecimentos especializados. Portanto, as estruturas tradicionais, arcaicas, devem ser revistas desde já, e naturalmente que tudo se inicia na escola, onde um ensino falho e tradicional inquieta empresários mais ligados aos ideais de renovação.

É de suma importância a definição dada por Peter Drucker para a questão da administração, na sociedade atual. Segundo ele, não existem países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, e sim países que sabem administrar seus recursos e tecnologias existentes e países que não sabem fazê-lo. O Brasil, particularmente por sua grande extensão e por suas diversas potencialidades, corre um grande risco se não se mover o mais

rápido possível. A economia da Terceira Revolução Industrial irá precisar de todos os tipos de talentos e recursos humanos, quer na iniciativa privada, quer no serviço público, que não se esgota com a reforma administrativa recentemente aprovada pelo Presidente José Sarney.

Em pronunciamento à imprensa, o Secretário de Tesouro, Andrea Calabi, afirmou que "os funcionários públicos são muito numerosos e ganham muito mal. Não há como exigir produtividade e eficiência deles. É uma situação difícil num ano eleitoral. O Governo não pode gastar dinheiro à toa. Qualquer desperdício tem que ser coibido. Os responsáveis pelo desperdício deveriam ir para a cadeia" (*Jornal do Brasil*, 17.9.86). A situação se torna mais alarmante quando sabemos que há 1.000.000 de funcionários públicos no Brasil, e destes, mais de 40% não possuem o 1º grau completo.

A ENAP

Numa tentativa de reverter essa situação, o Governo criou, dentro da reforma administrativa em curso, a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, subordinada ao Ministério da Administração. A escola servirá para contribuir com a profissionalização e valorização do serviço público do país, criando um corpo de elite altamente capacitado. Essa solução já foi colo-

cada em prática na Alemanha, no Canadá e na França, com grande sucesso.

No Japão, segunda economia do mundo, os trabalhadores atualmente atravessam um problema atípico: não querem a regulamentação das férias anuais de 20 dias. Preferem as atuais férias de 7,5 dias por ano, incluindo a folga semanal de domingo. Os japoneses encarnam bem o aspecto da dignificação do trabalho, tão bem exposto pelo Papa João Paulo II. Além disso, desfrutam de forma inteligente do tempo livre durante a jornada de trabalho, fazendo, por exemplo, ginástica coletiva nas fábricas. Não devemos esquecer, também, que eles são considerados filhos das empresas, participando dos lucros das mesmas. Com isso, têm todo o interesse na sua permanente expansão.

Enquanto no passado, e, em certos aspectos, nos dias de hoje, o que contava era o esforço físico, na sociedade emergente a criatividade e as informações serão mais importantes. É o que veremos, baseando-nos nas idéias do futurólogo Alvin Toffler.

O FUTURO DAS EMPRESAS

No decorrer da Segunda Revolução Industrial, que ainda estamos vivendo, algumas definições foram dadas como sendo definitivas. Podemos dar como

exemplos: o trabalho deve ser rotineiro, repetitivo; quanto maior for a empresa, mais lucrativa ela será; o sucesso da empresa depende basicamente de uma máquina altamente burocrática; o avanço tecnológico apenas aumenta a padronização; todos os indivíduos querem a mesma coisa; o fator primário da produção é o capital, representado pelo trabalho em si e pela matéria-prima.

Isso vem sendo moldado desde o século XIX, ou seja, bem antes dos avanços que temos acompanhado, principalmente nas décadas de 60 e 70. Não estariam ultrapassados esses conceitos? A capacidade da gerência dos problemas econômicos não estaria sendo desvirtuada pelo avanço? Não estaria havendo uma crise de administração causada pela falta de capacidade de se adaptar às grandes mudanças técnico-políticas?

O grande conflito observado é em relação à antiga mania de se construir edifícios permanentes, ou seja, implementar uma estrutura burocrática intensa, com vistas a maximizar a produção. Antes se copiavam as estratégias já implementadas; agora, cabe ao empresário inventar novos modelos. Afinal, não há modelos infalíveis.

A pressa com que ocorrem as mudanças cada vez mais desnorteia os donos de empresas. Ao contrário do que ocorria antigamente, a despadronização aos poucos se apresenta como a solução para os problemas

que as empresas começam a enfrentar. Segundo Alvin Toffler, "as pressões para a despadronização aumentam a complexidade organizacional e os problemas de tomada de decisão. Durante a Era Industrial a companhia mais eficaz na determinação de regras de comportamento freqüentemente possuía a organização mais eficiente.

"A medida que se eleva o índice de novidade, no entanto, declina a utilidade do manual de regras; as companhias que dispensaram mais energia e talento à sua criação (dos manuais de regras) são freqüentemente as mesmas que se mostram menos capazes de lidar com a nova realidade, cuja essência é o colapso das antigas regras" (in *A Empresa Flexível*).

TÉCNICAS MODERNAS

Alvin Toffler, ao detectar o problema da despadronização, afirma que "a desmassificação da produção, do consumo, da comunicação, da vida familiar e de outros aspectos da vida sugere que as regiões se tornarão cada vez mais diferenciadas, em vez de uniformizadas, nos próximos anos". Muitas formas de produção que antes exigiam um mercado nacional, com a Terceira Revolução Industrial passarão a se apoiar numa escala menor. E nesse ponto é que devemos nos apoiar para observar o que talvez seja o fator mais impor-

tante nesse processo: a necessidade urgente de se desenvolver técnicas modernas de recursos humanos.

Com a estrutura atual não poderemos acompanhar o processo relatado anteriormente. Será preciso, sempre, antecipar as futuras necessidades de mão-de-obra e configurações de trabalho. Se antes os donos das empresas motivavam os empregados com recompensas financeiras de forma simplista, hoje as motivações são muito mais complexas.

"Ultrapassando os níveis básicos de subsistência, os empregados exigem cada vez mais realização psicológica, crescimento, desafio, variedade e a noção de estar fazendo um trabalho que seja moral ou socialmente válido. Por esse motivo, o trabalho terá de se ajustar cada vez mais a especificações individuais", afirma Alvin Toffler.

A preparação do trabalhador exigirá, segundo Toffler, três níveis de educação: treinamento de tarefa, educação formal e educação cultural. No primeiro nível, a pessoa é iniciada nos procedimentos específicos exigidos pelo trabalho; no segundo, recebe os rudimentos de alfabetização e numeração; e no terceiro, aprende tudo que precisa saber simplesmente para funcionar bem na cultura. "Tais serviços vão além dos atuais conceitos de psicologia industrial, na medida em que visam à formação não de um simples

trabalhador estagnado e produtivo, mas sim de indivíduos capazes de enfrentar mudanças freqüentes, dentro e fora do trabalho", diz o autor de *A Empresa Flexível*.

Resumindo, Alvin Toffler apela para a necessidade de um planejamento cada vez mais coerente com a realidade que se avizinha. Dentre as providências relacionadas, destacamos a criação de novos organismos plenamente integrados, do nível supra-empresarial para o subempresarial; o acréscimo de informações e modelos socioculturais à atual base de dados econômicos, que na *Sociedade da Informação* não funcionará; e o desenvolvimento de métodos que envolvam uma transição do planejamento abrangente para o subabrangente, e de dados hoje quantitativos para uma característica mais qualitativa. Não se diga que o Brasil esteja alheio a esse pensamento, pois há um forte movimento para modificar, em nosso País, a lei que criou os incentivos fiscais nas empresas que fazem treinamento profissional.

A Lei nº 6.297/75 foi criada para beneficiar tanto os empregados, através de uma melhor qualificação, quanto as empresas, que satisfariam as necessidades criadas pela escassez de mão-de-obra, além de deduzir no imposto de renda duas vezes o valor equivalente à aplicação. Passada uma década, os resultados não foram muito satisfatórios, devido a problemas de or-

dem burocrática. Muitas empresas desistiam do programa, esbarrando no grande número de documentos exigidos.

Hoje, a realidade do país está mudada, principalmente depois do *Plano Cruzado*, e os empresários estão dando mais valor ao treinamento especializado para diminuir os custos e aumentar a qualidade dos produtos e sua conseqüente competitividade. Essa é a razão pela qual as entidades ligadas ao setor estão se reunindo para

a formulação de uma nova Política de Formação de Mão-de-Obra Qualificada, que passa, necessariamente, pela alteração da Lei nº 6.297.

Isso quer dizer que se as empresas não começarem agora a investir em novas técnicas de recursos humanos, correm o risco de se "autodestruírem", em breve espaço de tempo, o que será lastimável, quando necessitamos mais do que nunca do fortalecimento do Poder Nacional.



Prof. ARNALDO NISKIER – Licenciado em Matemática e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Educação e Catedrático de História e Filosofia da Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

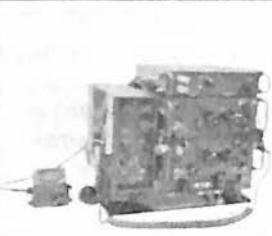
SITELTRA NA VANGUARDA DAS TELECOMUNICAÇÕES MILITARES BRASILEIRAS.



VISTA AÉREA DAS INSTALAÇÕES DA SITELTRA

- Empresa dedicada às Telecomunicações, com ampla experiência, bom desempenho e confiabilidade.
- Sucessora da divisão de Telecomunicações da AEG TELEFUNKEN DO BRASIL S/A.
- Possui uma área de 46.000 m² dos quais 10.980 m² construída. Um quadro de 750 funcionários altamente especializados.
- Tem um dos mais completos laboratórios de desenvolvimento em Telecomunicações.

LINHA DE PRODUTOS MILITARES

		
<p>ERC-204 VHF VERSÃO VEICULAR 30 + 30 WATTS</p> <p>ERC-621 + RY-20 (HF + VHF) VERSÃO VEICULAR 100 WATTS + 2 WATTS</p> <p>• Há compatibilidade mecânica entre os conjuntos RY 20 e RY 39 permitindo sua montagem em uma só base. Possibilitando uma comunicação simultânea ou como estação repetidora HF/VHF.</p>	<p>ERC-110 VHF VERSÃO PORTÁTIL 2 WATTS</p> <p>RY 20 – Transceptor de VHF na faixa de 30 a 80 MHz com 920/1840 canais, 2 Watts, versão siliciada, compatível módulo por módulo com PRC 77.</p> <p>RY 39 – Transceptor de HF/SSB na faixa de 2 a 30 MHz com 28.000/280.000 canais, potência selecionada em 5/20 Watts.</p>	<p>ERC-621 HF-SSB VERSÃO VEICULAR 100 WATTS</p> <p>ERC-401 UHF VERSÃO VEICULAR 1/10 WATTS</p> <p>• Sistema Tático de Rádio Enlace na faixa de 225 a 400 MHz para comunicações de área. Permite operações digitais como analógicas em 24 canais FDM ou até 1.024 Kbits/s em TDM.</p>
<p> SITELTRA S.A. Sistemas de Telecomunicações e Tráfego Tecnologia AEG-TELEFUNKEN</p> <p>Rua Tabaré, 551 - 04446 - S. Paulo, SP Brasil - Caixa Postal 2021 - PABX 521-9011 - Telex (011) 34864 AEGT-BR Telefunk</p>		



ARGOLO, O GENERAL-MODELO

Filadelfo Reis Damasceno

"Argolo era a personificação da atividade levada aos extremos da vertigem."

Joaquim Pimentel

"De sangue-frio a toda prova, calma admirável, persistência tenaz, falando sóbria e vagarosamente, medindo as palavras, sobressafá no quadro dos generais em campanha a sua brilhante reputação. Um tipo invulgar para os labores e preocupações, adequado, amoldado por completo à guerra. As surpresas calculadas do inimigo nem sequer tangenciavam as forças de seu Comando."

José Luís Rodrigues da Silva

"Seu zelo a bem do serviço, sua completa dedicação à religião do dever, seu aferro aos princípios da disciplina e aos do justo e honesto, o constituem General-Modelo."

Duque de Caxias

INTRODUÇÃO

OMarechal Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, Visconde de Itaparica, é um dos vultos mais destacados na galeria de ilustres Chefes do nosso Exército. Sua brilhante participação nas campanhas do Império foi, em citações esparsas, louvada e admirada por seus contemporâneos e exaltada pela História.

Exemplo nítido de vocação

para a carreira das armas, Argolo construiu, dia após dia, o seu conceito de soldado de escol, culminando por atingir o posto de Marechal-de-Campo, excepcionalmente, aos 45 anos de idade, na Campanha do Paraguai, onde teve o ensejo de consolidar, em toda a plenitude, seu invulgar talento guerreiro e sua marcante personalidade, constituindo-se no maior soldado da Bahia de todos os tempos e nivelando-se aos mais bravos,

competentes, respeitados e completos generais do Exército brasileiro.

O presente estudo, fruto de intensa pesquisa, é uma síntese de sua magnífica atuação na mais longa de nossas lutas externas, onde teve participação decisiva nos episódios mais importantes, tanto nos ofensivos como nos defensivos, desde a retomada de Uruguaiana até a Batalha de Itororó, dê onde se afastou ferido em combate. Pretende-se, com este trabalho, divulgar os relevantes serviços prestados à Pátria pelo General Argolo, exibindo-o às novas gerações como estrela de primeira grandeza, a nos indicar o caminho do dever com o fulgor do seu exemplo edificante e de suas aprimoradas virtudes de cidadão e de soldado.

DE SÃO GABRIEL AO PARANÁ

Ao ter inicio a Guerra do Paraguai, o Cel Argolo encontrava-se em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, onde, há quatro anos, comandava o 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, importante e tradicional Unidade, que teria gloriosa participação nesta campanha, onde seria denominado "Boi de Botas". O Cel Argolo já desfrutava de elevado conceito como competente, culto e bravo, renome arduamente conquistado em nossas lutas internas, na tomada de Paissandu

e nas diversas e importantes comissões que desempenhou:

Nomeado Deputado do Adjunto-General, durante o cerco de Uruguaiana, tomou parte nas operações ali desenvolvidas e foi elogiado pelo Conde de Porto Alegre, "pela dedicação e zelo com que se houve nas funções que ora deixa". Foi então designado para o Estado-Maior da Artilharia e, em seguida, foi-lhe atribuído o comando de uma Brigada de Infantaria. Neste Comando, "tinha conseguido que os pequenos homens do Norte marchassem cinco léguas por dia", segundo o testemunho do Conde D'Eu, que o encontrara próximo ao Inhanduí.

Nomeado Comandante da 1ª Divisão de Infantaria, em 1º de março de 1866, participou da invasão do território paraguaio por Passo da Pátria, na vanguarda das forças aliadas. Por sua corajosa e firme atuação, foi elogiado pelo General Osório, nos seguintes termos: "Não desmentiu o conceito de que goza, guardando o seu respectivo posto com serenidade, ativando e dirigindo o movimento da força de seu comando, à medida que as circunstâncias do terreno o permitiam, ou que a necessidade de força se apresentava neste ou naquele ponto."

ARGOLO EM TUIUTI

Ao estudar o terreno onde se desenrolou a Batalha de Tuiuti,

Tasso Fragoso chama atenção para a região de bosque situada à frente do acampamento aliado, que se estendia para a esquerda, formando o Potreiro Pires. Cunha Matos, analisando os pródromos desta grande peleja, a maior travada em solo sul-americano, aduz o seguinte comentário: "Infelizmente os aliados acamparam em Tuiuti, deixando desguarnecido o Potreiro Pires, apesar dos protestos do General Argolo." Com efeito, essa imprevidência possibilitou o avanço da coluna de Barrios pelo local, fato que, se por um lado retardou o início da batalha por duas horas, por outra parte permitiu o desbordamento pela esquerda, previsto no plano de Lopez, além de garantir o fator surpresa.

Num dos momentos cruciais da Batalha, quando o imortal Brigadeiro Sampaio deixa o campo de luta após sofrer o terceiro ferimento a bala, o General Mallet, sentindo iminente a ruptura do centro do dispositivo aliado, solicita reforços imediatos à 3^a Divisão. Cunha Matos, emissário encarregado do pedido, dá-nos o seu testemunho: "O General Jacinto Pinto vacilou em deliberar, mas observando-lhe eu que era urgente providenciar de acordo com a reclamação do Comandante Mallet e, acudindo o General Argolo com a ponderação de que o caso não admitia delongas, o Chefe do Estado-Maior, com visível mau humor, voltando-se para o Comandante da 1^a Divisão, dis-

se-lhe: – Pois siga V. Exa. com a parte disponível de sua Divisão."

Essa providência salvadora viria coincidir com a ordem de reforço dada por Osório, que, acompanhando atento o desarrolhar da batalha e pressentindo a gravidade da situação, manda-va entrar em ação as Divisões Argolo e Guilherme de Souza.

A atuação do bravo general foi assim sintetizada por Tasso Fragoso: "Urge fechar definitivamente aquela brecha que os inimigos ameaçam dilatar. Com este intuito, avança a 10^a Brigada da 1^a Divisão (Argolo), levando à testa este valente General. Os seus cinco batalhões investem contra os atacantes e concorrem para os impedir de penetrar no interior do nosso acampamento."

Mais detalhada e precisa, todavia, é a descrição do mesmo episódio feita por Lobo Viana, na qual afirma: "Argolo, hábil manobrista, dispõe suas tropas em 'linha frente à esquerda', manobra tão favorita dos tempos de antanho, tão preconizada e decantada por Dionísio em suas *Reminiscências*. Essa manobra deu lugar à formação de dois 'martelos táticos', como se dizia então, traçando, desse modo, uma modalidade de tenalha, cuja gola é fechada pela Artilharia, apoiada fortemente pela Divisão Guilherme de Souza. Ao longo dessa tenalha humana, sob o vivo e crepitante cruzamento de fogos e de uma floresta de aço, recebendo de

flanco e de revés as metralhas de Mallet, essa 'cunha', esse sintagma paraguaio se precipita, esboronando-se, reduzido a farrapos." Em outro trecho de seu interessante estudo, Lobo Viana acrescenta, referindo-se a Argolo: "A hábil manobra em Tuiuti, dos 'martelos táticos', espécie de tenalha, em cujas tenazes se esmagou, se fraturou a cunha paraguaia de Diaz, o culminou à altura dos mais reputados táticos da época."

Outra apreciação sobre a batalha, que merece ser citada, é a do Marquês de Paranaguá, Ministro da Guerra durante a Campanha do Paraguai, nos seguintes termos: "A 1^a e a 3^a Divisão do Exército, ao mando, respectivamente, dos Brigadeiros Alexandre Gomes de Argolo Ferrão e Antônio Sampaio, foram as que mais porfiaram na batalha, porque foi sobre elas que o inimigo carregou com mais impetuosidade."

Como demonstramos, a brilhante participação de Argolo em Tuiuti pode ser sintetizada em três ações da maior importância. Em primeiro lugar às vésperas do confronto, quando insistiu na ocupação do Potreiro Pires, que viria a ter grande influência no desenrolar da peleja; durante o combate, quando fez ver aos seus superiores que o reforço à Divisão Sampaio era imprescindível e impostergável, e, finalmente, quando autorizado a intervir na batalha, fê-lo de forma magistral, com vigorosa e oportuna manobra,

que impediu a ruptura do centro do dispositivo e consolidou a vitória aliada.

O COMBATE DE PUNTA NARÓ

Após o insucesso de Tuiuti, Lopez resolveu passar à defensiva e determinou a construção de uma extensa trincheira na orla da região de bosques, desde Punta Naró até o Potreiro Pires. Objetivava, com essa linha de vigilância, aproximar os seus fogos, tornando-os mais eficazes, bem como obrigar os adversários a um ataque frontal, ao custo de muitas baixas, ou, ainda, forçá-los a recuar, o que lhe permitiria retificar a frente do seu dispositivo.

O ataque de 16 de julho de 1866, iniciado pela Divisão Guilherme de Souza e concluído vitoriosamente pela 1^a Divisão, de Argolo, foi um dos mais longos e acirrados de toda a campanha, o terreno disputado palmo a palmo, ao preço de repetidos atos de bravura e do sacrifício de muitos heróis. Sua inclusão no presente trabalho, intencional e consciente, não se prende ao desejo de retirar ensinamentos estratégicos ou táticos, eliminados, desde logo, pelas próprias condições do terreno a impedir qualquer manobra mais ampla, mas pela importância que assumiu perante os nossos aliados e o inimigo, revelando-lhes, de modo incontestável, a bravura, a tenacidade

e a competência do soldado brasileiro.

Cunha Matos apresenta-nos um curioso testemunho dos eventos daquela jornada: "Às 17 horas de 16, os Generais Mitre e Polidoro resolveram autorizar o General Argolo a abandonar a posição, em vista da tenacidade com que os paraguaios repetiam os assaltos. O General Argolo porém respondeu verbalmente pelo Capitão Aires Áncora: 'Não me retiro; diga ao Sr. General que, a 24 de maio, estive em Rojas e que, tendo-me de lá retirado, por ordem, estou, hoje, vendo Rojas por um óculo'. A essa resistência devemos não ter perdido a posição, o que teria, como consequência, a perda da posição ocupada pela nossa primeira linha, que passava a ser enfiada e se tornaria insustentável."

Garmendia, consagrado historiador militar argentino, apresenta-nos a seguinte apreciação sobre o citado combate: "Nessa batalha, o Exército brasileiro portou-se galhardamente, avançou com violência e resistiu com sangue-frio. Empenhadão e tenaz na luta, foi digno êmulo do seu valoroso e audaz adversário. Comprovou o seu labor de 16 horas sem descanso e com coragem, tendo sofrido as maiores perdas."

Corroborando esse expressivo julgamento, o insuspeito historiador Centurion assim se expressou sobre a peleja: "Com a franqueza e imparcialidade com que trato de apreciar os suces-

sos da guerra, devo manifestar aqui que, até então, tínhamos denegrido as tropas brasileiras e fazíamos delas pouco caso. Porém, desta feita, provaram o contrário, conquistando o mais elevado conceito de bravos e valentes."

ACAMPAMENTO DE TUIUTI

Após os combates de 16 e 18 de julho de 1866, os aliados acamparam durante vários meses na região de Tuiuti até que Caxias retomasse a ofensiva, com a famosa Manobra de Pequiciri. Com a estagnação da frente de combate, era natural a preocupação com o fortalecimento da posição defensiva. Surgiu, desse modo, uma "linha de vigilância", conhecida como Linha Negra, constituída de trincheiras a noroeste da lagoa de Tuiuti, e uma "posição de resistência" a sudeste dessa mesma linha.

Argolo, cujas "sábias previsões e incansável atividade" são apontadas por Tasso Fragoso como a causa principal da organização da posição, compreendendo os efeitos nocivos da inatividade sobre o moral, a disciplina e a eficiência combativa do 2º Corpo de Exército, mantinha o pessoal subordinado em febril atividade, seja cavando fossos e trincheiras, seja participando de exercícios e de re-conhecimentos.

A soldadesca, no entanto, a quem convinha permanecer num

ócio despreocupado, irritava-se com tanta atividadé, que lhe parecia sem propósito. Valendo-se do seu espírito jocoso e brincalhão, vingava-se do ilustre Chefe, atribuindo-lhe apelidos, ora relacionados com o que lhe parecia uma obsessão em cavar buracos, como "latu", "furão" ou "tuco-tuco", ora com a calma imperturbável do General: "vai-de-mansinho". Quando os demais generais pilheriavam a respeito, Argolo dava boas risadas e, no dia seguinte, redobrava o serviço.

Compreendendo a importância do trabalho de Argolo para a defesa da posição, que seria o palco da brilhante vitória de Porto Alegre, na Segunda Batalha de Tuiuti, de 3 de novembro de 1867, o General Polidoro elogiou-o nos seguintes termos: "Louvo-o pelo asseio do campo, a melhor ordem no armamento, no equipamento e no fardamento do Segundo Corpo, do seu comando, e pela satisfação que teve o mesmo Comandante das Forças Brasileiras de encontrar muito adiantados e bem-feitos os trabalhos de fortificação e perfeitamente desenfiados os seus fogos."

A DEFESA DE CURUZU

Conquistada a posição de Curuzu por Porto Alegre e não obtendo êxito a investida sobre Curupaiti, tornou-se imperioso o fortalecimento daquela região, melhorando as condições defen-

sivas, de modo a impedir a sua reconquista pelo inimigo.

À semelhança do que ocorreu em Tuiuti, foi atribuída a Argolo a execução dessa árdua tarefa, conforme declara Tasso Fragoso: "Cabe ao General Argolo a glória de haver completado e aperfeiçoado a defesa da posição, durante o tempo em que comandou o 2º Corpo, construindo novas e formidáveis trincheiras e fazendo de Curuzu uma verdadeira praça d'armas. Além disso, ampliou a área do acampamento para maior comodidade da tropa."

Confirmado a extraordinária capacidade de Argolo nos trabalhos de fortificações de campanha, encontramos o seguinte depoimento de Joaquim Pimentel, em seu livro *Episódios Militares*: "Em Curuzu, sob o comando do valente General Argolo (Visconde de Itaparica), fez-se um entrincheiramento que valia uma inexpugnável cidadela. Posição ocupada por aquele Chefe, podia-se asseverar sem cair no excesso das hipérboles, seria inconquistável, tal a harmonia dos seus lances de cortinas, redutos, fossos, abatizes e tudo quanto a ciência inventa para tornar defensável a posição que se deseja garantir. O General Argolo simbolizava a previdênci;a; o que lhe valeu vários apelidos, que os soldados, na sua engracada maneira de criá-los, deram à pessoa do bravo General. Todos os dias, este inventava mais um fosso, um reduto, uma 'cauda de andorri-

nha', ou qualquer outro meio de defesa, de modo que sempre laborava aquele espírito inventivo e fecundo. Determinava a obra, e a soldadesca, armada de picaretas e enxadas, vivia a cavar trincheiras e a fazer fossos."

A CONQUISTA DO "ESTABELECIMENTO"

Assumindo o comando supremo dos aliados, em virtude do afastamento definitivo de Mitre, Caxias decidiu retomar a ofensiva para acelerar a conquista de Humaitá.

Em 19 de fevereiro de 1868, ao mesmo tempo em que a Armada forçava a passagem ao longo do rio, as forças de terra simulavam um ataque geral sobre as posições fortificadas do "Quadrilátero". O 2º Corpo do Exército, sob o comando de Argolo, travou um violento combate com as tropas guaranis, onde o valoroso 16º Batalhão de Infantaria, de Tibúrcio, teve o seu efetivo reduzido à metade. No final do encontro, conquistamos o Reduto Cierva, denominado de "estabelecimento" pelos brasileiros, posição marcante, que barrava a comunicação fluvial com o Norte do país.

Por tão importante vitória, que contribuiu para a passagem da esquadra rumo a Humaitá, facilitando o prosseguimento das operações, Caxias conferiu a Argolo um elogio consagrador: "Por iguais motivos, tributo os meus louvores e agradecimen-

tos ao muito perito, honrado e corajoso Exmo. Sr. Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão; seu zelo a bem do serviço, sua completa dedicação à religião do dever, seu aferro aos princípios da disciplina e aos do justo e honesto, o constituem General-módelo. Sua cooperação para o bom êxito da jornada de 19 foi a que eu podia e devia desejar."

A CONQUISTA DE SAUCE

Decidido a conquistar Curupaiti para usá-la como base de operações de seu exército, Caxias ordena a Argolo que faça um reconhecimento à viva força sobre a linha de Sauce, aprofundando-se ao máximo na região que pretendia conquistar. Ao mesmo tempo, determina que Osório e Gelly y Obes realizem reconhecimentos e ataques diversionistas em frente a Tuiucuê e Espinilho, para iludir o inimigo.

Tendo se aproximado, na véspera, o mais perto possível da posição inimiga, Argolo desencadeia o ataque ao amanhecer de 21 de março de 1868. O terreno à sua frente, contudo, era o mais ingrato que se possa imaginar. Sua zona de ação ficava limitada à direita por um charco intransitável e, à esquerda, pela lagoa Pires, impedindo o desdobramento das forças aliadas. Restava-lhe tão-somente enfrentar a espessa mata em frente, conforme ele mesmo

admitiu em sua parte de combate: "Forçoso era, pois, desfilar, e desfilar abrindo picadas nas matas."

Ao mesmo tempo em que a Artilharia concentrava os fogos sobre o inimigo, Argolo simulou um ataque ao antigo caminho da Bocaina, exatamente onde os inimigos esperavam o nosso avanço. Enquanto isso, os pontoneiros de Jourdan, trabalhando heróica e incessantemente, abriam uma picada de 1.200 metros de extensão, que foi incidir justamente sobre a comporta da represa de Sauce.

Concluído o trabalho de abertura de uma passagem pela mata, por ela investe o intrépido Fernando Machado com sua briosa Infantaria. "Depois de curta fuzilaria", afirma Jourdan, "os batalhões carregam à baioneta. A estreiteza do caminho, o profundo fosso, a dificuldade que encontram os pontoneiros de colocar tábuas na comporta para servirem de ponte, as bocas-de-lobo e, enfim, as trincheiras a vencer, fazem demorar quase uma hora a nossa vitória. As 14:30 horas somos senhores de Sauce e abrem-se as portas do famigerado Quadrilátero."

Tasso Fragoso, com a costumeira segurança, mostra-nos a importância estratégica dessa vitória: "Argolo, então Comandante do 2º Corpo brasileiro, tem a suprema ventura de romper afinal as linhas de Rojas e de penetrar dentro do famoso Quadrilátero dos paraguaios. Ante o seu ataque, as forças

que defendem a posição principal e de vigilância – as quais montavam, segundo Resquin, a 10.000 homens, sob o seu comando e o de Barrios – recuam para o interior de Humaitá, abandonando a idéia de resistir na linha intermediária traçada por Passo Pocu."

O brilhante triunfo de 21 de março, obtido pelo gênio militar de Argolo, na mesma região onde amarguramos um ataque malogrado, obrigou o inimigo a abandonar as posições de Rojas, Passo Pocu, Angulo, Espinilho, toda a linha de Sauce e Curupaiti e permitiu que o exército aliado avançasse, concentricamente, sobre a poderosa posição de Humaitá.

Durante esse combate, registrou-se um fato inédito nos anais de nossa história militar, assim relatado pelo próprio Argolo em sua parte de combate: "Não devo deixar de declarar que, pela leitura das partes que há pouco referi-me, verá V. Exa. que doentes saíram dos hospitais e presos de suas prisões para tomarem parte na ação, depois da qual recolheram-se eles mesmos aos lugares de onde haviam indevidamente saído. Atenda, porém, V. Exa. ao nobre sentimento que inspirou este ato irregular e, desculpando aqueles que o praticaram, peço-lhe que se lembre deles."

Poderia qualquer Comandante esperar mais dos seus subordinados em termos de moral elevado, espírito de corpo e patriotismo?

A BASE DE HUMAITÁ

Conquistada a poderosa forteza de Humaitá, Caxias decidiu utilizá-la como base de operações dos aliados, em seu prosseguimento rumo a Assunção. Esta importante posição, ao mesmo tempo em que permitia cerrar à frente os órgãos de apoio logístico, garantia a linha de suprimentos e de comunicação com a retaguarda.

Para a importante tarefa de defender a base de Humaitá, Caxias escolheu Argolo, nomeando-o comandante dessa praça, conforme a Ordem do Dia nº 245, de 19 de agosto de 1868, com o seguinte teor: "Tendo que deixar em Humaitá, nossa atual base de operações, um oficial de alta patente que, por sua inteligência, ilustração e prática do serviço, possa com as forças de seu comando sustentá-la, por si deliberar sobre qualquer emergência, providenciar sobre o que ocorra na ausência do Exmo. Sr. Marquês, se vê constrangido a recorrer ao préstimo do Exmo. Sr. Marechal Alexandre Gomes de Argolo Ferreira, Comandante do Segundo Corpo do Exército, sentindo profundamente apartar-se, ainda que por tão pouco tempo, de tão distinto general, que tanta falta lhe faz nas operações ativas que se vão empreender, tanto mais que sabe do constrangimento do mesmo Sr. General Argolo, o qual só por obediência aceita tal comissão que, por mais espinhosa e incomodativa,

como entende que lhe será, espera S. Excia. o Sr. Marquês que há de ser por tão incansável General desempenhada com inteligência, perícia e atividade, que o distinguem, unidas ao cuidado e zelo que o caracterizam, do que deu sempre provas em toda a sua vida militar e nas variadas comissões de que o referido Sr. Marquês o tem incumbido nesta mesma campanha."

O documento citado, além de revelar o drama psicológico de Caxias, em deixar ou em levar Argolo, demonstra o elevado conceito do Visconde de Itaparica e atesta também que, desde os tempos de antanho, os nossos Chefes sempre tiveram repulsa por funções na área de retaguarda, embora reconhecendo a sua importância.

A ESTRADA DO CHACO

A execução da elegante Manobra do Piquiciri exigia a transposição do Grande Chaco pelo grosso do exército aliado, tarefa considerada por muitos temerária e impraticável. Consultado a respeito, Argolo respondeu: "Se for possível, está feita; se for impossível, vamos fazê-la."

Recebida a missão de construir a Estrada do Chaco, Argolo atravessou o rio nas proximidades de Palmas e desembarcou no Chaco, à frente dos 3.500 homens do Segundo Corpo, num ponto a que denominou Porto Santa Teresa, dando início à

obra monumental, com o auxílio de engenheiros militares ilustres, como Rufino Galvão, Jourdan e Carlos Lassance.

Essa obra gigantesca para os recursos da época, uma estrada em pleno pântano e durante as cheias do Rio Paraguai, dificultada pelo clima asfixiante, a proliferação de insetos e a lama incessante, foi descrita em detalhes na Ordem do Dia nº 272, de 14 de julho de 1869, de Caxias, transcrita a seguir, na qual, contrariando a sua praxe de conceder elogios sintéticos e de palavras contidas, não esconde a sua admiração e o seu respeito pelo valoroso General baiano: "O Marechal do Exército Marquês de Caxias, Comandante-em-Chefe de todas as forças brasileiras e dos exércitos aliados, tendo conhecimento das grandes dificuldades a vencer para que o inimigo fosse atacado de frente e flanco direito de suas trincheiras, na extensa linha do Piquiciri, ordenou que o Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão abrisse uma estrada larga por onde passasse o nosso Exército pelo Chaco, base de todas as nossas operações; o mesmo Sr. General-em-Chefe declara ser-lhe sumamente agradável anunciar ao Exército que aquele distinto general, compreendendo a tarefa de que foi encarregado, no curto espaço de 23 dias, abriu uma estrada larga e cômoda, com estivas de considerável extensão e duas pontes que, começando um pouco além do

Porto de Palmas, no lugar denominado Santa Teresa, ia terminar em frente a Vileta, evitando, por um ângulo divergente, as forças de Angustura, tendo percorrido três léguas de extensão por matas virgens e terrenos alagadiços.

"Por tais serviços, o mesmo General-em-Chefe elogia o dito Sr. Marechal-de-Campo Argolo pela maneira seguinte: 'Todos os generais que comandaram forças, comandantes de Divisões, os de Brigadas, os de Corpos e Batalhões, cumpriram religiosamente o seu dever, mas não posso deixar de consignar na presente Ordem do Dia os mais sinceros votos de minha gratidão e reconhecimento ao Exmo. Sr. Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, Comandante do Segundo Corpo, não só pela valiosa e eficaz coadjuvação que dele recebi e da qual muito dependeram os triunfos que, no mês próximo passado, alcançaram nossas armas, como pelas provas irrecusáveis de firme e inabalável dedicação que sempre manifestou ao serviço público e à minha pessoa.'

"Por melhor que fosse o plano que concebi de contornar o inimigo pelo flanco esquerdo, evitando assim ter de atravessar as dificuldades quase insuperáveis que se opunham à chegada de nossas tropas à frente do flanco direito da linha de Piquiciri, ele não teria sido coroado de êxito próspero e completo que se verificou, se não fora a

passagem do nosso Exército pelo Chaco, base de todas as nossas ulteriores operações.

"No trabalho insano da abertura da estrada pelo Chaco, exibiu o Exmo. Sr. Marechal-de-Campo Argolo provas tais de seu tino e perícia, de sua perseverança e de sua prodigiosa atividade, que só por elas tornaria a memória do seu nome indelével na história desta guerra, se já por outros tantos títulos não tivesse ele adquirido jus a honra tão distinta."

A BATALHA DE ITORORÓ

A batalha de 6 de dezembro de 1868 foi uma das mais reñidas e cruentas de toda a campanha e, sem a menor dúvida, aquela em que tivemos as maiores baixas entre os oficiais graduados. De um lado, 5.000 paraguaios, sob as ordens de Caballero — instalados em excelente posição no corte do arroio Itororó, com as vantagens do domínio de vistas e fogos e da ocultação na mata marginal — barravam as vias de acesso que convergiam para a ponte sobre o citado arroio e tinham como missão retardar, pelo maior tempo possível, o nosso avanço para o Sul. De outra parte, Caxias pretendia prosseguir, sem perda de tempo, para restabelecer a ligação com a esquadra, reincorporar a Cavalaria que ficara no Chaco e avançar sobre Vileta.

O plano inicial de Caxias

previa um ataque frontal à posição, executado pelo 2º Corpo do Exército de Argolo. Durante a conduta do combate, face a obstinada reação guarani e tendo sido informado por um vaqueano de que havia um bom passo a leste, Caxias ordena a Osório que faça um desbordamento por essa direção para cair sobre o flanco direito e a retaguarda do inimigo, enquanto Argolo permanecia num ataque de fixação. Infelizmente a distância percorrida por Osório foi o dobro da prevista e, quando este chegou com os seus bravos, a pugna já estava decidida pelo ataque frontal.

Para entendermos as marchas e contramarchas dessa batalha, julgamos oportuno recorrermos às lúcidas observações de Jonas Correia Neto, que, em excelente estudo sobre a peleja, onde demonstrou a necessidade e a oportunidade do gesto épico de Caxias, chama a atenção para o fato de que o ponto crucial da questão não foi a famosa "ponte de Itororó", tantas vezes citada, mas a manutenção da cabeça-de-ponte, na margem sul do mesmo arroio.

O 2º Corpo do Exército, sob o comando de Argolo, reforçado pela 1ª Brigada de Cavalaria, de Niederauer, constituía a vanguarda de nossas forças. Estabelecido o contato com o inimigo, a 5ª Brigada de Infantaria, de Fernando Machado, investe corajosamente sobre a ponte, mas é repelida por cerrado tiro-

teio dos guaranis, fortemente apoiados por sua Artilharia. Nova tentativa é feita, sem obter melhor resultado. Argolo, profundo convededor de sua Arma de origem, comprehende, de imediato, ser imprescindível o apoio de sua Artilharia, seja para silenciar os canhões inimigos, seja para desalojá-los de suas privilegiadas posições. Manda abrir duas picadas até o rio, coloca uma bateria em cada posição, ficando em condições de bater toda a frente, e desenca-deia um intenso fogo de preparação. Em seguida, determina o avanço da 5ª Brigada que, apoiada pela Artilharia e pelos bravos centauros de Niederauer e de Vasco Alves, consegue ultrapassar a ponte e fixar-se na margem sul, pagando, contudo, o elevado preço da morte do seu intrépido Comandante, Fernando Machado.

Como o combate continua-se intenso e indefinido, Argolo determina o engajamento, na peleja, da 1ª Divisão de Infantaria, de Gurjão, que investe bravamente a ponte, leva de roldão os defensores mais próximos e alarga a brecha por onde penetra Argolo com parte de sua reserva. A batalha atinge o seu clímax. Os cavalarianos de Rivarola repetem as cargas fulminantes sobre as nossas tropas, que mantêm, a duras penas, o terreno conquistado. Gurjão é ferido e retirado de ação e, logo em seguida, Argolo é atingido por uma bala e também afastado da peleja. Caxias, então,

compreendendo a gravidade da situação tática e os efeitos negativos da retirada de chefes tão ilustres e admirados por seus soldados, determina o emprego de dois batalhões para conter as cargas inimigas e, logo após, lança-se pessoalmente sobre a ponte, proferindo a célebre frase que galvanizou as nossas forças, levando-as à grande vitória: "Sigam-me os que forem brasileiros!"

Concluiu Argolo a sua participação na Guerra do Paraguai de maneira brava e patriótica, tombando à frente dos seus homens em pleno combate, num exemplo de destemor e estoicismo, assim registrado por Frederico Pimentel: "Quebrou-se-lhe o sortilégio da incolumidade naquela garganta do inferno; uma bala acertou-lhe a montada e outra prostrou-o por terra. Por pouco não o esmagou a carga que rolava atrás dele; viu ainda passar o Marquês de Caxias com a espada na mão e, quando perdeu os sentidos, atroavam os ares como um alarido de vitória."

PERFIL DO GRANDE SOLDADO

Em razão de sua extraordinária atuação no cenário militar do Império, encontramos inúmeras referências ao General Argolo, mormente com relação ao seu desempenho na Guerra do Paraguai, o coroamento de sua brilhante carreira militar. Memo-

rialistas, historiadores e críticos, ao examinarem os fatos de que participou, referem-se constantemente ao grande soldado, tributando-lhe os maiores elogios, numa aprovação unânime de sua conduta. Essas apreciações, muitas vezes sintetizadas num simples aposto, configuram, pela constância, seriedade e coerência, o julgamento sereno e imparcial da História, que nos permite formar um verdadeiro juízo sobre esse soldado exemplar, o Visconde de Itaparica.

Dionísio Cerqueira, o culto e heróico voluntário da Pátria, que atingiria mais tarde o generalato, apresenta-nos importante testemunho, revelador de traços marcantes da personalidade de Argolo: "Portou-se, quando moço, com tanto arrojo na Revolução Praieira de 1848 que até o Deodoro, que tinha a bravura de Osório e a intrepidez de Andrade Neves, lhe disse: 'Não serás, jamais, bom general; falta-lhe a calma.' Esse conceito impressionou o jovem Capitão, que quis ser bom General e foi dos melhores que temos tido. Sua calma admirava a todos; era estudada; era uma vitória disputada tenazmente ao temperamento fogoso. E, por isso mesmo, aquele homem me parecia mais admirável." O autor das *Reminiscências da Campanha do Paraguai* prossegue chamando-o de "fino e atilado" e destaca, como suas principais virtudes, a coragem, a cultura, a religiosidade, a atividade e um inigualável sentimento de cumprimento

do dever. Declara, em outro trecho do seu importante trabalho: "A ele se podia, desassombroadamente, confiar a defesa de uma posição, por mais arriscada que fosse. Nunca vi chefe tão ativo, cuidadoso e previdente, tão meticoloso e de tão pouco dormir. Tinha fama de maçador, mas era o melhor vigia do Exército."

Tasso Fragoso salienta a sua bravura, as suas "sábias previsões" e a sua "incansável atividade". Pinto de Campos ressalta o seu heroísmo e a sua competência profissional, afirmindo que Caxias "teve a fortuna de achar um Argolo para executar a Estrada do Chaco". Eusébio de Souza e Afonso de Carvalho põem em destaque a intrepidez, a tenacidade e o preparo profissional. José Calassans chamou-o de "o Caxias baiano", e Joel da Silva Oliveira cognominou-o de "a glória guerreira da Bahia". José Luís Rodrigues da Silva, participante do nosso maior conflito, retrata-o em preciosa síntese: "A especialidade do General Argolo Ferrão, posteriormente Visconde de Itaparica, e para a qual inclinava-se a gosto patente, era a fortificação. Nesse assunto, hábil e previdente como era, não tinha competidor no Exército. Adverso ao acatamento de opiniões alheias, uma vez convencido do plano preferível de trabalho, transigir só em caso muito excepcional. Chegando a um ponto, embora de ligeira permanência, tratava logo de garantir o

acampamento por meio de defesas passageiras e próprias." A seguir, declara que "os generais-em-chefe distinguiam-no consideravelmente" e que "revelavam-se nítidos os seus dotes de ação". Em outro trecho, define-lhe alguns traços da personalidade: "Poucas vezes envergava a farda bordada. Preferia o comprido sobretudo e o chapéu de feltro, abas largas. Mais baixo que alto, franzino de corpo, não apresentava elegância como outros generais. Epigráfico, Argolo comprazia-se em soltar a sua piada, mas sério e sisudo."

Lobo Viana apresenta-nos um interessante perfil do Gen Argolo, onde ratifica as suas virtudes militares: "De pequena estatura, da qual tanto se orgulhava, rosto cheio, ornado de bastas barbas negras, sobrancelhas espessas, cerradas; cabelos pretos repartidos ao lado, bigode farto, olhar vivo e arguto, Alexandre Gomes de Argolo Ferreira era o benjamim dos oficiais generais presentes em Tuiuti, pois contava 45 anos de idade e atingira o elevado posto de Brigadeiro, Comandante da 1ª Divisão. Sem pertencer à escola de Sampaio, apresentava-se, como ele, corretamente fardado, tendo o cuidado, talvez por precaução, de deixar lobiçar a estreita gola bordada a oiro, que broslava a sua farda, envolvendo-a em largo sobretudo de pano piloto, que lhe cobria as grandes botas até o meio das pernas, em que mal se desco-

bria a ponta da bainha da espada. À cabeça, um largo chapéu de feltro de amplas abas, de que a posterior lhe servia de tapa-nuca. Não obstante ser oficial de Artilharia, se dedicava com esmero e carinho a trabalhos de fortificação de campanha; ninguém como ele sabia traçar uma cauda de andorinha, um barrete de clérigo, um redente, uma luneta, uma frente abaluartada ou atenalhada. Exigente, minucioso nos revestimentos, na construção dos fossos e dos parapeitos das obras fortificadas. Perito sapador."

Joaquim Manoel de Macedo, o consagrado historiador e escritor fluminense, assim define o bravo general baiano: "Ele tinha, na indômita bravura, certo dom particular. A hora da marcha para entrar em batalha ou no momento de avançar para o fogo inimigo, e de arrostar os mais aterradores perigos, Argolo, sem explosões de entusiástica intrepidez, sem prorromper em lavras que levassem flamas ao ânimo de seus soldados, tomava, plácido, tranqüilo, a frente deles, acendia um charuto e, fumando um e mais charutos, comandava e batia-se horas inteiras, com inverossímil sangue-frio e absoluta dominação do seu espírito. Era o tipo da coragem, da bravura, inexcedíveis, mas perfeitamente incapazes de perturbar ou de alterar suas faculdades intelectuais. Era um prodígio de fria impassibilidade, dirigindo pelejas e tomando parte nelas."

Finalmente, registremos um trecho do necrológio do valoroso soldado, quando a sua terra natal, a Bahia, através de Cyrillo Pessoa, assim se expressou: "Herói, tinha na refrega a calma da reflexão e o golpe de vista para adivinhar o sucesso. A Pátria, o dever e os sentimentos de honra, os móveis generosos de uma existência, curta em anos, mas opulenta de vitórias."

CONCLUSÃO

A análise da participação do General Argolo na Campanha do Paraguai – onde desempenhou as funções de Comandante da Brigada e de Divisão de Infantaria e também de Corpo de Exército – demonstra, à saciedade, a firmeza, a correção e a clarividenteza de sua ação de comando, que mereceu os mais expressivos elogios de todos os Comandantes do nosso Exército, principalmente de Caxias, reconhecendo-o como dos mais bravos, cultos e competentes dentre os valorosos Generais do Império.

Nas operações ofensivas, teve atuação magistral em Tuiuti, onde foi um dos artífices da grande vitória, conceito que ratificaria, a seguir, em Punta Naró, em Rojas, no Sauce e em Curupaiti, onde as suas tropas colheram expressivos triunfos, sendo as primeiras a penetrar no "Quadrilátero" e em Humaitá. Em Itororó, a sua última batalha, empregou judiciosamente

as suas forças, em perfeita consonância com a situação, sendo afastado da peleja por ferimento a bala, o que provocou o gesto épico de Caxias, que selou a sorte da contenda a nosso favor.

Nas operações defensivas, sua conduta foi igualmente notável, seja fortificando as posições de Tuiuti e Curuzu, transformadas por ele em verdadeiras fortalezas, seja guardando a base de Humaitá, seja construindo a monumental Estrada do Chaco, que foi concluída em tempo breve e nas melhores condições, graças à sua competência profissional e à prodigiosa atividade.

A vida proífica do General Argolo encerra, portanto, preciosas lições de patriotismo, devotamento ao dever, tirocínio profissional e legítima liderança, que merecem o estudo e a meditação de todos os militares brasileiros. Ao resgatar do esquecimento esse valoroso Chefe Militar, cuja glorificação está ainda a merecer maior reconhecimento por parte da Bahia e do próprio Exército, apontamo-lo como exemplo às novas gerações, convencidos de que, inspirados na sua vida e na sua obra, haveremos de servir melhor ao Exército e ao Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2^a edição, Biblioteca do Exército, 1956.
 BORMANN, José Bernardino. *História da Guerra do Paraguai*, 1897.

- THOMPSON, George, *La Guerra del Paraguai*.
- FIX, Theodore, *Guerra do Paraguai*.
- SCHNEIDER, A *Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai*.
- JOURDAN, Emílio, *Guerra do Paraguai*.
- CERQUEIRA, Dionísio, *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Prefeitura Municipal de Salvador, 5^a edição, 1974.
- PIMENTEL, Joaquim S. D'Almeida. *Episódios Militares*. Bibliex.
- VIANA, Lobo. *Tuiuti É Osório, Osório É Tuiuti*. Bibliex, 1940.
- SILVA, José Luís Rodrigues da. *Recordações da Guerra do Paraguai*. Melhoramentos.
- OLIVEIRA, Joel da Silva. *Argolo, Marechal Visconde de Itaparica*. Imprensa Oficial da Bahia, 1971.
- NETO, Jonas Correia. Caxias em Itororó. *Revista Militar Brasileira*, 1957.
- FILHO, Amerino Raposo. *A Manobra na Guerra*. Bibliex, 1960.
- DAMASCENO, Filadelfo Reis. O Maior Soldado da Bahia. Conferência no Lions, em Salvador, no Sesquicentenário do Gen Argolo, em 1971.



Cel Inf QEMA FILADELFO REIS DAMASCENO – Formou-se na Academia Militar das Agulhas Negras, aperfeiçoando-se na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Possui também os cursos de Altos Estudos Militares (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), Guerra nas Selvas (Centro de Instrução de Guerra nas Selvas), Comunicação Social (Centro de Estudos de Pessoal do Exército). É também Técnico em Administração.

Possui quatro livros publicados, além de diversos estudos e monografias e dezenas de artigos em vários jornais. É também autor de hinos e canções de unidades do Exército.

Recebeu inúmeras condecorações e é vencedor de alguns concursos. É membro dos Institutos Histórico e Geográfico de Sergipe e de Uruguaiana e da Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhistica.

Como principais comissões, tem as de Adjunto da Presidência da República, do Gabinete do Ministro do Exército e do Estado-Maior do Exército; Chefe da 3^a Seção da 2^a Brigada de Cavalaria Mecanizada. Chefe de Gabinete no Superior Tribunal Militar. Assistente Secretário do Comandante do II Exército. Comandante da Polícia Militar da Bahia. Instrutor de CPOR de Salvador. Comandante da "Operação da Fibra" e da "Marcha a Pé da Bahia a Brasília".



ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO

O Arquivo Histórico do Exército, dentro de sua finalidade de cooperar em pesquisas histórico-militares, apoiou a realização das seguintes pesquisas em seu acervo no ano de 1986 pelos pesquisadores abaixo relacionados em ordem alfabética.

PESQUISADOR

- 1 - ADONIAS, Isa
- 2 - AGIA NETO, Tufic Abdalla
- 3 - AGUIAR, Firmino Nunes de
- 4 - ALFONSO, Maria T. de Saboya
- 5 - ALMEIDA, Nelson J.A.O' de (Cel-Av)
- 6 - ALVES, Joaquim V. Portella F. (Cel)
- 7 - ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
- 8 - AMARAL, Antonio Affonso (TC)
- 9 - AMARAL, Fernando Medina do
- 10 - AMORIM (Cel)
- 11 - ANDRADE, Jeferson de
- 12 - ANDRADE, Lauro Almeida de

ASSUNTO

- Ilha de Fernando de Noronha
Ex-Instrutores do CIA e EAC
Ex-Diretores da DFA
Patrônio da Cad. 22 do IGHMB
- Virtudes Militares e Forças Morais da Guerra (Subsídios)
Respostas a Willian Waak por Integrantes da FEB
Mal Manoel de Azambuja Brilhante
- Fortificações do Brasil
- Vida Militar de Júlio C.R. de Souza
- Promoção a Gen-Bda de Gilberto Azevedo
Frederico Solon S. Ribeiro (Gen)
Diogo Ferreira de Almeida na Guerra do Paraguai

- 13 - ANDRADE, Mauro Ferreira Atuação do RI Sampaio na Intentona Comunista
- 14 - ARAUJO, João Hermes P. de (Emb) Mal Manoel da Fonseca Costa (Foto)
- 15 - AZEVEDO, Pedro Ernesto Mariano Pesquisa de Legislação
- 16 - AZEVEDO, Thales de Tradição do Toque de Silêncio
- 17 - BARBOSA, Hydson Mário Biografia de Dois Militares
- 18 - BARBOSA, Roberto Pacífico Mal Eurico Gaspar Dutra (Gen Bda)
- 19 - BARCELOS JUNIOR, Hélio Régua (Maj) Os Jovens Turcos e a Profissionalização do Exército (ECEME)
- 20 - BARNEWITZ, Luiz Afonso Memorial da Família Telles Del Castilho
- 21 - BARRA, Newton (Gen Bda) Biografia de Angelo Barra
- 22 - BARREIRA, José J. (Cel) Engenheiros Militares (para a SCTE)
- 23 - BARROS, Osmar (Cel) Argumentos contra o livro *Genocídio Americano*
- 24 - BATALHÃO DE Juvêncio Cabral de Menezes CAÇADORES – 17º
- 25 - BIBLIOTECA DO EXÉRCITO Criação da Bibliex-Legislação
- 26 - BITTENCOURT, Agnello Uchoa História da Policia do Estado do AM
- 27 - BRAZ, Anunciata C. Marins Ismael da Rocha (Gen) – para a Fundação Oswaldo Cruz
- 28 - BRAZ, Sérgio Paulo (TC) Documentos para Museu da ESIE
- 29 - CABEDA, Coradio Bragança Pardo Revolução 1926 no RGS
- 30 - CABRAL, Ronaldo Glicério (Maj) Aspirantes de 1968 – Eng Militares
- 31 - CAGGIANI, Ivo Dados sobre Cap Armínio de A. Rego
- " Mapa da Fronteira do RGS 1816/21
- " Álvaro Otávio de Alencastre
- " Joaquim de Alencastre
- " Altamiro Nunes Pereira
- 32 - CALDAS, José Carlos da Costa Joaquim José de Souza
- " José da Costa Guimarães Filho
- " José Simeão de Araújo e Souza
- 33 - CAMOLEZE, Edino (Maj) Veterinária do Exército
- 34 - CARULLA FILHO, Vitor A Engenharia Militar – Evolução – Atualidade (ECEME)

- 35 – CARVALHO, Luiz Paulo de
Macedo (Cel) Gen João Henrique Bohn
- 36 – CEDONC Criação Escola Técnica do Exército
- 37 – CENTRO DE ESTUDOS DE Virtudes Militares – Exemplos
PESSOAL Históricos
- 38 – CHACON, Vamireh Fontes sobre Caxias como
" Pacificador
- 39 – CHALT, Emerenciana José Falcão de M. Vasconcelos
Vasconcelos
- 40 – CHAVES, Sebastião Teixeira Benedito Theodoro Cordeiro
(Cel) Policiais Militares
- 41 – COELHO, Octavio Sérgio Fotos para Galeria Ex-Cmts
Pereira (Cel)
- 42 – CONSENDEY, Genino Jorge Contribuição à Doutrina do Eb
(Maj) Oficiais do Brasil que
combateram na 1^a GM (ECEME)
- 43 – CORREIA, Armindo (Cel) Salvador Gomes da Paixão
- 44 – COSTA, Andre Luis L. de Exército na Segurança Nacional
Magalhães
- 45 – COSTA, Nadin Ferreira da Canudos e Contestado e a Doutrina
Militar (ECEME)
- 46 – DALMOLIN, Elio Tiros-de-Guerra 397 e 678
- 47 – DENTICE, Luiz V. (Cel) Pesquisa Biográfica
- 48 – DIAS, Maria Leila BI 4/1/67 da PIP/3
- 49 – DIRETORIA DE F. E Subsídios para Currículos de
APERFEIÇOAMENTO História, Geografia, Filosofia e
Psicologia na AMAN
- 50 – DIRETORIA DE I. E Pesquisa Biográfica – G. do
PENSIONISTAS Paraguai
- 51 – DIRETORIA DE Mapas Históricos de Minas Gerais
LEVANTAMENTO 5^a
- 52 – DIRETORIA DE Promoções por Bravura na FEB
PROMOÇÕES
- 53 – DUARTE, Luiz Rogério Cid Mal Mário Travassos
(Cadete)
- 54 – ESTEVES, Tarcofio História da Veterinária no Exército
- 55 – ESTRAL, Osvaldo Santana A Procura da Carreira Militar-Hist.
(Maj) (ECEME)
- 56 – FAGUNDES, Morivalde Calvet (Gen) Pesquisa Biográfica
- 57 – FARIA, Ivan Rodrigues de Relatórios do Ministro Mal José C.
de Faria
- 58 – FERREIRA, Maurício de Almanaques e NE 1984
Seixas

- 59 – FIALHO, Jorge Ivânia (Maj) Ocupação Militar da Amazônia, Histórico. Situação Atual e Projeção para o Futuro (ECEME)
- 60 – FIGUEIREDO, Ernani de F. (TC) Jovens Turcos e a Doutrina M. (ECEME)
- 61 – FONSECA JUNIOR, Eito O. Valich da Magistério do Exército
- 62 – FONSECA, Zilda Monteiro Guerra do Paraguai
- 63 – FRANCO, Sérgio Costa Planta da Casa da Pólvora em PA Arsenal de Guerra de PA – Histórico
- 64 – FULLER, Stephen L. Armas e Munições 45
- 65 – GIANNELLI, Emílio A. Monumento ao Mal Deodoro
- 66 – GOMES, Augusto Cyrillo Ex-Catedral do Rio de Janeiro
- 67 – GOMES, Marcelo Nascimento Síntese Histórica do 1º BIMtz
- 68 – GONÇALVES, Fernando B M (Cel) Heróis da Cavalaria (1645-1885)
- 69 – GRIPP, Roberto de Souza Dec. 54003 – 3/7/64
- 70 – GUEDES, Lívio S.P. da Costa Memória de Conrado H. Niemeyer
- 71 – GUERRA, Walter Pinheiro Foto do Cel Moreira César
- 72 – GUIMARÃES, Antônio Cronologia Aeronáutica da Guerreiro Amazônia
- 73 – GUIMARÃES, Aurélio Nomes Diretor Recrutamento e 1ª Ferreira Seção – Nov 1930
- 74 – HEFFNER, Hernani Edgar Brasil – Fotógrafo de Cinema
- 75 – HENRIQUES, Elber de Mello Bandeira Nacional
- 76 – HIERRO, Haroldo dos Santos Mal Juarez Távora
- 77 – LEME, José Francisco Intentona Comunista
- 78 – LEMOS, Juvêncio Saldanha Fotografias de Comandante da (Cel) PMRJ
- 79 – LEONHARDT, Luci Mari Ten Aníbal Quayer de Azevedo
- 80 – LIMA, Fernando G. Cerqueira Guerra do Paraguai
- 81 – LIMA, Rubens Braga de Cap José Cerqueira Lima
- 82 – LINHARES, Antônio Pereira Histórico das Bandas de Música de Militares
- 83 – LINS, João de Abreu (Gen) Aviação Militar e Blindados
- 84 – MACEDO, Rogério (Cel) Memórias do Realengo
- 85 – MAGALHÃES, Edne F. Pinto Descendentes de Caxias, em 1986
- 86 – MARQUES, Zeno (TC) Manoel Nascimento de Araújo
- 87 – MATHIAS, Herculano Gomes Engenheiros Militares
- Cartografia Francesa do Brasil

- 88 – MATTOS, Sérgio (Cap) Histórico do 3º BIMtz
- 89 – MACCANN, Frank D. (EUA) Gen Goes Monteiro
- 90 – MEDEIROS, Elza Cansação Rondon – Comissões Médicas e
(Maj) Médicos que a acompanharam
nas Explorações
- 91 – MELLO JÚNIOR, Donato Antônio Manuel de Mello
- " Pedro José Bezerat
- 92 – MELLO, Francisco B. Torres Francisco Xavier Torres de (Gen)
- "
- 93 – MELLO, Luiz Gonzaga de Maj Francisco B. Torres de Mello
(Cel) Cel Pedro F. N. Pereira da Cunha
- " Sílio Portela (Gen)
- " Francisco R. de Estillac Leal
- " Constâncio D. Cavalcanti
- " Carlos Augusto de Campos
- 94 – MERQUIOR, Douglas Histórico do 21º GAC
Marcelo
- 95 – MESQUITA, Terezinha Vilela Fortaleza de Santa Cruz
- 96 – MINISTÉRIO DA 1º Regimento de Aviação do
AERONÁUTICA Exército
- 97 – MOLINACI (Cel) Juvêncio Cabral de Menezes
- 98 – MOREIRA, Angelo Pires 9º BC – 9º RI – 29º BI em
Pelotas-RS
- 99 – MOREIRA, Reinaldo Correia Comandante José Thomas
- 100 – MURGA, Janete Bocato Bandeira do 17º Btl Voluntários da
Pátria
- "
- 101 – MUSEU PAULISTA Guerra do Paraguai
- 102 – NASCIMENTO, Dutelvir Cel Themistocles P. de Souza
Pereira (Cel) Brasil
- 103 – NASCIMENTO, Irzinaldo A. Nome correto de Mal Brown
(Cadete)
- 104 – NAZARETH, Gilson do Importância do Magistério na
Couto Formação da Oficialidade do
Exército
- 105 – NEGREIROS, Mário Rubens Confirmações de Cadetes
Brum (Gen Ex)
- 106 – NOGUEIRA, Jonathan Criação da Vila Militar – detalhe
- 107 – NOLI NETO, Carlos Pesquisa Biográfica
- 108 – NPOR – 4º GAC Forte Marechal Luz
- 109 – OBINO, João Poggi (Gen) Cap Salomão da Rocha
- 110 – OLIVEIRA, Iporan Nunes de Mal Salvador César Obino
(Cel) Brigadeiro Jerônimo Joaquim
Nunes

- 111 – OLIVEIRA, Lourenço de
(Cel)
- 112 – PARANHOS, Roberto A. da
Rocha (Cel)
- 113 – PARDAL, Paulo (prof)
"
- 114 – PALERMO, Elizabeth Rocha
- 115 – PARM AGUANI, Jacob José
- 116 – PEREIRA, Rubens Curvelo
- 117 – PERNIOGI, Mauricio
Eskenali
- 118 – PICCOLO, Helga I. L. (Dr^a)
"
- 119 – PIMENTEL, Frederico N.
dos R. (Gen)
- 120 – PINTO, Francisco (Cel)
- 121 – PIQUET, João Luiz
- 122 – PITALUGA, Plínio (Gen)
- 123 – PONT, José Luiz Dal
- 124 – POTTER, Dietes Charles
- 125 – RACH, Clóvis Bordini (Cel)
- 126 – RIBEIRO, Gabriel A.
Botafogo
- 127 – RIBEIRO NETO, Irônio (Maj)
- 128 – ROCHA, Roberto A. de
Souza
- 129 – RODRIGUES JÚNIOR,
Rinaldo F. (Cap)
- 130 – SALLLES, Ney (Cel)
- 131 – SAMPAIO NETO, José A.
Vaz (Cel)
- 132 – SANTOS, Luiz W. Mangeon
dos (Maj)
- 133 – SCHARTH, Henrique Luiz
- 134 – SILVA FILHO, Cândido
Nunes (Maj)
- 135 – SOUZA, Osmar Marques de
- 136 – TAVARES, Aurélio de Lyra
(Gen Ex)
- Estandarte e Distintivo AD/1 –
Desenho e Características
- Datas de Falecimentos de Oficiais
da Turma de 1944 – Turma
Duque Estrada
- Mal João Paulo dos S. Barreto
- Cel Fernandes Pinto Alpoyn
- Dec 1374 de 14/1/37 e Acordo nº 2
do Av 24 de 24/3/75
- Mal Aristóteles de Souza Dantas
- RISG – Evolução Histórica
- Vivandeiras ou Aguadeiras na
História Militar
- Cristiano Augusto Sintz
- Dados sobre Imigrantes Alemães
Militares
- Bias Gomes Pimentel
- Gen Emílio F. de Souza Docca
- Paulo Cândido Piquet
- Francisco Camerino Azevedo
- Fortificações do Brasil
- Guerra do Paraguai
- Pesquisa Biográfica
- Guerra dos Canudos – Nelson D.
Botafogo
- Apoio de Saúde às Operações da
2^a Guerra Mundial
- Heróismo do Sgt Rocha 20/10/1933
- Magistério do Exército
- Pesquisa Biográfica de Ancestrais
- Estudos sobre Canudos
- Canudos e Contestado – Influência
na Doutrina do Exército
(ECEME)
- Almanaques do Exército
- Criptografia
- Sistemas de Mensageiros –
Doutrina
- Ministros do Exército Oriundos da
Arma de Engenharia

- | | |
|---|--|
| 137 – THOMÉ, Virgínia Lúcia P. de Souza | Criação da 1ª DIE – FEB |
| 138 – TOCANTINS, Leandro Goes | Mal Belarmino A.M. Lobo |
| 139 – TREVISAN, Leonardo Neimi | Biografias de Militares |
| 140 – VASCONCELLOS,
Emerenciana
" | Benedito Teodoro Cordeiro |
| 141 – VETT, Hugo Antônio | José F. de M. Vasconcellos |
| 142 – VIEIRA, Ubá Archanjo | Colônia Militar do Alto Uruguai |
| 143 – VILELA, Antônio Carlos Pinheiro | Alferes Inácio A. Lisboa |
| 144 – XAVIER, Ney Esposel de Paiva | BR 476 (PR) – Ponte sobre Rio Capivari |
| 145 – ZAMITH, Antônio Carlos (Cel) | Projeto Vassouras – Quilombo em 1838 |
| | Joaquim Mendes Malheiros |



A PROBLEMÁTICA DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA DO NORTE FLUMINENSE

Pesquisa editorial (ano-base 1986)

O chamado Norte Fluminense ocupa uma área de 16.065km² e abrange 14 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Historicamente, Pero Góis de Oliveira foi quem introduziu a lavoura canavieira na região, quando plantou, em 14 de agosto de 1539, as primeiras mudas de cana, à margem direita do Rio Itabapoana, na Capitania de São Tomé, em Vila Rainha, hoje Barra do Itabapoana.

Destruída pelos Índios carajás, que escravizara, a lavoura de cana só veio ressurgir, 113 anos após, nas terras aluvionais trazidas pelas correntes dos rios Parába do Sul e Itabapoana e depositadas, durante séculos, nas planícies campistas. Data de 1652 a instalação do primeiro engenho de cana-de-açúcar em Campos.

Em 1887, inaugurava-se a usina Quissamã, no Município de Macaé, e, a partir de então, as usinas se multiplicaram e af-

toram concentradas. A oeste do meridiano que passa por Cabo Frio, não há usinas, quer pelas condições orográficas do terreno, quer pela valorização imobiliária das terras, elemento indispensável à cultura canavieira.

Hoje existem 17 usinas no Norte Fluminense: 12 no Município de Campos, duas no de Macaé e uma em cada um dos municípios de Conceição de Macabu, São Fidélis, Bom Jesus de Itabapoana e São João da Barra.

Todavia, não é progresso o quadro econômico e social da região. Sua renda *per capita* é bem inferior à do Nordeste.

Nos últimos 20 anos, o êxodo rural, fruto da decadência agrícola, vem engrossando os contingentes mais pobres da periferia da cidade do Rio de Janeiro, e a mão-de-obra da lavoura passou a arregimentar mulheres e crianças, não só pela escassez de braços masculinos e adultos, como pela ca-

rência de outras atividades econômicas adequadas ao trabalho braçal, única aptidão da maioria dos analfabetos rurícolas regionais. Entre 1960 e 1980, enquanto a taxa de crescimento da população urbana apresentava índices positivos, embora decrescentes (32,27 em 1970 e 27,35 em 1980), a taxa de crescimento da população rural espelhava índices negativos (-18,94 em 1970 e -12,68 em 1980).

Participando com 60% na formação do produto bruto regional, o setor canavieiro fluminense tropeça e claudica, não conseguindo desempenhar, sem auxílio do Governo Federal, a função social que lhe cabe.

Quando a direção da atividade agroindustrial foi retirada da iniciativa privada, em 1931, o Estado do Rio de Janeiro era o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do País. No censo de 1981/82, figurava como quinto. No plano de safra 1985/86, mantinha essa mesma posição como produtor de açúcar e sétimo de álcool, não produzindo o suficiente para o seu próprio consumo interno.

Em relação à área cultivada, o índice de crescimento dos canaviais fluminenses no período 1972/83 (23,3%) não acompanhou a expansão ocorrida no País (141,4%). Em termos absolutos, significa um déficit de 118,0%; em termos relativos, representa uma situação de quase estagnação.

A produtividade média dos canaviais fluminenses é muito baixa, em consequência de diversos fatores. O primeiro diz respeito às condições pluviométricas da área.

O índice pluviométrico ideal para a lavoura canavieira é de 1.920mm ao ano, que garante uma segurança de 20% em relação ao mínimo exigido pela cana-de-açúcar (1.600mm).

No período de 1915 a 1980, os volumes observados foram os mostrados no Quadro 1.

Quadro 1.

Chuvas (mm)	Freqüência (anos)
300 – 600	02
600 – 800	15
800 – 1.000	23
1.000 – 1.200	20
1.200 – 1.600	06

Nos 66 anos observados, somente em seis (menos de 10% do período) houve precipitação pluviométrica aceitável, ainda que sem atingir o índice pluviométrico ideal.

Embora a cultura de cana-de-açúcar seja uma das poucas resistentes a maus-tratos, ela é muito sensível à falta de água. O déficit hídrico impossibilita a reposição, no solo, da perda hídrica decorrente da vapo-transpiração da planta, o que reduz o rendimento em relação aos produtos que dela se extrai. E na região canavieira do Norte Flu-

minense, os efeitos da baixa precipitação pluviométrica são agravados pelos ventos constantes a que a região está submetida em função de sua posição, próximo à costa marítima e limitada pelos contrafortes da Serra do Mar.

No período de janeiro a março, ocorre o pico da evaporação, quando se estima que o déficit hídrico atinge 50%.

O segundo fator refere-se à natureza do solo e seu tratamento agronômico.

A cultura da cana-de-açúcar, de um modo geral, distribui-se entre "canaviais de fornecedores" e "canaviais de usina" – estes de propriedade dos usineiros, aqueles de particulares.

Dispensando pormenores técnico-agronômicos, pode-se dizer que os solos norte-fluminenses são extremamente heterogêneos, porque aluvionais, ao contrário dos solos paulistas, que lideram a produção nacional de cana-de-açúcar desde os anos 50 e que são constituídos de grandes extensões homogêneas do melhor solo agrícola, para a cultura canavieira ou qualquer outra – o latossolo vermelho ou "terra roxa".

Essa heterogeneidade implica tratamentos agrícolas e em métodos de cultivo diferentes, de um para outro local, de um para outro canavial. Para obter-se maior rendimento, ter-se-á que conseguir a adequação da variedade da cana ao solo de plantio, o que não se observa na região.

A tecnologia agronômica de conservação do solo é, por sua vez, deficiente no Norte Fluminense. São inúmeros os "canaviais de fornecedores" sem orientação agrícola e que superaram, em área plantada e quantidade de cana produzida, os "canaviais de usina".

Raro é o emprego de trabalhos topográficos que garantam o plantio em curvas-de-nível. O desconhecimento de procedimentos capazes de minimizar perdas da preciosa e deficiente precipitação pluviométrica é quase total. Técnicas de adubação e tratamento fito-sanitário são ignorados. Na maioria das destilarias, há desperdício do vinhotto, pouco aproveitado como adubo natural.

Os organismos estatais de assistência técnica aos "canaviais de fornecedores" instalados na região são, ainda, insuficientes e não conseguiram os resultados esperados de sua atuação.

Outros fatores podem ser apontados.

Nas usinas fluminenses, 58,7% da cana consumida pelas moendas são oriundas de "canaviais de fornecedores", e 41,3%, de canaviais próprios.

Essa predominância de cana de terceiros enfraquece as usinas, obrigadas a concorrer a um verdadeiro "mercado de cana". Os fornecedores vendem seu produto à usina que lhes ofereça maiores vantagens pecuniárias.

Para atender ao mercado de

cana, em Campos, a grande maioria das usinas paga ágio sobre os preços oficiais, propicia adiantamentos sobre compras isentos de juros, supre os fornecedores com serviços (corte, carregamento e transporte da cana, dos canaviais, para as esteiras das moendas; preparo da terra para plantio etc.) gratuitamente ou a preços simbólicos. Oferecem, enfim, vantagens a que os fornecedores não fazem jus, mas que, com o passar dos anos, criam direitos difíceis de serem extintos.

Esse fenômeno não ocorre

em São Paulo, onde os fornecedores se filiam, tradicionalmente, às mesmas usinas, conservando esse vínculo por gerações. No Norte Fluminense, em virtude dele, os custos industriais aumentam, os lucros diminuem e os prejuízos se acumulam. Existiam ali cadastrados 12.246 fornecedores (safra 1977/1978).

As usinas do Grupo Othon (Carapebus, Cupim e Barcelos), por exemplo, possuíam, em 1985, 2.295 fornecedores que lhe supriam de cana nas seguintes quantidades:

- até 500 toneladas	2.113 fornecedores
- de 500 a 1.000 toneladas	86 fornecedores
- de 1.000 a 2.500 toneladas	58 fornecedores
- de 2.500 a 5.000 toneladas	21 fornecedores
- de 5.000 a 7.500 toneladas	09 fornecedores
- de 7.500 a 10.000 toneladas	03 fornecedores
- acima de 10.000 toneladas	05 fornecedores

Predominam, nessas condições, os "microfornecedores", havendo registro de alguns com apenas 700 quilos do produto.

Em São Paulo, ao contrário, predominam os "macrofornecedores", grande número deles entregando de 10.000 a 100.000 toneladas de cana às usinas. Fornecedores com produção abaixo de 1.000 toneladas são em número insignificante.

O fenômeno tem explicação.

Quando o *cappo*, chefe da família de origem italiana, base da colonização rural paulista, falece, seu filho mais velho assume a função gerencial dos negócios da família e não há di-

visão de propriedade, mas divisão eqüitativa da produção. As famílias que possuem filhos homens aumentam suas propriedades pelo casamento. Só há decréscimo nas famílias com maioria de filhos do sexo feminino.

No Norte Fluminense, a origem da colonização é portuguesa. A ela veio juntar-se, atraída pelo ciclo do açúcar anterior ao século XVIII, grande quantidade de descendentes dos mascates, em sua maioria de origem oriental (turcos, sírios e libaneses), todos com o espírito comercial herdado dos seus antepassados e com o costume de repartir, en-

tre os herdeiros, a herança deixada por seus pais. Em consequência, as propriedades vão ficando menores a cada geração, até se tornarem inviáveis para a cultura canavieira, exigente de insumos, máquinas, mão-de-obra e trabalho, incompatíveis com pequenas propriedades.

A tendência do "microfornecedor" do Norte Fluminense é, assim, abandonar a atividade de cana-de-açúcar, trocando-a, em geral, pela pecuária, que não requer os equipamentos e trabalhos próprios da cultura de cana.

O tripé agricultura-mecanização-manutenção constitui a base do êxito de qualquer agroindústria. Procedimentos agrícolas apropriados, uso de máquinas, equipamentos e implementos mantidos em alto nível de disponibilidade, por procedimentos corretos de manutenção, são imprescindíveis ao alto nível de produção.

Esse tripé é ignorado pela grande maioria das usinas norte-fluminenses. É flagrante a baixa disponibilidade de máquinas e equipamentos, causada por procedimentos defeituosos de manutenção, em particular de natureza preventiva.

Em 1974/1975, ainda existente o "Fundo de Exportações Capitalizadas", foi autorizada a melhoria das usinas, via empréstimos subsidiados.

As usinas de São Paulo planejaram a aplicação desses recursos, modernizaram-se e aumentaram sua produtividade.

No Estado do Rio de Janeiro, não houve planejamento. As usinas compraram equipamentos em função do poder de convencimento dos vendedores. A Usina São José, por exemplo, possui hoje a maior moenda do Brasil e não dispõe de cana para usinar. Dessa forma, malgrado os recursos subsidiados, agravou-se a baixa produtividade.

No que respeita ao aspecto econômico-financeiro, a situação da grande maioria das usinas do Norte Fluminense é preocupante. Há uma usina com falência decretada, a Novo Horizonte, e outras em situação precária. Com capital de giro suficiente para fazer funcionar a agroindústria, sem recursos de terceiros, existe uma pequena minoria. O normal é a submissão aos juros pagos na aquisição de capital, onerando os preços de produção.

As dificuldades financeiras, somadas a medidas que possam ser tomadas pela política do Governo, visando a diminuir os subsídios de equalização dos custos do açúcar e do álcool, e a maior austeridade na determinação dos preços desses produtos e de suas matérias-primas farão com que as indústrias atualmente existentes no Norte Fluminense, a médio e longo prazo, diminuam em número com algumas delas desaparecendo ou sendo absorvidas por outras.

Outro aspecto que contribui

para a baixa produtividade sucro-alcooleira do Estado do Rio de Janeiro refere-se ao arraigado tradicionalismo dos plantadores de cana, em sua preferência à variedade denominada Campos-Brasil 45-3, ou CB 45-3.

O período de maturação dessa variedade, que há muitos anos predomina na região e representa 83,2% da área cultivada, vai de meados de junho a setembro. Sendo o sistema de pagamento implantado no Norte Fluminense o chamado "pagamento de cana pelo teor de sacarose" (PCTS), a entrega da cana pelos fornecedores se dá nesses meses.

Como consequência, fora desse período há falta de cana madura para sustentar a moagem das usinas, importando ociosidade. As safras têm, assim, uma duração média de quatro a cinco meses, havendo de sete a oito meses de entressafra. E o parque canavieiro fluminense, com uma capacidade de moagem instalada de 16 milhões de toneladas, opera com uma ociosidade próxima dos 50%.

Resta, dentro da problemática sucro-alcooleira do Norte Fluminense, referir à ausência de liderança política regional autêntica e séria, capaz de defender os reais interesses da indústria.

A baixa produtividade das usinas, como se viu, decorre primordialmente da falta de cana – que, fruto principalmente

da insuficiência hídrica nas lavouras, poderia ser corrigida com a irrigação.

O incremento da produção no Norte Fluminense, via irrigação, importava em investimentos correspondentes a vinte centavos de dólar por litro de álcool, enquanto a instalação de novas destilarias exigia dispêndios estimados em US\$1.00 a US\$1.20 por litro.

Por falta de ação política competente, deixou-se que fosse investido em novas usinas em outras regiões (algumas com excesso de produção, como São Paulo) cinco vezes mais que o necessário à vitalização dos canaviais fluminenses.

Sem irrigação, o Norte Fluminense produz, aproximadamente, 40 toneladas de cana por hectare e 86 quilos de açúcar por tonelada de cana. São Paulo produz 80 toneladas de cana por hectare e 110 quilos de açúcar por tonelada de cana. Com a irrigação, seria possível ao Norte Fluminense atingir os índices de São Paulo e, com a maior receita auferida, pagar a dívida de todas as usinas do Estado do Rio de Janeiro.

Três milhões de cruzados já tinham sido gastos em estudos para a irrigação do Norte Fluminense e um projeto, denominado PROJIR, foi dado a público em um seminário ocorrido em Campos, em dezembro de 1984, intitulado "Grito do Rio". Na ocasião, foi divulgado que o PROJIR importaria em um dispêndio de 180 milhões de dólares (540

bilhões de cruzeiros, à época). Esta quantia repercutiu negativamente sobre a implementação do projeto. Sua divulgação foi um erro político que prejudicou particularmente o Norte Fluminense, de nada adiantando esclarecimentos posteriores de que esse quantitativo deveria ser gasto em um prazo estimado de quinze anos.

Refletindo ainda a limitada visão política regional, vale apresentar alguns dos incentivos que o Estado do Espírito Santo proporciona (ou proporcionava) aos investidores na indústria sucro-alcooleira capixaba:

- 42,5% de captação de recursos;
- do ICM pago em cada quinzena, o contribuinte poderá optar pela aquisição de ações ou debêntures conversíveis até 5%, emitidas por empresas novas, sejam industriais, comerciais ou de serviços;
- bonificação nominal, em dinheiro, de 85% do ICM reco-

lhido cada mês, durante 12 anos ou até atingir o montante do investimento fixo, corrigido monetariamente;

- concessão do crédito total do ICM pago pela aquisição de máquinas e equipamentos;
- concessão de financiamento de capital de giro a prazo de 15 anos, sem correção monetária.

Em consequência, há usinas nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo que, separadas em apenas 70 quilômetros, têm poderes de competição na compra de matéria-prima completamente diferentes. Mesmo em Campos, há usinas pertencentes a grupos espírito-santenses em situação financeira superior às demais usinas do Município.

Hoje, o observado é um crescente afastamento nos índices de produção dos dois estados vizinhos. No Espírito Santo, alcançam patamares elevados, ao passo que no Norte Fluminense apresentam sintomas de estagnação econômica.



ATUAÇÃO DO 1.º Gpt E Cnst NAS ESTIAGENS DO NORDESTE

Antonio de Oliveira

É inegotável o Tema da Engenharia Militar na obra de cooperação. Focalizando o 1º Grupamento de Engenharia de Construção, o autor nos faz conhecer melhor o Nordeste, seus problemas e o papel que o Exército desempenha na solução de suas grandes dificuldades.

O trabalho condensa o que foi apresentado pelo Ten Cel Antônio Cunha de Oliveira como experiência curricular na ECUME em 1985.

INTRODUÇÃO

A Região Nordeste do Brasil contém uma vasta área submetida periodicamente aos efeitos da seca. Constitui área estratégica, onde as atividades do nosso Exército, básicas e complementares, devem e podem atingir uma distribuição diferenciada da que se torna necessária em outras regiões do país.

A presença do fator adverso climático, entre outros, torna a meta do bem-estar social mais distante, enfraquece os laços de integração de numerosa parte da população e expõe-a às pregações extremistas, repercutindo assim, fortemente, na consecução dos objetivos nacionais perma-

nentes. É fácil observar, principalmente durante as fases críticas, o incremento de focos de tensão e dos conseqüentes riscos para a Segurança Nacional.

Essa atuação atípica do Exército abrange, entre outras, a colaboração na prevenção e no combate aos efeitos das estiagens, área de aplicação e interesse da Defesa Civil. Com coordenação e planejamento afetos ao Ministério do Interior (MINTER), sua fase executiva tem sido danosamente atingida por carências locais, pela má estruturação dos órgãos públicos, pela predatória aplicação dos recursos e pelos vícios e interesses políticos, dissociados dos objetivos e necessidades da comunidade.

É nessa fase de execução que tem sido valiosa e marcante a presença do Exército. No futuro, com certeza, novamente ele será solicitado a participar, de forma localizada ou, eventualmente, em missões de grande amplitude e dispersão, coroando tem ocorrido nos últimos anos. Para fazer face a essa possibilidade, é preciso analisar suas intervenções passadas, consolidar sua experiência e antever os problemas normalmente enfrentados.

O presente trabalho procura fornecer subsídios para essa atitude de antecipação, que poderá ser considerada no Planejamento Geral da Ação Militar. Para tanto, a partir de um quadro geral da atuação do Governo Federal no Polígono das Secas, ele apresenta a experiência do 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1º Gpt E Cnst), Grande Unidade (GU) do Exército Brasileiro sediada na cidade de João Pessoa (PB).

Dentre suas atividades, será abordada a participação no combate e prevenção aos efeitos das estiagens no Nordeste, especificando com mais detalhes suas últimas missões, por suas contemporaneidade e amplitude territorial e temporal. Paralelamente, destacam-se características do trabalho dos Batalhões de Engenharia de Construção, que os tornam aptos ao desempenho de atividades tanto no campo da segurança, como no campo do desenvolvimento.

Essa apreciação, assim como as sugestões que são apresenta-

das, poderão servir como subsídio para a decisão do Exército sobre o futuro da Engenharia de Construção no Nordeste, e ainda ao Comando da Grande Unidade, no desempenho de novas missões semelhantes.

O trabalho é também, na sua simplicidade, uma homenagem aos militares da Arma de Engenharia e do Quadro de Engenheiros Militares (QEM) que, de forma discreta, honesta e abnegada, realizam no sertão nordestino o princípio ideal da integração soldado-povo.

HISTÓRICO E FUNDAMENTOS

O Polígono das Secas no Nordeste do Brasil

Historicamente, o Nordeste tem sido caracterizado por possuir um grande espaço geográfico sujeito a calamidades periódicas, decorrentes de enchentes e de secas. Em 10 de fevereiro de 1951, o Governo Federal delimitou a área crítica de ocorrências de secas, que seria objeto de ações especiais, pois, à análise estatística do fenômeno, ali comprovava sua maior incidência. Através da Lei nº 1.348, uma área de 950.000km² passou a integrar o Polígono das Secas, que representa 61% da área do Nordeste, com dimensões equivalentes às da Região Sudeste e quase o dobro da área da Região Sul.

Cerca de metade da população nordestina vive no Polígono,

produzindo alimentos em quantidade e qualidade insuficientes, sob forma de produção pré-capitalista. O aspecto fundiário é caracterizado pelos extremos: o latifúndio estéril ou improdutivo e o minifúndio deficitário, produzindo apenas o mínimo para subsistência de seus proprietários, quando não ocorre crise climática.

Os camponeses sem terra e os minifundiários são os que mais sofrem quando sobrevém a seca. As propriedades não possuem condições que permitam enfrentá-la, ocorrendo então o desemprego, a fome e a falta de água, até para o consumo humano. A débil economia regional é rudemente atingida, com reflexos no campo político e psicossocial.

Na década de 70, observou-se que a natureza ampliara a área do Polígono. A grande seca de 1979/83 ocorreu numa área de 1.442.000 km² e, em 1.100 municípios, 21 milhões de pessoas sofreram suas consequências.

A par desse recrudescimento do fenômeno e da conjuntura econômica adversa do país, observou-se a proliferação de focos de tensão social, ativados pela miséria e pela fome mas, também, por políticos e pelo clero "progressista", gerando depredações e invasões de cidades e instalações públicas.

O quadro de carências não deverá sofrer profundas modificações a curto prazo, a não ser que algum fato notável venha a modificar o modo de planejar e executar políticas no país. As eli-

tes devem estar, assim, cientes de que o futuro reserva para a região a ocorrência de situações ainda mais tensas e críticas.

Área geoestratégica importante, com considerável parcela de fundamentos do Poder Nacional (povo e território), permanece submetida a forças desagregadoras, resultantes de óbices de natureza física, econômica e social. Agravando o quadro adverso, observa-se a evolução histórica dos problemas, a influência estimuladora ao consumo por parte dos meios de comunicação, a divulgação de idéias e opiniões na maioria desfavoráveis ao Poder Central e a insatisfação crescente com um padrão de vida abaixo do mínimo necessário ao ser humano, com consequências terríveis para as gerações que nascem e crescem sofrendo os efeitos da seca.

A atuação do Governo Federal

Em 1956, utilizando técnicos pertencentes aos quadros do Banco do Nordeste do Brasil (BND), foi organizado um grupo de trabalho para apresentar as linhas gerais da política do Governo Federal no Nordeste. Sua proposta conduziu à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), através da Lei nº 3.692, de 15/12/59.

A SUDENE desenvolve um largo espectro de atividades voltadas para o desenvolvimento regional, concretizadas através de Programas Especiais. Algumas delas visam à prevenção dos efei-

tos das estiagens, como a irrigação, a construção de açudes e poços artesianos e a perenização de rios.

Através do Programa de Emergência, é regulada sua participação no combate aos efeitos da seca. Em 1963, foi criado o Fundo de Emergência e Abastecimento do Nordeste (FEANE), que assegura recursos para uma reação imediata. Todo o programa obedece atualmente às diretrizes do Ministério do Interior (MINTER), que planeja todas as atividades de Defesa Civil no Brasil. Na estrutura da SUDENE, existe uma Coordenação Regional de Defesa Civil (CORDEC/NE) que, em ligação com órgãos similares nos Estados, promove a assistência às populações rurais.

O objetivo de integração das ações está presente na constituição do Conselho Deliberativo, onde têm assento os Governadores estaduais, representantes dos Ministérios Civis e de Autarquias, de instituições e empresas públicas federais, como o DNOS, DNOCS, BNH, CHESF e EMFA, entre outros. A partir de agosto de 1985, decreto presidencial incluiu, no Conselho, representantes das classes produtoras e trabalhadoras, indicados pelas respectivas confederações nacionais.

A SUDENE, após uma fase de subordinação direta à Presidência da República, trabalhando com Plano Diretor próprio, integrou-se ao MINTER, perdendo parte de sua grande autonomia administrativa, com reflexos no volume e na aplicação dos recursos que re-

cebe. É um órgão essencialmente de planejamento e coordenação, possuindo algumas empresas que operam em atividades específicas. De modo geral, delega a execução a órgãos federais e estaduais, mediante convênios. Dentre esses, destacam-se o DNOCS, a CODEVASF, o Ministério do Exército e as Secretarias de Estados, nas atividades voltadas diretamente para enfrentar os problemas das estiagens.

A participação do Exército Brasileiro

Por delegação, o Comandante do 1º Gpt E Cnst representa o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) no Conselho Deliberativo da SUDENE. Desde sua criação, a Grande Unidade (GU) tem firmado convênios com aquela Superintendência, para execução de obras e serviços.

A sede do Comando da GU localiza-se em João Pessoa (PB) e, através dos anos, suas peças de manobra deslocaram suas sedes, até atingir a articulação atual, com quatro Batalhões de Engenharia. As modificações resultaram das missões recebidas e, na Fig. 1, é apresentado o seu dispositivo atual e o do passado.

A história da GU entrelaça-se, desde sua criação, com as atividades no campo do desenvolvimento e da Defesa Civil. Conforme decreto de criação (Decreto nº 37.221, de 27/04/55), sua missão é a construção de obras rodoviárias e contra as secas.

As ações políticas de Café Fi-

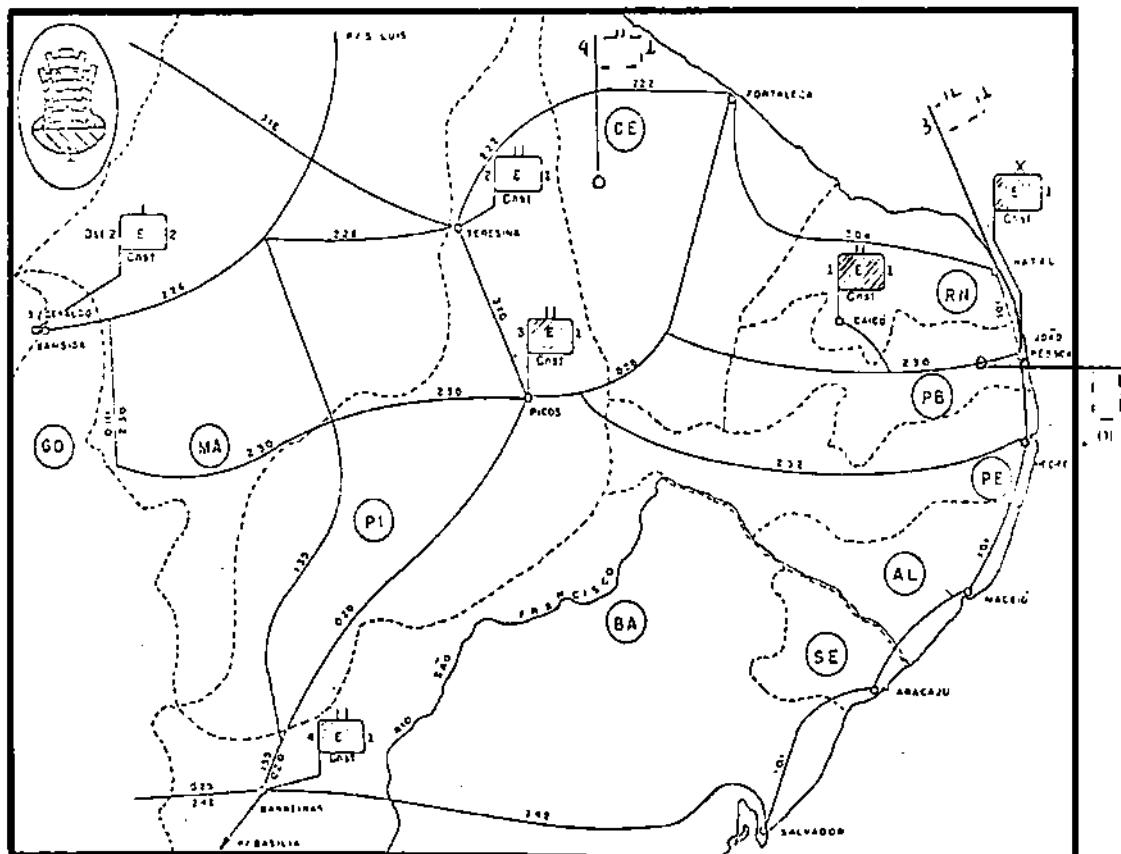


Figura 1. Dispositivo do Gpt E Cnst.

(1) Batalhão de Serviços de Engenharia , extinto para dar lugar à criação do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, de Porto Velho (RO).

Iho e José Américo de Almeida, que se efetivaram neste decreto, foram inspiradas no notável desempenho da Engenharia Militar na construção do Tronco Ferroviário Sul e na sua potencialidade para colaborar nas atividades governamentais no Nordeste.

Daqueles dias até hoje, variou o número de unidades integrantes, em função das novas conjunturas e prioridades da área ou do país. Em linhas gerais, a GU viveu, sob o aspecto do tipo de missões predominantes, uma primeira fase, ferroviária; seguiu-se a fase rodoviária e, a partir da década de 80, destacaram-se as obras hídricas.

A construção de grandes, médios e pequenos reservatórios de água permeou todos os períodos e caracteriza a participação da GU na prevenção e no combate aos efeitos das secas. A quantidade de obras oscilou, a cada ano, em função das prioridades políticas, do quadro climático e da disponibilidade de recursos dos órgãos públicos.

Os resultados obtidos têm apresentado, assim, incremento ou redução, pois a atividade é condicionada pela participação a nível de execução, não cabendo à GU influir no seu planejamento político. Esteve, no entanto, sempre presente, adestrada e aprestada, pronta para atender às solicitações de colaboração que lhe foram encaminhadas. Ao mesmo tempo, suas missões militares básicas, de adestramento de quadros e formação de reserva, não sofreram solução de continuidade.

Observa-se assim que, além das participações eventuais de outras Unidades militares, por ocasião de calamidades públicas ou nas operações cívico-sociais, existe uma atuação permanente do Exército Brasileiro, através do 1º Gpt E Cnst, em épocas normais ou de crises.

DESEMPENHO DA GU NAS MISSÕES NÃO-EMERGENCIAIS

Caracterização das Missões

Independente de o quadro climático caracterizar ou não um período de seca, a GU executa trabalhos preventivos, em função dos recursos existentes e de solicitações de órgãos públicos. São obras enquadradas nos programas da SUDENE ou de governos estaduais, objetivando o fortalecimento da infra-estrutura hídrica, nos setores de abastecimento de água, irrigação ou perenização de rios temporários. Sua execução obedece aos projetos recebidos e às cláusulas dos respectivos convênios que são firmados com os órgãos interessados.

Nessas missões, há reduzida alocação de mão-de-obra não-especializada, predominando a utilização de equipamentos do acervo de cada Batalhão de Construção. Essa característica, aliada ao intercâmbio com estruturas similares de construção e à participação de oficiais e sargentos em cursos de especialização, tem permitido que a GU acompanhe a evolução das técnicas construtivas, correspondendo às expectativas, com

trabalhos de boa qualidade técnica, executados nos prazos previstos e a custos adequados.

A localização das obras em cada Estado acentua o aspecto de pioneirismo, situando-se em áreas inóspitas e de difícil acesso, que não despertam o interesse de empresas privadas ou implicariam investimentos mais elevados, se sua execução lhes fosse atribuída.

Acervo de realizações

O Quadro 1 apresenta um resumo das principais obras não-emergenciais realizadas. Observa-se, no caso dos açudes, uma larga faixa de capacidade de acumulação de água, caracterizando uma experiência diversificada em obras com maciço de terra e/ou concreto.

A maioria das obras foi construída com recursos da SUDENE e do DNOCS. Nos últimos anos, outros órgãos, como o INCRA e os Governos estaduais, também têm realizado convênios para execução de serviços.

DESEMPENHO DA GU NAS MISSÕES EMERGENCIAIS

Caracterização das Missões

Através dos dados pluviométricos, do acompanhamento das culturas agrícolas e do volume de água armazenado nos açudes, a SUDENE possui elementos que lhe permitem configurar, em uma

ou mais regiões, a situação crítica de seca. Normalmente, ela assessora o MINTER, que declara, oficialmente, o estado de emergência e a área passa a contar com ações especiais imediatas.

Os sintomas mais visíveis do quadro são o desemprego crescente, a falta de água para todos os fins, a especulação nos preços dos gêneros alimentícios e, por fim, a fome. Pelas estradas, e nas sedes municipais, vagam centenas de pessoas sem rumo certo, à cata de alimentos e água. Na fuga do campo, os mais destemidos migram para outros Estados, principalmente os jovens. Na área permanece uma multidão, presa fácil de aproveitadores e políticos em busca do poder.

As ações especiais de natureza emergencial, normalmente acionadas pela SUDENE, incluem o abastecimento de água com carros-pipa, a oferta de emprego, a venda de alimentos a preço de custo e benefícios referentes ao pagamento de dívidas ou impostos – essa última medida é de pouca ou nenhuma valia na situação da massa rural atingida.

Desde o descobrimento do Brasil, foram levantados 72 períodos de estiagem com amplitude territorial e duração variáveis. Conforme já referido, esses parâmetros vêm crescendo nos últimos anos.

Em 1962, houve a primeira aplicação no Plano de Emergência da SUDENE, numa pequena estiagem que atingiu áreas restritas dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ala-

Quadro 1. Obras não-emergenciais (resumo).

Obras	Órgão conveniente	Locais	Volume (milhões de m ³)
1. Açudes			
Caldeirão de Parelhas	DNOCS	Parelhas – RN	5,7
Curimatá	DNOCS	Barra de Stª Rosa – PB	6,0
Marechal Dutra	DNOCS	Acari – RN	57,5
Pinga	GOV RN	Cerro Corá – RN	4,0
imbé	SUDENE	Nova Floresta – PB	1,6
Tourão	SUDENE	Patu – RN	9,1
Boq Cais	SUDENE	Cuité – PB	16,0
Mamão	GOV RN	Equador – RN	1,2
Emparedado	SUDENE	Campo-Maior – PI	5,0
Soizão	SUDENE	Oeiras – PI	2,0
Broco	GOV CE	Tauá – CE	17,5
Tiririca	SUDENE	Jaicós – PI	4,5
Umari	SUDENE	Crato – CE	28,7
Riacho do Padre	SUDENE	Padre Marcos – PI	2,2
Saco do Belém	INCRA	Stª Quitéria – CE	5,5
Jaburu	GOV CE	Independência – CE	66,0
Vídeo	GOV PB	Conceição – PB	6,1
Quixadá	SUDENE	Pio IX – PI	3,7
Açude Bocaina	SUDENE	Bocaina – PI	160,0
2. Perforação e instalação de poços	SUDENE	Várias localidades do Nordeste	
Total: 594	GOV PB	Paraíba	
3. Abastecimento de cidades	SUDENE	Altos – PI	
	SUDENE	Itaueira – PI	
	SUDENE	Floriano – PI	
	SUDENE	Acari – RN	
	SUDENE	Pocinhos – PB	
	SUDENE	Crateús – CE	
4. Canais de irrigação	DNOCS	Tauá – CE	

goas, Sergipe e Bahia. Sua importância residiu no fato de estabelecer uma estratégia única, planejada e coordenada por um órgão especialmente criado para enfrentar esse tipo de contingência.

No entanto, a estratégia aplicada, como no passado, foi a criação de "frentes de trabalho", complementada com a venda de gêneros alimentícios e distribuição de água, visando deste modo uma assistência mais humana aos flagelados. As principais críticas levantadas contra a "criação das frentes" de trabalho foram: o deslocamento da população para locais distantes de suas terras; a exigência de um desempenho ao qual não estava o homem habituado; a execução de obras e serviços sem efeito definitivo ou duradouro; a interferência de políticos; os desvios de recursos; a injustiça na seleção dos alistados e a remuneração sem trabalho.

Desde o início, caracterizava-se o hiato entre o planejamento e a execução, realizada em áreas distantes do interior, com dificuldades de locomoção e comunicações e, muitas vezes, administrada por estruturas públicas inaptas ou corrompidas. O crescimento, nas décadas seguintes, do número de alistados em cada período crítico veio a agravar e salientar esse quadro, passando as "emergências" a representar, perante a opinião pública, uma atitude improdutiva e um ato vicioso.

Desde 1958 que o 1º Gpt E Cnst atua neste tipo de trabalho.

Com pequenos efetivos e restrito às áreas de atuação de alguns dos seus batalhões, procurou manter-se dentro de um padrão de atuação compatível com as tradições da Instituição a que pertence. Suas "frentes de trabalho" eram então formadas ao longo dos eixos rodoviários em construção, e a mão-de-obra aplicada na construção de pequenos açudes ou na conservação de estradas. A administração das frentes era encargo, em princípio, das companhias de construção ou residências existentes na área.

A Seca de 1976/77

Dados gerais

A crise desse período teve início em Irecê (BA) e, a partir dessa região, espalhou-se por todos os Estados, atingindo 847 municípios, com uma área de 940.930 km², ou seja, uma área equivalente à do Polígono das Secas, definido em 1951.

Convocada pela SUDENE, a GU firmou convênio e, em março de 1976, determinou ao 3º BEC o início de sua participação na Operação Emergência. Por sua localização, em Picos (PI), aquela Organização Militar (OM) atua em áreas críticas dos Estados do Piauí e Ceará, possuindo uma experiência e uma tradição ímpares neste tipo de atividade. Sem prejuízo de suas missões militares e de construção de trechos das BR-020 e BR-230, participou decisivamente da ação emergencial. Sua articulação e seu desempenho foram, sem dúvida, o em-

brião que permitiu mais tarde atuações de maior vulto.

O trabalho foi executado segundo a estratégia tradicional das "frentes de trabalho", mas a Unidade procurou dar um cunho próprio à missão, executando muitas obras e serviços que, apesar de suas pequenas dimensões, foram de grande utilidade para a população.

Forma de atuação

Em Picos, na sede da OM, funcionou um Centro de Coordenação e Controle (CCC), que implantou Residências Especiais de Emergência (REE), conforme apresentado na Fig. 2. A área de atuação abrangia o Sudeste do Estado do Piauí.

Seu efetivo de alistados chegou a 18.645 pessoas, aos quais a OM também distribuiu cestas básicas alimentares, preparadas com gêneros remetidos pela SUDENE, promoveu vacinação e realizou vistorias médicas diárias. Com apoio do MOBRAL e das prefeituras, implantou, até, um programa de alfabetização, realizado nos canteiros de obras e nas cidades.

As "frentes de trabalho" tinham um efetivo médico de 1.000 a 1.500 pessoas, que construíam barracas com material da região para moradia e local de confecção de alimentos. Para cada turma de trabalho (26 homens) era alouada uma mulher alistada, encarregada de preparar as refeições.

Conforme previa o Plano de Emergência da SUDENE, os alis-

tados recebiam o salário mínimo regional, sendo pago em parcelas a cada 10 dias e um quarto do valor recebido em gêneros alimentícios. Para toda essa atividade, a Unidade destacou nove oficiais, 21 sargentos, nove cabos, 14 soldados e 218 civis contratados.

Resultados obtidos

Além de atender ao objetivo de gerar empregos e reduzir a tensão social da área, foram obtidos os seguintes resultados: construção de 37 pequenos açudes; 108 fossas sépticas; quatro escolas municipais; cinco casas populares; poços profundos e reservatórios para abastecimento de 10 localidades; recuperação de vias e prédios públicos e implantação de 513 escolas (salas rústicas), com 12.790 matrículas e 7.092 adultos alfabetizados.

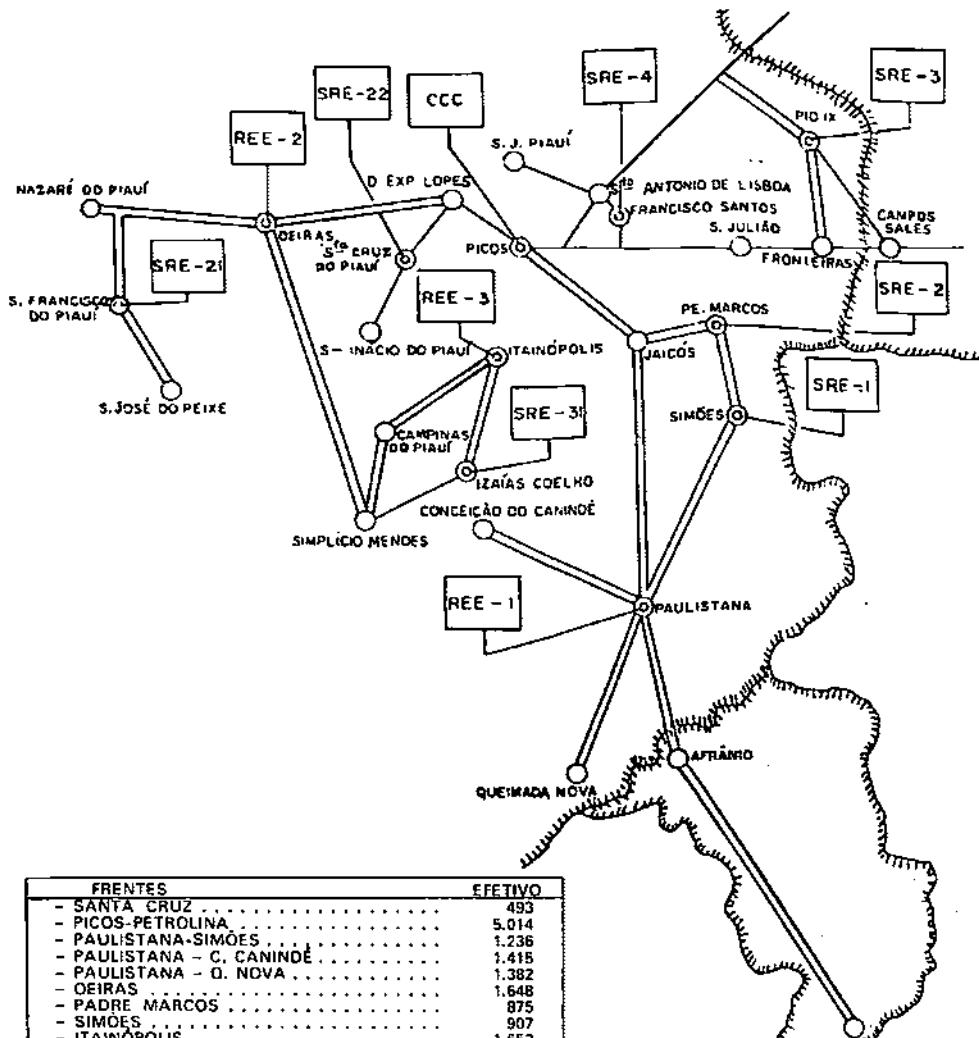
A aplicação predominante da mão-de-obra foi na conservação e melhoramento de estradas, principalmente na BR-407, trecho Picos – Petrolina.

A Grande Seca de 1979/83

Configuração geral da área de seca

A última seca caracterizou o período mais sério do fenômeno periódico. Nunca a área abrangida fora tão vasta, nem tantos tinham sido atingidos. Nas fases críticas, finais dos anos de 1981 e 1983, o efetivo atendido diretamente pelo programa de emer-

Atuação do 1º Gpt E Cnst nas estiagens do Nordeste



FRENTES	EFEITIVO
- SANTA CRUZ	493
- PICOS-PETROLINA	5.014
- PAULISTANA-SIMÕES	1.236
- PAULISTANA - C. CANINDE	1.415
- PAULISTANA - O. NOVA	1.382
- OEIRAS	1.648
- PADRE MARCOS	875
- SIMOES	907
- ITAINÓPOLIS	1.652
- IZAIAS COELHO	735
- PIO IX	1.393
- SÃO FRANCISCO	650
- FRANCISCO SANTOS	964
* TOTAL	18.354

Figura 2 3º BE Cost – dispositivo de emergência.

gência chegou a 1.100.000 e 2.000.000 de pessoas, respectivamente.

O número de municípios atingidos chegou a 1.126, englobando uma área de 1.442.000 km² (85,6% do NE), onde habitam cerca de 60% da população regional. Uma ampliação, portanto, da ordem de 50% na área do polígono de secas.

Novas estratégias do MINTER/SUDENE

A estratégia inicial no período foi uma repetição da que já vinha sendo aplicada em períodos anteriores. A necessidade de introduzir modificações que corrigissem algumas falhas já apontadas, levou a SUDENE, em 1979, a adotar a oferta de emprego a nível de propriedade, ou seja, as pessoas permaneciam trabalhando nas terras onde viviam ou nas proximidades, sob administração dos proprietários de terra. O resultado observado foi, na maioria dos casos, o pagamento indiscriminado de salários.

A partir de 1981, com o fracasso das estratégias anteriores, deu-se início a uma tentativa de aplicar mão-de-obra em serviços comunitários, sob administração das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural dos Estados (EMATER). As dificuldades dessas empresas, decorrentes das limitações de suas estruturas e da interferência de políticos, conduziram no entanto apenas ao alistamento e pagamento de salários, com reduzido efeito na construção de

obras, ao aumento da tensão social em algumas regiões, a denúncias de irregularidades e a um quadro de total descrença na ação do Governo federal.

As chuvas do início de 1982 vieram a propiciar uma redução das pressões e permitiram que a SUDENE efetuasse, no mês de março, a desativação total das "frentes".

Reconhecia-se, no entanto, que dentro de poucos meses seria novamente necessário reativar a oferta de emprego, o que de fato ocorreu, já no mês de julho. No tempo disponível, a SUDENE elaborou uma nova estratégia, cuja aplicação permaneceu até 1984.

Inicialmente procurou-se dar uma conotação diferente às "emergências", inclusive no vocabulário utilizado. Tratava-se de ofertar emprego em áreas críticas, inscrevendo trabalhadores em número limitado, sem formação de "frentes de trabalho". As áreas foram denominadas "bolsões de seca" e nelas seriam realizadas obras de interesse das comunidades, conforme estudos já existentes nas Secretarias de Obras dos Estados e na SUDENE. A previsão inicial foi de que 180 municípios em todo o Nordeste receberiam esse apoio, com um efetivo de 300 a 500 pessoas em cada um. A essa nova estratégia deu-se o nome de Programa de Obras Públicas (POP).

A intenção de corrigir falhas do passado e de compatibilizar as pressões dos governos estaduais com a conjuntura econômica do país pode ser notada nas Diretri-

zes Gerais do Programa, expedidas em maio de 1982, que estabeleciam:

Quanto às obras:

- execução de obras de pequeno e médio portes;
- obras de natureza hídrica e comunitária;
- absorção de mão-de-obra não-qualificada.

Quanto à mão-de-obra:

- seleção rigorosa de pessoas carentes da área rural;
- controle de efetivos e da freqüência ao trabalho;
- pagamento de salário fixado pelo MINTER (da ordem de 50% do salário mínimo).

A divulgação das novas diretrizes não despertou, no início, o interesse dos Estados em administrar o Programa. O rígido controle das vagas, a seleção dos locais, o pagamento de salário reduzido, a expectativa de pequenos recursos a administrar e o custo de atuação dispersa foram características novas que, sem dúvida, desestimularam muitos Estados, pois implicaria arcar com o ônus político de medidas rígidas e sem grandes atrativos eleitorais. Mais tarde, após a implantação do Programa e com a ampliação dos efetivos e das áreas de atuação, surgiu novamente o interesse.

A missão do 1º Gpt E Cnst

Para a implantação do novo programa, a SUDENE novamente

solicitou, em junho de 1982, a colaboração do grupamento para que, se possível, assumisse o encargo total em todas as áreas. A antevisão da dimensão que a missão poderia assumir, sua dispersão nos Estados e as missões da GU em andamento levaram o Comando a aceitar uma participação parcial, ao lado do DNOCS e da CODEVASF. Como esses órgãos federais só aceitaram participar em áreas próximas de suas instalações e a SUDENE necessitava da presença da GU nas áreas de maior tensão, a parte mais crítica do trabalho ficou a cargo do órgão militar.

A missão foi caracterizada, então, pelo deslocamento de equipes para diversos Estados, a partir das sedes das OM, inclusive do próprio Comando, para implantar o programa nos municípios, à medida que a SUDENE autorizava o início dos trabalhos. A previsão inicial do número de municípios e dos efetivos ultrapassou, a cada mês, qualquer estimativa.

Estruturação da GU

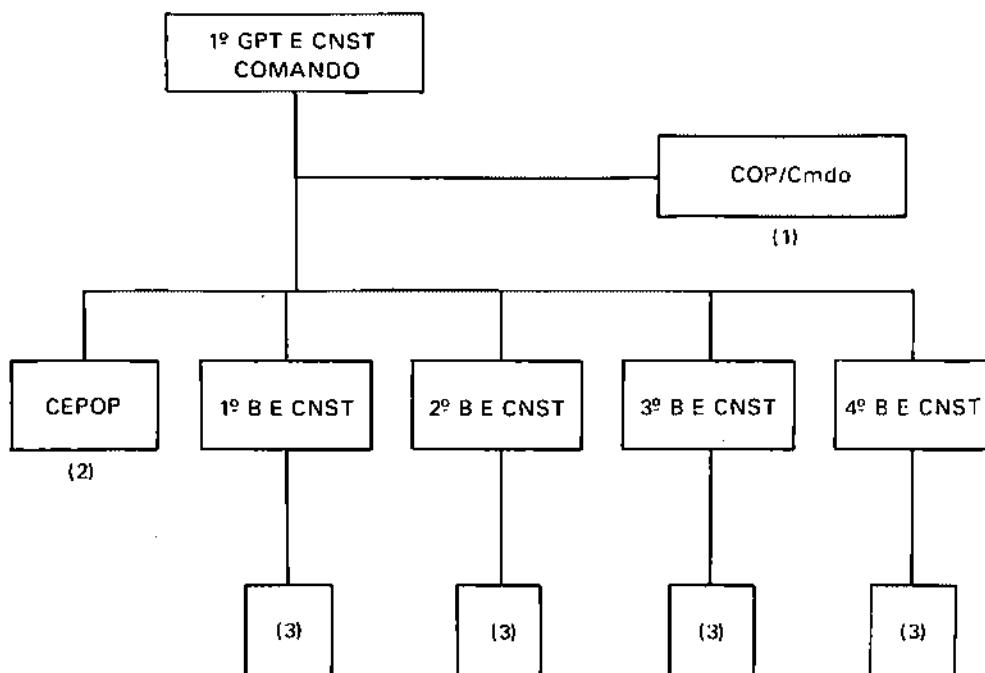
Configuração geral

Respalдado pela experiência de intervenções anteriores e considerando a hipótese de atuação global, com aplicação de todas as suas unidades, o Comando decidiu criar uma coordenação geral (COP/Cmdo), que centralizava seu controle sobre estruturas similares nos Batalhões. A necessidade

de fazer frente a obras que exigiam maiores cuidados técnicos priorizou a existência de assessorias técnicas, exercidas por oficiais do QEM, em todos os esca-

lões, até a nível das residências especiais.

O organograma geral da estrutura teve a seguinte configuração (Fig. 3):



(1) Coordenação geral do programa ao nível da GU

(2) Coordenação especial ao nível da GU, para as áreas diretamente administradas

(3) Coordenação ao nível de cada unidade

Figura 3. Organograma geral.

Características funcionais

(1) A existência de uma coordenação geral, a nível de assessoria do Comando da GU, com as seguintes atribuições principais:

- Estabelecer contatos com a CORDEC/SUDENE.
- Executar o planejamento e elaborar normas para todas as atividades.
- Elaborar os planos mensais de aplicação de recursos.

- Elaborar os relatórios de acompanhamento.
- Assessorar o Comando sobre a atuação das unidades.
- Orientar as unidades sobre as normas do programa e sua evolução.
- Orientar a execução e a escolha das obras e consolidar as informações sobre seu andamento.

Cabe observar que, durante a missão, foram elaboradas notas de instrução sobre aplicação de recursos e prestação de contas e Normas Gerais de Ação, abrangendo as atribuições de todos os militares e civis, desde as coordenações até os encarregados de obras.

- (2) A participação, na execução, de todos os Batalhões, além de uma estrutura similar do Comando, que também administrará áreas de trabalho.
- (3) A existência, em todos os níveis, de seções técnicas encarregadas dos projetos e execução das obras. Até a nível da unidade, sua chefia era exercida por oficiais do OEM e, nas residências especiais, por engenheiros civis contratados.

Características particulares

A nível das unidades, as coordenações implantaram, em suas áreas de atuação, residências es-

peciais e/ou sub-residências; as primeiras, chefiadas por um oficial e, as últimas, por graduados. Em função dos condicionamentos impostos pela área, pelos efetivos de inscritos e pelos recursos disponíveis, observou-se dois tipos básicos de estruturas destacadas:

Tipo 1 - residências localizadas nas companhias de construção, fora da sede;

Tipo 2 - residências isoladas, instaladas em imóveis cedidos ou alugados.

O primeiro tipo, apoiado em uma estrutura semipermanente e dotada de maiores recursos, foi, sem dúvida, o tipo ideal para o trabalho. As residências de Tauá e Várzea Alegre, no Ceará, representaram modelo de atuação, pela organização, controle e resultados obtidos. Na maioria dos casos, no entanto, foi aplicado o segundo tipo, obrigando comandos e comandados a exercitarem seu potencial de criatividade e flexibilidade, de forma a obter sucesso na missão e manter os indispensáveis controle e coordenação.

Área de atuação e efetivos

A área de atuação atingiu 217 municípios, em seis Estados do Nordeste. O efetivo de inscritos chegou a quase 600.000 pessoas, sendo a participação do sexo feminino da ordem de 20%.

O Quadro 2 apresenta a evo-

Atuação do 1º Gpt E Cnst nas estiagens do Nordeste

Quadro 2. Evolução mensal da área de atuação e dos efetivos.

Ano	Mês	Nº de municípios	Efetivo inscrito
1982	Julho	03	1.100
	Agosto	21	6.698
	Setembro	90	19.462
	Outubro	90	43.077
	Novembro	131	66.837
	Dezembro	172	99.649
1983	Janeiro	179	133.904
	Fevereiro	183	160.384
	Março	193	205.321
	Abril	157	236.807
	Maio	185	225.647
	Junho	186	280.322
1984	Julho	217	286.583
	Agosto	217	338.786
	Setembro	217	385.304
	Outubro	217	497.171
	Novembro	217	528.394
	Dezembro	217	551.731
1984	Janeiro	217	556.082
	Fevereiro	215	578.246
	Março	215	613.034
	Abril	171	447.997
	Maio	155	78.128

Quadro 3. Distribuição geral do efetivo de inscritos (março de 1984).

OM	UF	Municípios	Efetivo
1º GPT E CNST	PB	11	7.682
Comando	PE	16	55.768
1º B E CNST	PB	64	139.106
	RN	32	68.942
2º B E CNST	PI	36	128.005
3º B E CNST	PI	10	51.113
	CE	16	139.675
4º B E CNST	BA	32	22.563
Total		217	613.034

luição do efetivo total a cada mês; no Quadro 3 observa-se a distribuição do efetivo no mês mais crítico, por OM e por Estado. O Quadro F destaca a área de atuação da GU e de suas unidades.

Algumas características permitem compreender melhor a dimensão da missão:

Características da área:

- grande amplitude, dispersão dos municípios e grandes distâncias envolvidas;
- dificuldades de acesso às obras no interior dos municípios;
- engloba as regiões de menor desenvolvimento do Nordeste;
- abrange os municípios de menor precipitação pluviométrica;
- contém os focos de maiores tensões sociais, de tradicionais disputas políticas e de atuação de opositores ao Governo federal.

Características dos efetivos humanos:

- grandes vazios demográficos na Bahia e no Cariri paraibano, com pequeno número de inscritos, dispersos em obras distantes entre si;
- grande concentração nos Estados do Ceará, Piauí, Oeste da Paraíba e Rio Grande do Norte;
- aumento do efetivo ocasionado também pelo retorno

de migrantes do Sul do país;

- existência de grande número de famílias sem chefe do sexo masculino (viúvas da seca), obrigando a SUDENE a autorizar a inscrição de mulheres.

Atividades decorrentes da Missão

Os militares e civis destacados desempenhavam algumas atividades básicas, conforme as diretrizes do programa e normas da GU. Elas foram desencadeadas em cada município, à medida que o município era incluído no programa, e caracterizam o esmero da GU no cumprimento da missão, que inclui:

- reconhecimentos iniciais das obras e instalações;
- seleção de inscritos, sua documentação e alocação nas obras;
- organização do canteiro de obras;
- distribuição e controle de ferramentas;
- fiscalização e condução dos serviços;
- controle de freqüência;
- pagamento dos inscritos e contratados.

O critério de evitar a formação de "frentes de trabalho", com os inconvenientes já citados, levou à abertura de um grande número de obras, com efetivos variando entre 300 e 500 pessoas, algumas destinadas exclusivamente ao emprego de mulheres.

A partir de 1979, o MINTER estipulou um salário correspondente a 50% do salário mínimo regional. O regime de trabalho, nas diversas fases do programa, variou entre 30 e 35 horas semanais, para os homens; para as mulheres, foi de 20 horas por semana.

Apoio administrativo

Pessoal

A GU sofreu, durante toda a atividade, restrições para alocar o necessário número de militares no programa. Estas restrições decorriam de claros no efetivo, da existência de obras em convênio com diversos órgãos, das missões tipicamente militares e das atividades burocráticas das unidades. Para reforçar o efetivo destacado e destinado à execução de atividades específicas, principalmente aquelas que não envolviam manuseio de recursos financeiros, foram contratados oficiais e sargentos da reservá, além de grande número de civis. Conforme se observa no Quadro 4, esse efetivo complementar chegou a 3.056 pessoas, nas diversas funções existentes.

A contratação de civis permitiu formar e aperfeiçoar mão-de-obra qualificada nos municípios, mediante a orientação direta e diária dos militares. Representou uma experiência bastante positiva em seus resultados, sendo notável o interesse e a dedicação de muitos jovens engenheiros, datilógrafos, encarregados de obras e

motoristas, entre outros. O relacionamento cordial entre civis e militares e o respeito mútuo resultante foram aspectos significativos.

Outra experiência bem-sucedida foi resultante da colaboração recebida de Unidades do IV Exército, em determinada fase da operação, através de graduados oriundos de diversas armas e serviços. Essa participação representou uma rara oportunidade de integração, com saldo positivo para todos.

O detalhamento dos efetivos é apresentado no Quadro 4.

Apoio logístico

O suprimento de material foi uma operação complexa, pois envolveu grandes quantidades de itens, aplicação volumosa de recursos e distâncias unidades-residências entre 300 e 600 km.

O transporte era realizado na forma que garantisse maior rapidez, utilizando viaturas próprias, alugadas ou dos fornecedores. Dentre os itens adquiridos, destacavam-se: material de escritório (permanente e de consumo); combustível e lubrificantes; material de construção; ferramentas; viaturas; equipamento de rádio; instrumentos de topografia (teodolito, níveis etc.).

O suprimento de combustível era garantido pelos depósitos das OM, quando as áreas de atuação ficavam a pequena distância. Na maioria dos casos, no entanto, foram estabelecidos contratos com postos civis, instalados em pon-

Quadro 4. Administração do programa. Efetivo.

Situação	Posto/Graduação Organização	COP CMDO	CEPOP	1º BEC	2º BEC	3º BEC	4º BEC	Soma
Militares (ativa)	Oficiais	01	03	11	01	10	01	27
	ST E SGT		14	19	20	28	09	90
	CB E SD		07	13	26	36	07	89
Militares (reserva R/1 e R/2)	Oficiais	01	01	07	03			12
	ST E SGT		06	13	01			20
	CB E SD			06				06
Civis contratados	Eng. Civis		09	20	08	11		48
	Eng. Agron. e Geol.		06	09			01	16
	Técnicos		25	249	105	37	18	434
	Topógrafo		07	07	07	06	02	29
	Aux. Topógrafo		10	12				22
	Dat./Aux. Escritório	01	98	165	102		16	382
	Desenhista		04	03	01			08
	Ch. Setor Adm.						01	01
	Motorista	01	50	106	30		30	217
	Sv. Gerais		48	190	64	215		517
	Enc. de Obras		185	495	394		250	1.324
Funcionários civis	-	-	-	02	16	02	-	20
Total – Militares: 244 Civis: 3.018								

tos-chave, que garantiram o abastecimento para determinada área de trabalho.

A manutenção das viaturas também conjugou os meios orgânicos e civis. Dessa forma, foi possível que cerca de 700 viaturas, principalmente carros-pipa, estivessem sempre em disponibilidade para atender às necessidades de transportes.

O pagamento de inscritos foi outra atividade que mereceu atenção especial. Envolvia um complexo fluxo, que tinha origem no debate mensal e na aprovação do "Plano de Trabalho e Aplicação de Recursos". Através da COP/Cmdo, a GU estabelecia os necessários contatos e, após a aprovação do plano, discriminava a distribuição direta dos recursos entre as unidades.

Conforme apresentado na Fig. 5, começava então uma série de transferências bancárias, que chegavam até a nível das sub-residências e, por fim, às mãos de 610.000 pessoas, em 217 municípios. Desde o início do programa, contornando uma série de dificuldades, procurou-se suprimir o pagamento em espécie e, na fase final, cerca de 90% dos recursos eram pagos pelas agências bancárias.

Comunicações

A dispersão no terreno e o grande fluxo de informações levou à implantação de uma rede de rádios de grande confiabilidade. Cerca de 70 transceptores HF-SSB, em versões modernas, man-

tinham a ligação contínua entre todos os pontos importantes e eram recobertos, sempre que possível, pela rede de telefonia civil.

Além das informações referentes aos procedimentos administrativos de rotina, a rede propiciava condições para orientação aos subordinados, nas diversas situações excepcionais que ocorriam.

Atividades paralelas

Normalmente, a atuação da GU se encerraria com a oferta de emprego e a construção das obras públicas. A intensificação da crise, no entanto, conduziu a outras atitudes paralelas por parte da SUDENE e, novamente, houve pedido de colaboração.

Participação no Programa de Cestas Básicas Alimentares

O programa visava à complementação da assistência aos inscritos, mediante venda de gêneros alimentícios, a preço de custo, com recursos do FINSOCIAL. Os Estados receberam os recursos e entregavam as cestas, nos municípios, aos inscritos. Cabia à GU cooperar na última etapa, organizar a distribuição e efetuar os descontos correspondentes.

Essa atividade veio a sobre-carregar o esforço normal do pagamento, mas foi executada de forma correta, não tendo sido constatada qualquer perda ou desvios de recursos ou gêneros.

Atuação do 1º Gpt E Cnst nas estiagens do Nordeste

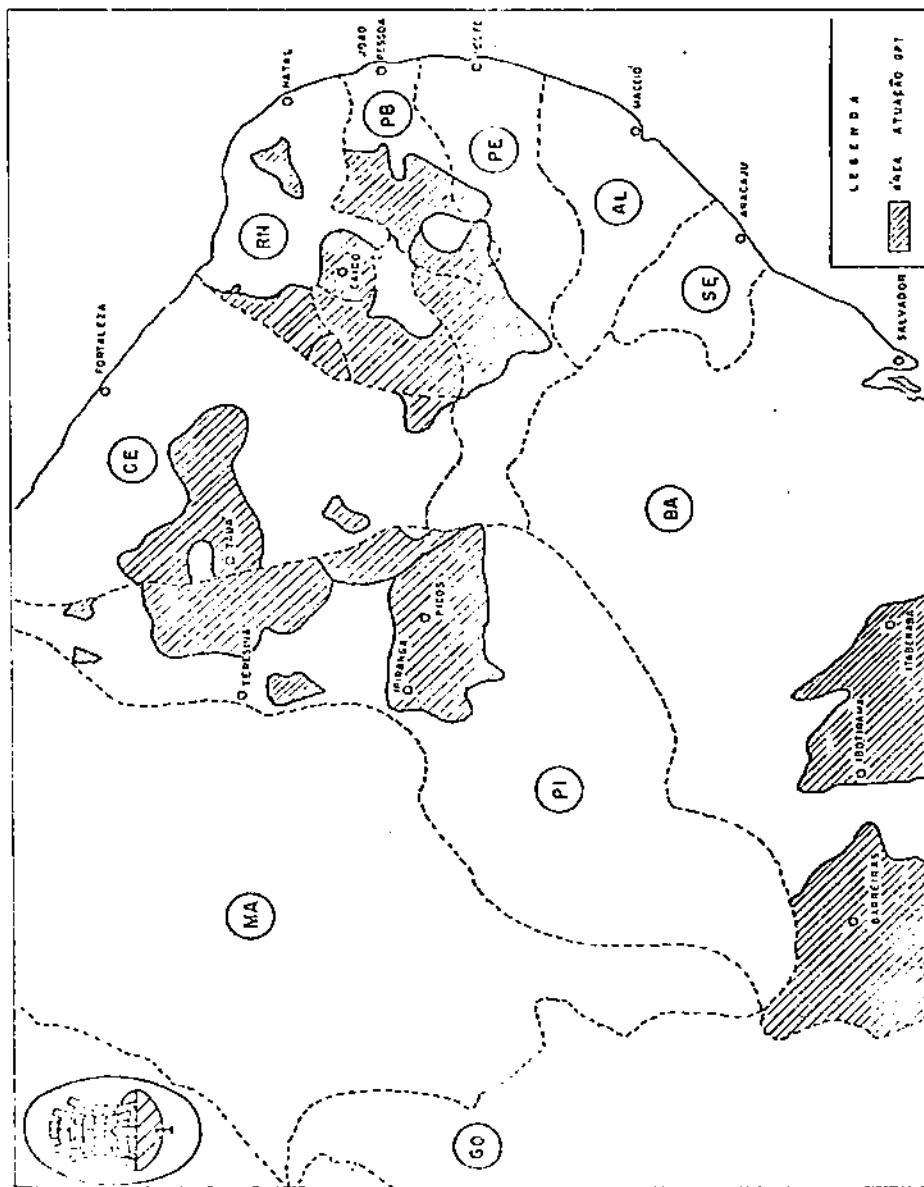
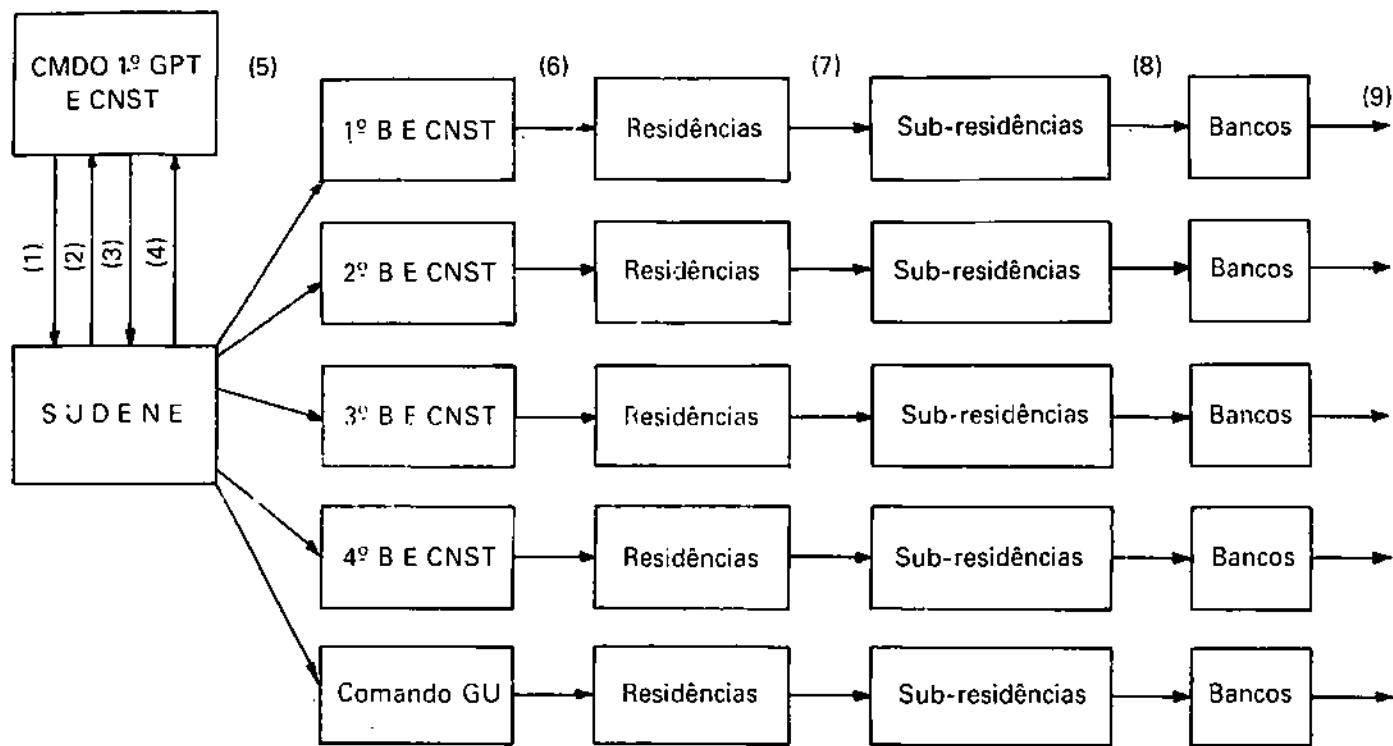


Figura 4. Programa de obras públicas. Área de atuação do 1º Gpt de Engenharia.



- (1) Remessa do Plano de Aplicação de Recursos
- (2) Aprovação do Plano de Aplicação de Recursos
- (3) Remessa do plano de distribuição
- (4) e (5) Remessa direta dos recursos
- (6) a (8) Transferências e depósitos
- (9) Pagamento dos inscritos

Figura 5. Fluxo de recursos.

Distribuição de água

A distribuição normal de água, a cargo da GU, destinava-se ao consumo das obras (compactação) e ao consumo dos inscritos. Essa distribuição representava, em todas as áreas, cerca de 700 a 1.000 carros-pipa por dia, locomovento em estradas e caminhamentos até as obras, distribuição dia a dia dificultada pelo progressivo afastamento dos locais de abastecimento.

A distribuição de água para as populações foi organizada pelos Estados, utilizando carros-pipa alugados com recursos da SUDENE. Os abusos e interferências políticas levaram a SUDENE a solicitar que, em alguns municípios, onde as distorções eram maiores e a população sofria as consequências, o 1º Gpt assumisse esta tarefa. Assim, em alguns municípios dos Estados do Piauí, Ceará e Bahia, o 2º, 3º e 4º BEC tiveram mais essa incumbência, aumentando os problemas já existentes.

Saúde e alimentação de crianças

Utilizando sua própria estrutura de saúde, as unidades executavam ações periódicas nas obras, atendendo a consultas e distribuindo medicamentos aos inscritos e às famílias. Foi uma iniciativa das próprias OM, que mais não fizeram devido à impossibilidade de conseguir medicamentos suficientes da Central de Medicamentos (CEME).

Em ligação com as prefeituras e com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), foram instaladas creches junto aos locais de trabalho das mulheres, com ensinamentos de hábitos de saúde e alimentação e distribuição de alimentos às crianças. Essa atividade, infelizmente, ficou restrita a alguns municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte, onde foi possível estabelecer ligações com a LBA.

Programa de Construção de Cacimbões

Em 1983, com a acentuada redução dos mananciais de água, a SUDENE implantou um programa para obter água a curto prazo, através dos chamados cacimbões. Apesar do tempo restrito disponível, pois logo a seguir veio a desativação total (março de 1984), e das dificuldades para obter-se material de construção nas áreas, foi possível concluir cerca de 1.800 poços, com êxito, o que muito representou para as vilas e distritos beneficiados.

Resultados obtidos

A partir de março de 1984, a ocorrência de chuvas levou a SUDENE a iniciar um plano de desativação das obras e consequente dispensa dos inscritos. A partir do Piauí, depois na Bahia e, finalmente, no mês de maio, nos demais Estados, foi dada por cumprida a missão da GU.

Essa desativação implicou planejamento e execução tão cui-

dadosos como a ativação. Desmobilizar um efetivo gigantesco, efetuar pagamentos, recolher material para as residências e depois para as OM exemplificam as atividades que, se não fossem bem coordenadas, poderiam até comprometer todo o trabalho já realizado.

Objeto especial de atenção do Comando foi o estado das obras. Aquelas que foram concluídas, em inaugurações simples mas representativas, foram entregues às prefeituras e comunidades, junto com projetos e dados de interesse para o futuro. As obras não concluídas foram relacionadas e, pela utilização conjunta de máquinas e mão-de-obra, tornou-se possível a utilização de uma capacidade parcial de acumulação de água. Medidas de segurança, como, por exemplo, os sangradouros, foram executadas, de modo a permitir a continuação das obras no futuro.

O acerto dessa medida comprovou-se logo a seguir, pois, estimulada por aquela possibilidade, a SUDENE liberou recursos imediatamente, de modo que, utilizando máquinas, a GU concluiu até o fim de 1984 uma série de obras importantes.

Os resultados obtidos podem assim ser sintetizados:

- restauração da ordem e da paz social nas áreas de atuação e prevenção de novas tensões;
- oferta de emprego que atendeu à demanda surgida e minorou as agruras das populações rurais;

- conhecimento detalhado por parte das OM da situação e problemas de grande área do Nordeste;
- elevação do conceito e do prestígio do Exército Brasileiro, pela honestidade, senso de justiça, urbanidade e espírito humanitário de seus representantes;
- integração entre militares e civis, contratados ou inscritos;
- destaque do seu trabalho, em comparação com o dos órgãos civis;
- implantação total ou parcial de cerca de 2.400 obras, dispersas em grande área do sertão e atendendo às necessidades de populações normalmente esquecidas pelos poderes públicos estaduais e municipais. O Quadro 5 apresenta uma síntese geral das obras, por tipo e localização.

Problemas principais

Alguns problemas, a nível do Comando da GU e de sua coordenação geral, não significaram óbices intransponíveis para a execução da missão, pois foi possível, em muitos casos, tomar provisões que reduziram seus efeitos. Mas devem, em outras missões, ser consideradas por ocasião do planejamento e dos contatos iniciais com a SUDENE, motivo pelo qual são citados:

Comparação entre as atitudes da GU e de outros órgãos

Quando a GU e outros órgãos

Quadro 5. Programa de obras públicas. Resumo geral das obras.

OM/UF	OBRAS					
	Em andamento			Concluídas		
	Açudes	Poços	Barreiros	Açudes	Poços	Barreiros
CMDO	PB	40	114	03	15	09
1º GPT	PE	117	237	101	33	133
1º B	PB	229	912	60	45	212
E Cnst	RN	95	431	—	06	59
2º B	PI	212	272	85	86	78
E Cnst						24
3º B	PI	174	107	51	64	203
E Cnst	CE	363	373	05	249	902
4º B	BA	52	329	77	94	71
E Cnst						74
Total		1.282	2.777	382	592	1.667
						131

A TENENGE CONFIA NO FUTURO DO BRASIL.

A Tenenge, empresa de capital exclusivamente nacional, há mais de 30 anos vem trabalhando pelo desenvolvimento brasileiro. Sua atuação abrange os mais diversos setores da moderna engenharia.

Esta experiência faz a Tenenge acreditar que um país com tantos recursos tem plenas condições de sair desta crise.



TENENGE
TÉCNICA NACIONAL DE ENGENHARIA S.A.

www.tenenge.com.br

federais e estaduais atuavam em áreas contíguas, surgiam algumas inevitáveis comparações entre as formas como seguiam as diretrizes da SUDENE, dando margem inclusive a críticas, às vezes veiculadas na imprensa, sem nenhuma confirmação ou apuração.

O procedimento dito "mais humano" dos outros órgãos, reduzindo ou deixando de verificar o cumprimento do regime de trabalho, a freqüência ou as diretrizes sobre a seleção, criava exemplos negativos que prejudicavam o trabalho nas áreas da GU. Alguns inscritos de um município preferiam, inclusive, trabalhar no município vizinho, pelas facilidades encontradas.

A SUDENE, de forma "política", preferia não comentar ou comprovar o problema, elogiando no âmbito interno e nos contatos pessoais o trabalho da GU. Externamente não havia, no entanto, nenhuma declaração oficial que desse cobertura àqueles que seguiam suas diretrizes.

Conflito, na SUDENE, entre o planejamento e a execução

A SUDENE encaminhou suas diretrizes aos órgãos executores e, através de relatórios, listagens de inscritos e obras, acompanhou o desenvolvimento dos trabalhos. A execução e suas necessidades eram no entanto aspectos que não ocupavam sua atenção, a não ser que alguma crítica ou solicitação de políticos chegasse até ela.

Disseminação da experiência

Apesar das modificações normais nos efetivos de militares, sempre há condições para estruturar rapidamente equipes para intervir nesse tipo singular de missão, principalmente nas unidades situadas em Caicó, Picos e Teresina. Na atividade recente, o problema residiu na necessidade de efetivos maiores, no emprego de todas as unidades e nas modificações de diretrizes.

Através da coordenação geral, o Comando disseminou a experiência existente, aperfeiçoou os procedimentos e tornou homogêneos os desempenhos. Estimuladas pelo espírito renovador e desafiadas pelos grandes problemas, as unidades rapidamente sobrepujaram as dificuldades e sugeriram modificações benéficas ao conjunto. Ao final do programa, uma unidade já estava utilizando o microprocessamento de dados nas atividades administrativas e preparava-se para implantar procedimento semelhante na confecção de folhas de pagamentos dos inscritos.

Efetivos disponíveis de militares

A intensificação dos trabalhos no POP, obrigando que, a cada mês, novas residências fossem abertas e com parcelas de efetivos alocadas nas outras missões, foi o fator que mais dificultou os trabalhos. Algumas funções, pelas responsabilidades previstas, só

poderiam ser ocupadas por militares da ativa.

O problema foi contornado através da contratação de militares da reserva e da colaboração do IV Exército, embora limitada, pois esse Comando não permitiu a destinação do seu pessoal às atividades administrativas.

Crescimento imprevisível dos encargos

A evolução do quadro de seca conduziu a sucessivas ampliações das áreas e dos efetivos inscritos, tornando bastante difícil os planejamentos mensais de recursos. Sua dinâmica era acompanhada dia a dia, estimando-se as necessidades para o mês seguinte. Os recursos oscilaram entre 30 milhões e 10 bilhões de cruzeiros mensais, entre o início do programa, em 1982, e sua fase mais crítica, no fim de 1983.

CONCLUSÃO

O Exército Brasileiro, por razões de segurança interna, deve acompanhar atentamente a evolução dos problemas e conflitos sociais no sertão nordestino, agravados pela irregularidade das precipitações pluviométricas. Preventivamente, poderá continuar a intervir na execução de medidas planejadas pelo Governo

federal, principalmente durante os períodos críticos da seca.

É possível constatar essa possibilidade de intervenção observando os acontecimentos dos últimos 25 anos, quando houve sempre a solicitação de colaboração, principalmente nas fases mais críticas, face à ineficácia das estruturas civis. A capacitação para a missão está respaldada na experiência adquirida pelas Unidades de Engenharia articuladas na área, tornando a Força Terrestre apta para atuar a qualquer momento, com amplitude restrita ou, mesmo, de grande vulto.

Duas ramificações principais enquadram os trabalhos da GU no setor de combate e prevenção aos efeitos das estiagens:

- a atuação constante na execução de obras hídricas, reforçando a infra-estrutura de armazenamento de água ou viabilizando projetos de irrigação. Caracterizam-se os serviços realizados pela aplicação de técnica moderna e equipamentos de seu acervo;
- a atuação periódica, por ocasião das crises, que evoluiu de objetivos assistenciais e de prevenção de distúrbios sociais para atingir também escopos permanentes, com a construção de obras de pequeno e médio portes. É caracterizada pela aplicação de grandes efetivos de mão-de-obra não-qualificada e permite que os pequenos produtores rurais e comunidades reforcem sua capacidade de resistência à seca.

Nos últimos anos, com a redução dos trabalhos de construção de rodovias, a capacidade de atuar do 1º Gpt E Cnst aumentou, notando-se o incremento e a variação das atividades hídricas. Observa-se ainda a ampliação do espaço físico onde operam equipes e subunidades de Engenharia, atingindo sua configuração máxima na grande seca de 1979/1983.

Essa grande missão recente comprovou a flexibilidade do dispositivo e da estrutura, dos elementos de manobra e do Comando, capazes de constituir equipes especiais e desenvolver coordenadamente atividades com alto grau de descentralização. Sua capacidade somente foi limitada pelas restrições do efetivo militar, imprescindível para assegurar a redução dos riscos da missão e para manter a qualidade da execução em níveis compatíveis com a tradição da Instituição.

As condições de trabalho dos oficiais e sargentos destacados para tal missão e as responsabilidades que assumiram permitiram aos chefes, de forma prática, verificar seus atributos de chefia e liderança, ao tempo em que também comprovavam suas qualidades, quando selecionaram subordinados e coordenaram e controlaram atividades dispersas e longínquas.

O contato diário dos militares com os inscritos, orientando seu trabalho, prestando apoio sempre que possível, demonstrando

justiça, operosidade e interesse na melhoria das suas condições de vida, plantou novas sementes para uma integração maior com as populações rurais e despertou o respeito e a admiração por seu Exército. Devido às atividades de repressão ao inimigo interno, as equipes foram recebidas em alguns municípios com temor e desconfiança, mas se retiraram num clima de amizade e gratidão bastante significativo.

A cooperação nessa atividade complementar permitiu, assim, o continuado treinamento dos quadros, em atividades semelhantes às que poderão desempenhar num Teatro de Operações; a presença em regiões distantes e interiorizadas, corrigindo as limitações da articulação da Força Terrestre; a fixação de uma imagem positiva junto ao público externo.

A atuação do Comando da GU, acompanhando os trabalhos e observando seus efeitos, também foi útil à SUDENE, pois, de forma objetiva, serena e descompromissada com os interesses locais, recebia informações e críticas sobre os resultados de sua política.

Os resultados obtidos no Nordeste, nessas missões singulares, ao lado do cumprimento correto e simultâneo de suas missões tipicamente militares, representam condicionantes que devem possivelmente estar presentes na análise do emprego da Engenharia de Construção, no contexto da estrutura futura do Exército Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- ADESG, Manual Básico – 1983.
SUDENE, Relatório anual de 1976, 1977, 1978, 1981 e 1982.
MINTER, Revista Interior – Edições de Mar/Abr 81, Jul/Ago 81, Set/Out 83, Mai/Jun 83.
SUDENE, 10 Anos – 1969.
ECEME, Trabalho em Grupo nº 1069, de 05/08/82.
- ECEME, DEFESA CIVIL – Monografia de Valle, Ruthenio Ferreira, Maj Inf, nº 1755/83.
ECEME, A AÇÃO DA SUDENE E O POLÍGONO DAS SECAS – Monografia de Pinheiro, Manoel Justo, Maj Art, nº 1386/82.
1º Gpt E Cnst, COP/Cmdo, Relatórios mensais e final.
MEC/MOBRAL, A SECA DE 1976/77 E A AÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO – Corrêa, José Aldo Peixoto, TC Eng QEMA, 1978.



Ten Cel QEM/CDEM ANTÔNIO DE OLIVEIRA – Possui os seguintes cursos: Informática da AMAN, Engenharia Elétrica do IME, CDEM da ECEME; Bacharelado em Ciências Estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas e em Administração pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Morais Júnior. Serviu no 28º BC, 1º BPE, CEP, 3º/2º RI, 2º BIB, IME, CRO/12 e Cmdo 1º Gpt e Cnst. Desempenhou as funções de Integrante do 17º Contingente do Batalhão de Suez, foi Instrutor do NPOR/IME, Adjunto da Seção Técnica da CRO/12, Cmdo 1º Gpt E Cnst no Programa de Emergência da SUDENE (1981/1984). É o atual Chefe da Seção Técnica da CRO/7.



INFORMAÇÕES

HAWK 200 TRANSFERE-SE PARA DUNSFOLD

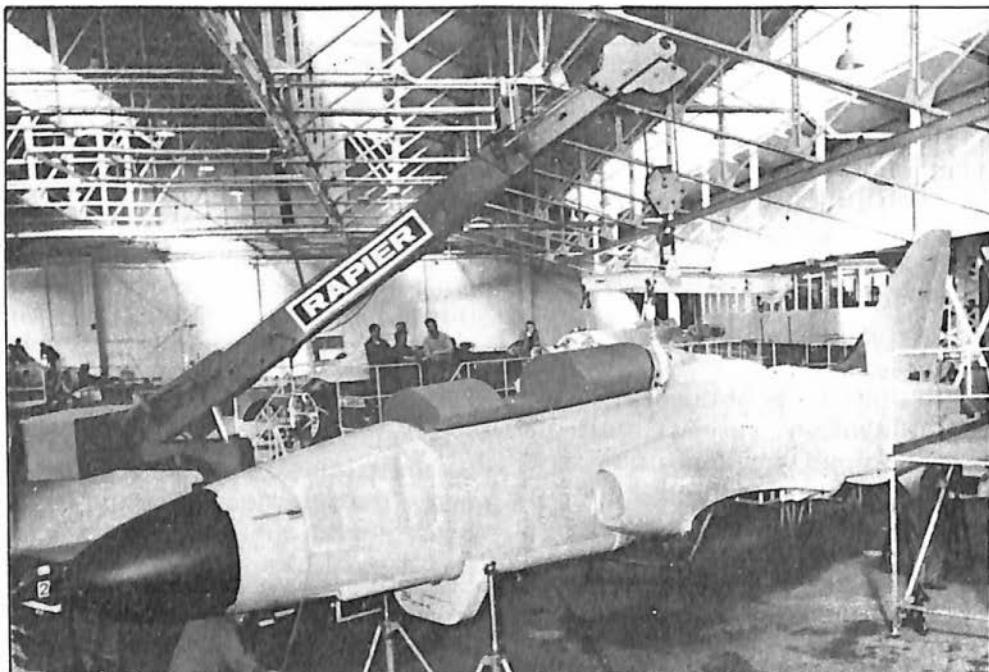
Afuselagem Hawk 200 de assento único está sendo transferida para o aeródromo Dunsfold da British Aerospace, perto de Guildford, Surrey, para montagem final.

A aeronave foi transferida para Dunsfold da fábrica de Kingston, seguindo-se ao acoplamento da nova fuselagem dianteira com as seções do centro e da fuselagem traseira, e à instalação de equipamento parcial.

Também em Dunsfold se encontra o conjunto de asas, fabricado pela BAe Brough, em North Humberside, junto com o pára-brisa e a capota, fabricados pela BAe Hamble, na costa sul.

Em Dunsfold a aeronave será desenvolvida de ponta a ponta até a montagem final, pintura e teste de voo, previsto para maio. Sua primeira apresentação pública se dará no Show Aéreo de Farnborough deste ano.

O Hawk 200 é um programa de risco particular liderado pela BAe, cujo apoio extensivo é garantido por fornecedores de equipamentos tanto do Reino Unido quanto do exterior.

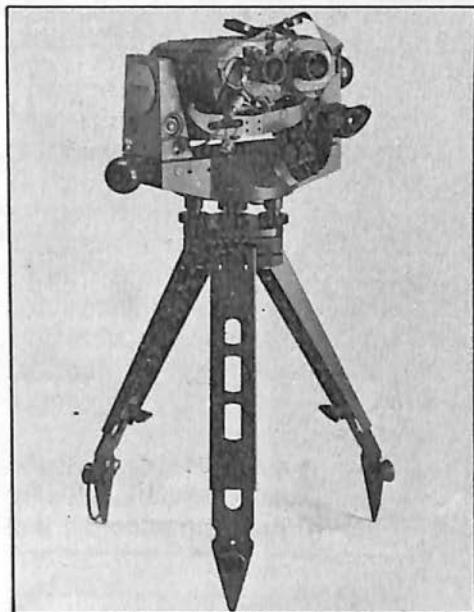


A GONIO 85 PARA O EXÉRCITO SUÍÇO

OExército suíço introduziu um novo sistema de direção de tiro para artilharia. Parte importante deste esquema é a estação Gonio 85 para o observador avançado. A empresa suíça Wild Heerbrugg S.A. recebeu o pedido de 900 estações deste tipo.

A Gonio 85 possui o goniômetro Wild SG4T-1 e o telêmetro a laser LP7G. Para a fabricação deste LP7G na suíça, a Wild Heerbrugg firmou um acordo de licença com a firma norueguesa Simrad Optronics A/S. A decisão a favor desta combinação de goniômetro e laser foi tomada com base em inúmeros testes e provas de campo.

A precisão da determinação do branco é melhorada com o sistema Gonio 85, a tal ponto que dispensa o treinamento de tiro. A Gonio 85, apoiada por um moderno sistema de direção do fogo, permite à artilharia alcançar o branco com fogo cerrado entre 2-3 minutos.



HELICÓPTEROS SUPER PUMA PARA A SUÍÇA

Objetivando aumentar as capacidades de transporte aéreo do seu Exército, a Suíça acaba de assinar com a AEROSPATIALE um contrato de fornecimento de três helicópteros AS 332 Super Puma.

Em função das características operacionais exigidas pelo Exército suíço (amplo volume de cabine, grande capacidade de carga útil em altitude elevada), foi escolhida a versão 332M1 por sua capacidade de transportar até 25 soldados e a potência de suas turbinas Makila de 1.900 hp cada uma.

O Super Puma está operacional em 18 países, e o Exército suíço é a vigésima força armada que escolheu este tipo de helicóptero.

YADOYA – UMA FUNDIÇÃO DE VANGUARDA

AEIRICH INDUSTRIAL LTDA. entrou, no dia 30 de março último, um dos mais avançados sistemas de preparação de areia de fundição, desmoldagem com resfriamento e separação simultânea de peças para a YADOYA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

O controle e o comando dos equipamentos são feitos através de um microcomputador EIRICH EZ-85.

Este sistema tem a finalidade de desmoldar, separar peça/areia, resfriar, armazenar, dosar, misturar e retornar areia à máquina de moldar, dentro de um padrão de alta qualidade e baixo custo.

A circulação da areia (moldagem e desmoldagem) é feita em circuito fechado onde um tambor rotativo desmoldador e restriador separa areia das peças.

O - Intérêt à l'ordre

Assinatura do NE

Os militares, particularmente os da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do *Noticiário do Exército* deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias – Quartel-General do Exército – Setor de garagens – SMU – CEP 70630 – Brasília-DF – Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cz\$ 180,00 (cento e oitenta cruzados), e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEX-BSB, por vale postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: nome completo, endereço, bairro, cidade, estado, CEP e número do vale postal.

O NE será remetido diariamente.

A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros



PEDIDO DE ASSINATURA

.....
Nome (em letra de imprensa)

.....
Identidade Posto, graduação ou profissão

.....
Endereço (rua, número e bairro)

.....
Cidade Estado CEP

Assinatura de 1987: Cz\$ 120,00

– PAGAMENTO:

Em cheque Emitido em nome de *A DEFESA NACIONAL*, podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal A favor de *A DEFESA NACIONAL*, pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" – Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL
Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25
20455 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 253-4628



Como consequência da firme vontade de contribuir com suas especializações para o desenvolvimento do Brasil, a Constran está entre as principais Empreiteiras do País...*

. . . e se orgulha de ter participado da construção do novo aeroporto de São Paulo, o Aeroporto de Guarulhos, uma obra do Ministério da Aeronáutica através da Infraero.



CONSTRAN S.A.
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO

* Rodovias • Ferrovias • Rios e Canais • Saneamento • Aeroportos • Barragens • Construção Industrial • Construção Civil.

CARREGADEIRA

W20B

turbo



ESTA MÁQUINA É UMA POTÊNCIA.

O uso inadequado de máquinas geralmente resulta em uma grande perda de produtividade.

Mas, com a nova linha de carregadeiras Case, está resolvido o problema. Suas três máquinas: W18, W20B Turbo e W36 possuem diferentes capacidades de carregamento e inovações, que só mesmo à alta tecnologia Case poderia oferecer.

RAPIDEZ E EFICIÊNCIA É COM A W20B TURBO

- A W20B carrega todo tipo de material entre 2 e 3³ utilizada em Obras Públicas, Saneamento, Construção Civil, Mineração, Indústrias e Agricultura.
- Seu motor é um Mercedes Benz OM352 Turboalimentado, logo trabalha com muito maior rapidez.
- Oferece melhor rendimento e durabilidade dos componentes, porque vem com filtro e radiador de óleo hidráulicos, tampas laterais do motor, filtro de ar com elemento de segurança e radiador de água⁴.
- Para maior conforto e segurança do operador: cobertura de proteção a prova de tombamento e escapamento com baixo índice de ruído.

DISTRIBUIDORES CASE

BRASIF S/A. EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO
Belo Horizonte, Varginha, Uberlândia (MG), Goiânia (GO),
Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES)
DIMARO S/A. DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS
Londrina, Curitiba (PR), Cuiabá (MT), Campo Grande (MS)
FORMAC(AM) S/A. FORNECEDORA DE MÁQUINAS
Porto Velho (RO), Manaus (AM), Boa Vista (RR).

FORMAC(BA) S/A. FORNECEDORA DE MÁQUINAS
Centro Ind. de Aratu - Simões Filho, Barreiras, Vitória
Conquistas (BA) Aracaju (SE)

FORMAC(PE) S/A. FORNECEDORA DE MÁQUINAS
Recife (PE), Natal (RN), Maceió (AL), Bayeux (PB)

FORMAC(RS) S/A. FORNECEDORA DE MÁQUINAS
Porto Alegre, Carazinho, Uruguaiana, Santa Maria, Pitaia,
São Borja (RS), Blumenau, Chapecó, Criciuma (SC)
FORNECEDORA PARA A INDÚSTRIA LTDA.
Fortaleza (CE)

LARK S/A. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
São Paulo, São José do Rio Preto, Campinas, Ribeirão Preto (SP)

MARCOS MARCELINO E CIA. LTDA.
Ananindeua (PA), São Luís, Imperatriz (MA)

CARREGADEIRAS CASE.



DESEMPENHO SOB MEDIDA.

J I Case do Brasil Uma Companhia Tenneco

case